



**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA -
PPGERU**

ELIENE ANDRESSA DOS SANTOS ARAUJO

**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E DA ATIVIDADE LABORAL DAS MÃES SOLO
DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO NOS ANOS 2000 E 2010**

**CRATO – CE
2024**

ELIENE ANDRESSA DOS SANTOS ARAUJO

**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E DA ATIVIDADE LABORAL DAS MÃES SOLO
DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO NOS ANOS 2000 E 2010**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana da Universidade Regional do Cariri (PPGERU/URCA) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Economia.

Área de concentração: Economia Regional e Urbana e Políticas Públicas.

Bolsa de Mestrado do projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG)”, desenvolvido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Orientadora: Prof^a Dra. Silvana Nunes de Queiroz

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Araujo, Eliene Andressa Dos Santos

A663 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E DA ATIVIDADE LABORAL DAS
MÃES SOLO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO NOS ANOS 2000 E 2010 / Eliene
Andressa Dos Santos Araujo. CRATO-CE, 2024.

112p. il.

Dissertação. Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana da
Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Silvana Nunes de Queiroz

1.Mães solo, 2.Semiárido Brasileiro, 3.Relações de Poder,
4.Perfil Sociodemográfico, 5.Atividade Laboral; I.Título.

CDD: 330

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E URBANA -
PPGERU

ELIENE ANDRESSA DOS SANTOS ARAUJO

**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E DA ATIVIDADE LABORAL DAS MÃES SOLO
DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO NOS ANOS 2000 E 2010**

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2024

BANCA EXAMINADORA

1º MEMBRO

Prof.^a Dra. Silvana Nunes de Queiroz
(Universidade Regional do Cariri - URCA)
Orientadora

2º MEMBRO

Prof.^a Dra. Christiane Luci Bezerra Alves
(Universidade Regional do Cariri - URCA)

3º MEMBRO

Prof.^a Dra. Rosemary de Matos Cordeiro
(Universidade Regional do Cariri - URCA)

4º MEMBRO (Suplente)

Prof.^a Dra. Iara Maria de Araújo
(Universidade Regional do Cariri - URCA)

Dedico às famílias (des)tradicionais brasileiras, às mulheres, mães e mães solo que sofrem diariamente com as desigualdades de uma sociedade machista, sexista e misógina.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar essa dissertação, encerra-se um ciclo na minha vida que nunca foi um sonho, mas uma necessidade estruturalmente condicionada, sobretudo para a população negra, porém acredito que acessando o Mestrado, dias melhores virão. Assim, começo agradecendo às Deusas e aos Deuses, às Santas, aos Orixás, ao Universo, à Mãe Natureza e a todos, todas e todos que vieram antes de mim, rompendo estigmas e abrindo portas para as oportunidades.

Agradeço a mim, por todo empenho e dedicação nessa trajetória, apesar de todos os percalços e desestímulos, você é gigante Eliene Andressa, é bom perceber esse desenvolvimento interior. Avante.

O meu eterno sentimento de gratidão à minha família que sempre me apoia, torce e me motiva a buscar novos planos e projetos. Sem dúvidas, vocês contribuem, de maneira incessante, para a formação da pessoa que me torno diariamente - meus pais (Maria do Socorro dos Santos Araujo e Francisco Elias de Araujo), meus irmãos (Ellânio Anderson, Ellayne Ângela, Elisiane Andrea e Erika Angélica), meus tios (Marocha, Padin Olavo, Cocorra, Mocinha (*in memoriam*), minha prima/irmã e sua filha (Irismar e Tamiris), aos cunhados (Miguel, Diego e Fabiano) e, sobretudo, meu sobrinho (Théo Levy) que se tornou meu remédio para os momentos de aflição.

Da URCA para vida! Ainda bem que meu santo é forte e as rezas de mainha também, apesar da academia ser um ambiente tóxico, os bons e de verdade se reconhecem. Agradeço ao que se fizeram presente desde à graduação e permanecem, principalmente Guilherme Brandão, meu ombro amigo e confidente para todas as horas; Aline, por ser amiga, ouvinte e sempre ser calmaria nos meus surtos, você é uma das ferramentas-chaves para obtenção dessa titulação. Sou imensamente grata aos amigos que pude (re)conhecer dentro e fora dos muros da Universidade – Laura, Wellington e Weiga, vocês foram muito relevantes nessa trajetória. Laura e Wellington, obrigada pelo carinho, compreensão e saideiras nos momentos de surtos que os percursos diferentes da vida não seja distanciamento, mas sim fortalecimento de laços. Estarei sempre torcendo por vocês.

Ressalto, também, o meu agradecimento a todos os meus amigos, os antigos e os atuais, pela torcida, por tudo que vivenciamos e ainda vamos viver futuramente – Joel, Karol, Arthur, Luciano, Pedrina, Juciara, Dayane. Aos que não cito o nome, vocês sabem da relevância em minha vida, aqui é mera formalidade e eu estou correndo contra o tempo para finalizar esse sofrimento. Vocês são fantásticos e importantes em minha vida.

Agradeço à Jória Ane, mulher negra, batalhadora, determinada e que surgiu na minha vida como uma surpresa boa, vivenciando comigo os choros da luta acadêmica e da vida real, me incentivando a não desistir, acolhendo-me sempre e me mostrando a amplitude do significado de parceria. Com ela, me veio o João Guilherme, seu filho, um menino doce, simpático e que me fortalecia na troca de abraços e nos momentos de brincadeiras, me fazendo perceber que desacelerar também faz parte do processo e no final vai dar certo, da maneira que deveria ser. E olhar onde estou – quase mestra. Oportunidades surpreendentes vivenciei ao lado de vocês, foram momentos divertidos, de aprendizado, dedicação e superação, grata por fazerem parte dessa luta diária durante esse ciclo acadêmico.

Destaco meu enorme agradecimento à Soraya Araújo, minha psicóloga, que foi fundamental na etapa final desse Mestrado. Uma profissional incrível, humana e acolhedora. Obrigada por cada escuta, pelos incentivos e por me encorajar a desacelerar quando necessário e tomar fôlego para seguir, acreditando sempre no meu potencial, mesmo quando financeiramente eu não conseguiria retribuir.

Gostaria de agradecer também ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana – PPGERU/URCA por tudo que me proporcionou nesta fase, o qual tive o prazer de ser a primeira – de muitas que virão - mulher negra a ingressar no seu quadro de discente, bem como finalizar essa etapa acadêmica. Agradeço a existência do projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG)”, desenvolvido pela CAPES, o qual me possibilitou ser bolsista durante a trajetória do mestrado. Por fim, destaco o meu enorme agradecimento à três professoras do quadro docente do programa – Prof^a Eliane Pinheiro, pelos conhecimentos repassados e que colaboraram para realização desta conquista; Prof^a Christiane Luci pelos seus ensinamentos, seus conselhos, sua amizade e paciência ao longo de todo este período e por ter acreditado no meu talento, sempre me incentivando e proporcionando meu crescimento acadêmico e pessoal; sobretudo, meu muito obrigada à minha orientadora, Prof^a Silvana Nunes, por aceitar me orientar nessa importante etapa de mestrado, pelo apoio no desenvolvimento desse trabalho e por dá sentido e coerência a uma proposta de dissertação diferente do comumente trabalhado na Economia da URCA, alinhada à uma ótica social, humana e de compreensão para todos, todas e todes que venham a ler meu trabalho. Obrigada por entender que minha economia estuda gente e que essa gente não é apenas objeto de estudo, são pessoas que precisam ler sobre si e se reconhecer nas pesquisas acadêmicas.

Quem me protege sempre coloca pessoas maravilhosas na minha vida, minha eterna GRATIDÃO a todos, todas e todes que se fizeram presente na defesa. Amo vocês!

“Como negra, não quero mais ser objeto de estudo,
e sim o sujeito da pesquisa.”.

Djamila Ribeiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de municípios que integram o Semiárido Brasileiro	50
Quadro 2 - Perfil das Mães Solo do Semiárido Brasileiro: variáveis selecionadas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010	52
Quadro 3 - Atividade laboral das Mães Solo do Semiárido Brasileiro: variáveis selecionadas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010	60
Tabela 2 - População de mulheres de 15 a 49 anos e mães do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010	61
Tabela 3 - Faixa etária e idade média das mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000 e 2010	62
Tabela 4 - Estado civil das mães solo do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010	65
Tabela 5 - Escolaridade e anos de estudo médio das mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil- 2000 e 2010	66
Tabela 6 - Raça/cor das mães solo do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010	68
Tabela 7 - Faixa etária e quantidade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000	69
Tabela 8 - Faixa etária e quantidade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil – 2010.....	70
Tabela 9 - Faixa etária do(a) último(a) filho(a) e idade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000 e 2010	70
Tabela 10 – Rendimentos em salário mínimo de todas as fontes e rendimento médio auferidos pelas mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil – 2000 e 2010.....	72
Tabela 11 – Indicadores do mercado de trabalho das mães solo do Brasil – 2000 e 2010	76
Tabela 12 – Indicadores do mercado de trabalho das mães solo do Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010	77
Tabela 13 – Posição na ocupação no trabalho principal das mães solo do Brasil – 2000 e 2010	78
Tabela 14 – Posição na ocupação no trabalho principal das mães solo do Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010	79
Tabela 15 – Atividades laborais no trabalho principal das mães solo do Brasil – 2000 e 2010	81
Tabela 16 – Atividades laborais no trabalho principal das mães solo do Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010	82
Tabela 17 - Quantidade de horas trabalhadas no trabalho principal das mães solo no Brasil – 2000 e 2010	84
Tabela 18 – Quantidade de horas trabalhadas no trabalho principal das mães solo no Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010.....	84

Tabela 19 - Faixas salariais no trabalho principal das mães solo no Brasil – 2000 e 2010.....	86
Tabela 20 - Faixas salariais no trabalho principal das mães solo no Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CF - Constituição Federal

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBF - Programa Bolsa Família

PD - População Desocupada

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDPG - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação

PEA - População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNEA - População Não Economicamente Ativa

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PO - População Ocupada

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos.

ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PTR - Programa de Transferência de Renda

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SM - Salário Mínimo

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

TPFT - Taxa de Participação da Força de Trabalho

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal caracterizar o perfil e a atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro no ano 2000 e de 2010. E, especificamente, traçar o perfil sociodemográfico, socioeconômico e educacional das mães solo, bem como analisar a atividade laboral dessas mães. Buscando aprofundar e fortalecer os estudos sobre a temática mãe solo, elaborou-se a seguinte pergunta-problema: Como a maternidade influencia na atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro? Assim, para atingir os objetivos propostos foi realizada pesquisas em fontes secundárias como livros, periódicos, artigos, dissertações, teses, dentre outras leituras referentes ao assunto que foram essenciais para a formulação deste trabalho, bem como foram utilizados os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE. A pesquisa é descritiva e explicativa, de natureza quantitativa e o método é dedutivo. Diante do exposto, com a revisão da literatura e a análise dos dados, constatou-se que as mães solo se apresentam ainda mais vulneráveis à condição de pobreza, uma vez que questões de gênero, os afazeres doméstico, o cuidado com o(a)s filho(a)s sem uma rede de apoio, a ausência de um emprego satisfatório, são condições que potencializam a vulnerabilidade social. Assim, pode-se concluir que as mães solo do Semiárido Brasileiro são, em maioria, mulheres negras, concentradas na faixa etária entre 30 a 34 anos, solteiras, sem instrução e com fundamental incompleto, com 1 filho(a) na fase de primeira infância e que auferem rendimentos melhores no ano de 2010 – acima de 1 até 2 salários mínimo. Encontram-se, majoritariamente, ocupadas e concentradas nas atividades de serviços, sobretudo no trabalho doméstico e sem carteira assinada. Em seu trabalho principal dedicam acima de 40h semanais e, a maioria das mães solo, ganham menos de 1 SM. Assim, os resultados obtidos corroboram com a hipótese da pesquisa, os quais mostram que apesar de ter ocorrido melhorias na participação feminina no mercado de trabalho nos anos 2000 e 2010 na Região Semiárida Brasileira, a maternidade ainda reflete na inserção e permanência das mães solo na atividade laboral, haja visto que a ausência de uma rede de apoio pode direcionar estas mães para trabalhos insalubres e mal remunerados, sobretudo o serviço doméstico sem carteira assinada, ou até excluí-las do mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Mães solo; Semiárido Brasileiro; Relações de Poder; Perfil Sociodemográfico; Atividade Laboral.

ABSTRACT

The main objective of this work is to characterize the profile and work activity of solo mothers in the Brazilian Semiarid region in 2000 and 2010. And, specifically, to outline the sociodemographic, socioeconomic and educational profile of solo mothers, as well as to analyze the work activity of these mothers. Seeking to deepen and strengthen studies on the topic of solo mothers, the following problem question was created: How does motherhood influence the work activity of solo mothers in the Brazilian Semiarid region? Thus, to achieve the proposed objectives, research was carried out in secondary sources such as books, periodicals, articles, dissertations, theses, among other readings relating to the subject that were essential for the formulation of this work, as well as microdata from the 2000 Demographic Census and 2010 – IBGE. The research is descriptive and explanatory, quantitative in nature and the method is deductive. In view of the above, with the literature review and data analysis, it was found that solo mothers are even more vulnerable to the condition of poverty, since gender issues, household chores, care for the child Children without a support network, the absence of a satisfactory job, are conditions that increase social vulnerability. Thus, it can be concluded that solo mothers in the Brazilian Semiarid region are, in the majority, black women, concentrated in the age group between 30 and 34 years old, single, without education and with incomplete primary education, with 1 child in the first stage. childhood and who earn better income in 2010 – above 1 to 2 minimum wages. They are mostly employed and concentrated in service activities, especially domestic work and without a formal contract. They dedicate more than 40 hours a week to their main job and, most solo mothers, earn less than 1 MW. Thus, the results obtained corroborate the research hypothesis, which show that despite improvements in female participation in the labor market in the 2000s and 2010s in the Brazilian Semiarid Region, motherhood still reflects on the insertion and permanence of solo mothers in the labor activity, given that the absence of a support network can direct these mothers into unhealthy and poorly paid work, especially domestic work without a formal contract, or even exclude them from the job market.

Keywords: Solo mothers; Brazilian semi-arid; Power relations; Sociodemographic profile; Labor Activity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 "MAMA ÁFRICA, A MINHA MÃE É MÃE SOLTEIRA?": o universo familiar e laboral das mães solo.....	23
1.1 Família, Gênero e Relações de Poder.....	23
1.2 Relações de Gênero e Vida laboral	32
1.3 Mãe solo: Mulher e Trabalhadora	39
2 MATERIAL E MÉTODOS	46
2.1 Breve Caracterização da Área em Estudo	46
2.1.1 Critérios para integrar o Semiárido Brasileiro	47
2.2 Recorte Temporal, Fonte de Dados e Variáveis Seleccionadas	51
2.3 Método de Análise	58
3 "A MINHA COROA ME CRIOU SOZINHA, LEVANTANDO SEMPRE NO RAIAR DO DIA"	59
3.1 Mães Solo do Semiárido Brasileiro: Quem São Elas e Como Estão Inseridas no Mercado de Trabalho.....	59
3.1.1 Perfil Sociodemográfico, Educacional e Socioeconômico	59
3.1.2 [...] Dois Contra o Mundo": atividade laboral das mães solo	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

Apesar dos importantes avanços nos estudos acerca das famílias, sua complexidade ainda exige novas pesquisas aprofundadas e com diferentes perspectivas. Sair das formulações generalizantes e se empenhar em estudar nas suas singularidades demanda esforço empírico e teórico. Nesse contexto, torna-se relevante e pertinente estudar os arranjos familiares e as transformações que ocorrem no seu interior no decorrer do tempo (FAVARO, 2009).

É inegável que apesar dos arranjos familiares serem vistos como estruturas dinâmicas e mutáveis, as famílias ainda são analisadas como uma instituição que desenvolve relações de gênero marcada por regras e expectativas de comportamento (FAVARO, 2009). Segundo Scott (1992), gênero é a nomenclatura utilizada para teorizar a questão da diferença sexual. Assim, muitas famílias ainda refletem em seu interior os estigmas das desigualdades relacionadas a sexualidade do indivíduo, delimitando as funções para os homens e para as mulheres. Com isso, a família se caracteriza por conflitos de interesses, desigualdades entre os seus integrantes e disparidades nas relações de poder que se manifestam com nitidez no trabalho remunerado e não remunerado.

A relação de gênero é usada para definir as diferenças existentes entre homens e mulheres, e revela que as desigualdades oriundas dessa distinção não se limitam apenas pelas questões biológicas, mas são constituídas socialmente, e tais construções se manifestam nas atribuições que são determinadas pela sociedade para homens e mulheres. Dessa forma, o padrão convencional de relações de gênero se constitui de acordo com o contexto social, país, religião, cultura, escolaridade, entre outros (OLIVEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, para Therborn (2006) é importante compreender o contexto familiar como um ambiente de disputa entre sexo e poder, dentro de um sistema que envolve relações sociais e consanguíneas. Assim, ao se propor analisar um determinado grupo familiar é necessário compreender que existe toda uma diversidade que engloba o universo chamado família e que não há um arranjo melhor ou pior que o outro, mais organizado ou desorganizado, mais intacto ou incompleto, e sim particularidades distintas que precisam de olhares diferenciados e políticas públicas específicas.

Favaro (2013) frisa que não é exagero afirmar que a palavra transformação está diretamente relacionada aos processos pelos quais os arranjos familiares brasileiros têm passado nas últimas décadas. Seja na sua configuração, modificando o seu tamanho - fruto da queda na taxa de

fecundidade; nos seus variados arranjos – ascensão dos domicílios unipessoais e monoparentais chefiados por mulheres, e consequente diminuição do número de famílias nucleares; ou no crescente número de divórcio e das uniões consensuais, com isso, as famílias brasileiras têm experimentado transformações no seu funcionamento e nas suas estruturas.

Nesse sentido, o perfil das famílias brasileiras se modificou, o modelo constituído por pai, mãe e filhos - família tradicional, convive com diferentes núcleos familiares constituídos por filho(a)s de relações anteriores, de indivíduos sozinhos, casais sem filhos, e relacionamentos formados por pessoas do mesmo sexo. A união, tanto civil como religiosa, diminuiu diante das relações consensuais que aumentaram consideravelmente (NOLASCO, 2012).

Hintz (2001) reforça a existência de algumas configurações familiares, a saber: Famílias monoparentais (feminina ou masculina) - constituídas unicamente por mães ou pais, onde o pai ou a mãe assume todo o cuidado com o(a) filho(a)s e o outro não é ativo na parentalidade; famílias reconstituídas - são aqueles arranjos que por diferentes razões se separam da sua família anterior e criaram novos vínculos, nesta configuração geralmente existem filho(a)s dos relacionamentos anteriores; famílias por uniões consensuais – formadas por casais que preferem não formalizar a união; famílias sem filhos por opção - paulatinamente, as pessoas passam a avaliar suas necessidades pessoais e priorizam sua vontade de satisfação individual. Há também as famílias unipessoais - constituídas por indivíduos que decidem viver sua vida sem nenhum(a) companheiro(a); as famílias por associação, as quais são compostas por amigo(a)s sem grau de parentesco que se reúnem para manter um convívio amistoso. Por fim, têm-se as famílias formadas por pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias).

Diante dessas novas configurações familiares, as teorias de gênero nas pesquisas acerca dos arranjos familiares passaram a dissipar uma forte crítica ao modelo de família e a família patriarcal. Dessa forma, pode-se dizer que a crítica a este modelo possibilita a consolidação de uma maneira diferente de se analisar os arranjos familiares, permitindo uma nova visão crítica tanto sobre os arranjos, como a questão da participação das mulheres em tais arranjos (MACEDO, 2008).

Nesse sentido, as modificações que ocorrem em alguns padrões de gênero também podem gerar mudanças nas maneiras em que as mulheres integram as famílias. O aumento do nível de escolaridade superando os homens, e a maior participação no mercado de trabalho - reduzindo o modelo do provedor único e masculino - podem ser citadas como transformações importantes nas

desigualdades de gênero que vem ocorrendo nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos de 1970.

Por sua vez, no caso específico das mães solo, que eram comumente associadas ao termo “mães solteiras”, haja vista os fortes resquícios que ainda incidem em uma sociedade machista e patriarcal do século XX, em que a mulher – sobretudo a casada – possuía os seus direitos civis, sexuais e reprodutivos submetidos à vontade do seu companheiro. Mulheres que são mães, mas não estão em uma relação conjugal compreendem uma numerosa realidade no Brasil, seja através da maternidade planejada e voluntária - como por exemplo, a adoção unilateral ou por técnicas reprodutivas – ou através do viés sociocultural de uma sociedade marcada pelo cenário do abandono ou a omissão paterna (BORGES, 2020).

Um elemento importante ao contextualizar um debate sobre maternidade solo é que a popularização da terminologia e a problematização da discussão têm como espaço principal, a internet. A web passa a propagar as dificuldades e desafios que são impostos social e culturalmente às mulheres/mães, bem como fortifica toda a problematização acerca das maneiras de se criar filhos(as), sobrecarga de trabalho e direitos de um modo ampliado (MEDRADO; MULLER, 2018).

No centro dessa discussão está a relação entre parentalidade e conjugalidade, onde Leão (2019, n.p) frisa que “Maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não”. Ou seja, é necessário desvincular a figura da maternidade com a conjugalidade, bem como quebrar um cenário de romantização e idealização da maternidade. Um filho envolve responsabilidades mútuas dos seus genitores, e quando isso não ocorre, é atribuído uma sobrecarga pesada a mulher, repleta de cobranças e preconceitos.

Nesse contexto, Finamore (2019) ressalta que há um ponto relevante que se discute a partir da perspectiva da “maternidade solo” - a desvinculação da criação de filho(a)s, tanto em relação a um par conjugal ou parental, como também da circunscrição do processo de criação a uma família nuclear, de maneira mais geral. Assim, as questões que norteiam os modelos de família vão se resignificando e passam a reivindicar a um modelo parental mais igualitário.

A divisão sexual do trabalho conduziu o sexo masculino a obter mais privilégios do que o feminino, principalmente em relação à representatividade social. A maternidade como atributo de feminilidade estereotipada estabeleceu um cenário de desigualdade de gênero, fundamentada em valores de afetividade, por conseguinte, mascarada. A sociedade moderna atribuiu diferentes óticas ao papel social da mulher. A liberdade proposta pelo feminismo no final do século XX tem

significativa participação no que diz respeito à ruptura com o determinismo e discriminações, possibilitando a busca por uma atuação mútua e igualitária nos papéis parentais na criação do(a)s filho(a)s (SILVA; CASSIANO; CORDEIRO, 2019).

Chamadas erroneamente de “mães solteiras”, pois parentalidade não está interligada ao estado civil, o número de mães que cuidam sozinhas dos seus lares e filhos tem crescido. Com base no exposto é que se justifica a necessidade de explorar esse arranjo de monoparentalidade feminina, haja vista que o acervo de literatura sobre a temática ainda é escasso, principalmente nas ciências sociais aplicadas, ainda mais com ênfase no recorte geográfico do Semiárido brasileiro.

O Semiárido brasileiro abrange oito estados do Nordeste - Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe - e Minas Gerais, na região Sudeste. É onde concentra a maior parcela da população brasileira em situação de pobreza, e por conseguinte, apresenta-se como uma área com bastante desigualdades em relação ao país, principalmente pelo atraso econômico e social.

As famílias do Semiárido brasileiro apresentam uma relação muito forte com a região, haja vista que as mazelas sociais historicamente constituídas desse território são oriundas, em parte, das condições climáticas locais, o que reflete diretamente no modo de vida familiar. Mas convém salientar que os efeitos climáticos afetam de maneira diferente as famílias, sendo mais prejudicial para as que se encontram em classes sociais mais baixas (SILVA, 2014).

Assim como nas famílias, as mulheres não são afetadas da mesma maneira na região Semiárida. Para as mulheres mais pobres, além opressão e desigualdade de gênero, recaí os trabalhos mais pesados e, geralmente, não são vistos como um serviço para as mulheres desempenharem (SILVA, 2014). Segundo Matos (2012), pode-se afirmar que as mulheres pobres são as principais vítimas das desigualdades socioeconômicas e regionais, haja vista que tais disparidades somadas à desigualdade familiar com base no gênero e no papel social, submetem as mulheres a um cenário que negligencia suas necessidades frente à da sua família e ainda redobram suas responsabilidades.

Nesse contexto, justifica-se a escolha do referido recorte geográfico, visando alavancar estudos acerca das dificuldades social e culturalmente impostas às mães solas do Semiárido brasileiro. A presente pesquisa também está inserida no contexto do projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG)”, desenvolvido pela CAPES, cujo foco é a formação de recursos humanos

altamente qualificados e o fomento de pesquisas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico da região Semiárida brasileira

Essa região, mesmo apresentando importantes avanços econômicos, sociais e nos indicadores demográficos, ao longo das décadas de 1990 e 2000, ainda demonstra um baixo dinamismo e expressiva degradação ambiental. A incidência das graves problemáticas presentes no Semiárido brasileiro está relacionada às políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas, sem levar em consideração as particularidades e características locais, bem como a participação social (MAIA et. al., 2019).

Diante desse contexto, esta dissertação tem como objetivo principal caracterizar o perfil e a atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro no ano 2000 e de 2010. E, especificamente, traçar o perfil sociodemográfico, socioeconômico e educacional das mães solo, bem como analisar a atividade laboral dessas mães. Assim, para atingir os objetivos propostos serão utilizados os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE. A pesquisa é descritiva e explicativa, de natureza quantitativa e o método é dedutivo.

Com o intuito de aprofundar e fortalecer os estudos sobre a temática mãe solo, elaborou-se a seguinte pergunta-problema: Como a maternidade influencia na atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro? Partindo desse pressuposto, a hipótese é que as desigualdades regionais e de gênero são estruturais no contexto brasileiro, sendo acentuadas com a maternidade – sobretudo a solo. No âmbito laboral, pode-se dizer que as mães solo são direcionadas, muitas vezes, para a informalidade e para as atividades laborais que proporcionam os rendimentos mais baixos, haja vista que, na perspectiva social e laboral, a maternidade demanda tempo e reflete diretamente na produtividade da mulher.

Dentro desse campo de debate – arranjos familiares, monoparentalidade feminina, mulheres chefes de família, participação feminina no mercado de trabalho - existem importantes pesquisadoras que contribuem para o crescente processo de elaboração das informações históricas, culturais, antropológicas, demográficas e sociais. Autoras como Bilac (1995; 1996; 2002; 2014), Favaro (2009; 2013), Hirata; Kergoat (2007), Jesus (2018), Guiginski; Wajnman (2019); Nobrega; Correa; Jesus (2020) possibilitam e impulsionam o contínuo progresso dos estudos que abrangem essas temáticas.

No que concerne à estudos específicos sobre mães solo no Semiárido brasileiro é notório a escassez do acervo, onde se encontra apenas pesquisas que relacionam gênero e a região Semiárida,

como Silva (2014) - as viúvas da seca; Rios, Bastos e Barros (2015), a invisibilidade das mulheres no Semiárido; Rios e Vieira (2019) - relações e equidade de gênero no Semiárido. Dessa forma, para a construção dessa dissertação, utiliza-se uma junção de estudos das distintas áreas dos saberes que corroborassem e consolidassem a relevância da pesquisa.

Em relação aos estudos sobre mães solo, pode-se citar: Finamori (2019) - “Mães solas”: parentalidades, conjugalidades e noções de família; Nascimento (2019) - Solteiras sim, mãe também: os desafios diários das mulheres “mães solteiras” de Ponta do Mel/RN; Lima (2021) - Mãe solo é mãe sozinha: tecendo vivências de mães negras, em Fortaleza – CE e Região Metropolitana; Fernandes (2022) - Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo; Santos (2022) - A experiência da maternidade solo para mulheres usuárias do centro de referência em assistência social; Lôbo (2020) - “Defeito de fabricação”: maternidades negras em Ilhéus/BA. Sobre o Semiárido Brasileiro, têm-se autores como Silva (2006) - Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento; Baptista; Campos (2013) - Fatores históricos, sociais, culturais e políticos do semiárido; Buainain; Garcia (2013b) - Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas; Medeiros (2021) - Semiárido: Semântica, Diversidade e Multidimensionalidade do Desenvolvimento.

Como supracitado, a literatura sobre a temática mãe solo no campo das ciências sociais aplicadas ainda necessita ser discutida e compreendida nas suas particularidades, de modo que viabilize a implementação de medidas eficazes que amparem e possibilitem a redução das desigualdades que recaem nesses arranjos monoparentais. Portanto, esse estudo se apresenta como uma importante contribuição para fortalecer o viés econômico, social e demográfico de pesquisas sobre mãe solo e sobre o semiárido brasileiro, bem como estimular políticas públicas de emprego e renda para esse grupo populacional que ainda se encontra à margem da sociedade e não possuem direitos e oportunidades igualitárias.

No tocante a estrutura da dissertação, além desta introdução e das considerações finais, o trabalho contempla mais três capítulos: o primeiro apresenta uma discussão sobre família, relações de gênero, mãe solo e vida laboral; no segundo se encontra os procedimentos metodológicos adotados para o alcance dos objetivos propostos, com breve apresentação da área de estudo; e o terceiro capítulo traça o perfil das mães solo da região Semiárida, juntamente com a análise da atividade laboral dessas mães.

1 "MAMA ÁFRICA, A MINHA MÃE É MÃE SOLTEIRA?": o universo familiar e laboral das mães solo

De acordo com Hirata, Kergoat (2007) e Jesus (2018), a divisão sexual do trabalho está atrelada à divisão do trabalho social, a qual é reflexo das relações de gênero impostas pela sociedade. Historicamente, ao homem é designado o trabalho produtivo – remunerado – e às mulheres assumem as responsabilidades do trabalho não remunerado, isto é, são destinadas à esfera reprodutiva. Para Jesus (2018), enquanto as mulheres de classes sociais mais altas podem delegar as atividades do trabalho doméstico, as que se encontram em situação de vulnerabilidade estão envoltas em sobrecargas mais exaustivas, conciliando afazeres domésticos e atividades desenvolvidas fora de casa.

Nesse contexto, quando se percebe a dinâmica de múltiplas jornadas desempenhadas pelas mulheres, nota-se que as mães solo sentem um impacto maior. Assim, no capítulo que se segue, apresenta-se uma discussão pertinente sobre temáticas que estão encadeadas a abordagem principal – mãe solo. O intento é abordar as transformações ocorridas na estrutura familiar e os seus reflexos nas relações de gênero, bem como apresentar a evolução feminina na atividade laboral, sobretudo na vida das mães solo.

1.1 Família, Gênero e Relações de Poder

Família e gênero são comparações de relações de poder amplos (SCOTT, 2011). Conforme salienta Favaro (2013), gênero têm seu efeito mais corriqueiro nas questões societárias e não se encontra relacionado apenas ao atributo individual – ser homem ou mulher. Porém, Scott (2011) reforça que é pela ótica da família e dos vínculos de parentesco que a domesticidade e a sexualidade são representadas socialmente, refletindo os anseios da sociedade como um todo.

É notório nos estudos sobre família a reformulação e a pluralidade de definições, haja vista que o seu conceito é fundamentado também na convivência e nas relações mútuas de cuidado e proteção entre as pessoas que formaram vínculos afetivos entre si. A concepção de família que historicamente foi sendo estabelecida é oriunda da trajetória de sua existência na sociedade. Levi Strauss (1966) ressalta que, conforme o contexto social, em cada sociedade e em cada período histórico a vida doméstica passa a expressar determinadas especificidades, tornando evidente que

a família é um arranjo socialmente construído, de acordo com os elementos culturais e não uma instituição natural.

Dessa forma, pode-se afirmar que a contextualização da família na sociedade possui arcabouço diversificado e passa por profundas mudanças, tanto em relação a sua composição e as relações internas entre seus integrantes, quanto no que concerne à normas sociais externas, o que corrobora com o seu dinamismo.

Posto isto, de acordo com Scott (2011), é importante prefaciar a discussão sobre as transformações societárias e, por conseguinte, familiares, explanando um breve retrato da sociedade colonial brasileira até o império do século XIX. Assim, o autor frisa que os quatro séculos antecedentes ao século XX foram de contato cultural entre colonizadores, populações indígenas e trabalhadores negros escravizados importados, e a principal troca de mulheres ocorridas no Brasil colonial foi entre a sociedade indígena e os colonizadores, onde os homens portugueses passaram a tomar as mulheres indígenas como esposas e concubinas. Os portugueses adentraram o Novo Mundo desacompanhados de suas mulheres ou solteiros, e até os acompanhados optavam por deixar as esposas no litoral brasileiro enquanto exploravam novas localidades.

Nesse contexto, têm-se também a exploração sexual e laboral das mulheres negras, trazidas para serem submetidas a exaustiva subserviência dos colonizadores. Primeiramente, foram escravizadas no plantio e, em seguida, nas áreas de mineração de ouro. Esse período de exploração histórica de mulheres indígenas e negras desencadeou a vida doméstica brasileira a uma massiva influência dessas mulheres (SCOTT, 2011).

Como a estrutura da família brasileira englobou, historicamente, povos indígenas, negros e portugueses, e o efeito das misturas raciais era necessário ser enquadrado para que os brasileiros conseguissem se firmar como “nação”, como uma república independente, com a sua própria população - mesmo com muitos não sendo respeitados e entendidos inicialmente como “cidadãos”, a idealização de família foi ofuscada pelo fato de se ter que conviver com as implicações de uma população miscigenada (SCOTT, 2011).

Segundo Ariès (1981), o sentimento de família se firma em meados do século XVI e XVII associado ao interesse pela infância e valorização da criança. Outrora, a família não estava vinculada à elementos afetivos, a função estava ligada a manutenção e conservação dos bens, de compartilhar um trabalho e de promover as próprias vidas, haja vista que até o entorno do século

XV os indivíduos não tinham condições de sobreviverem sozinhos. A mulher tinha o papel de cuidadora e reprodutora, e o casamento era visto como um acordo entre as famílias dos noivos, com isso, não se tinha o afeto como o fator motriz para construir uma família.

Entre os séculos XVIII e XIX, a família patriarcal apresentava os papéis claramente definidos. As mulheres detinham a posição da boa mãe, cuidadosa e dedicada em tempo integral, assumia a responsabilidade pelo espaço privado, isto é, o cuidado familiar - casa, filhos(as) e marido. Ao homem era atribuído o espaço público da produção, das grandes decisões e do poder, o único provedor da família (COUTINHO, 1994).

A posição ocupada pela mulher na configuração de família nuclear patriarcal a proporcionava um status visto como importante. A maternidade se apresentava, para ela, historicamente, como uma das poucas ocupações de prestígio perante a sociedade, permitindo-a ser reconhecida e, por conseguinte, socialmente bem vista. O fato de ser mãe possibilitava a sensação de valorização e pertencimento no âmbito social (BORSA; FEIL, 2008). Segundo Coutinho (1994), a ela caberia toda a responsabilidade dos(as) filhos(as), bem como os méritos pelo sucesso ou a culpabilidade pelo fracasso dessa criação. Assim, a mulher passa a cuidar incansavelmente das crianças, dedicação exclusiva, sem tempo para descanso, esteja bem de saúde ou debilitada. No inverso, poderia ser acusada ou se sentir culpada por negligência.

De acordo com Leão et. al. (2017, p. 2): “Historicamente a maternidade foi representada como ideal máximo da mulher e como elemento agregador necessário para sobrevivência da família. A maternidade e o cuidado com o lar são, ainda hoje, valorizados socialmente como funções femininas inerentes à mulher”.

Lévi-Strauss (1983) aponta a existência de um modelo ideal de família, o qual deve possuir características específicas, a saber: (1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e (3) os membros da família estão unidos entre si através laços legais; direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, e um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo, entre outros.

Porém, essa visão idealizada não retrata a realidade da maioria das famílias. É importante reafirmar que a família na sociedade vem se constituindo de distintas formas e configurações, e essas maneiras diferentes da família nuclear passam a obter reconhecimento ascendente perante a sociedade. As mudanças na sociedade, de acordo com Romanelli (1998), acontecem devido a

necessidade de novas maneiras das famílias se relacionarem, quer sejam interpessoal, afetiva e/ou sexual, bem como pelo surgimento dos modelos culturais ordenados dessas relações.

Sob o mesmo ponto de vista, Bilac (2000) afirma que a variabilidade histórica da instituição família incita qualquer definição geral. De modo simultâneo, generalizar o conceito de “família” para caracterizar instituições e grupos historicamente mutáveis acaba ocultando as diversidades existentes nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social.

Em cada contexto histórico a família vem se transformando, tal como a sociedade, e essa mutabilidade dificulta tecer uma concepção única, pois sua estruturação se encontra vinculada ao cenário social, político, geográfico, econômico, religioso no qual está inserida. Oliveira (2009) enfatiza que é necessário pensar em tais mudanças, analisando uma visão crítica, capaz de entender a relevância das transformações recentes, tanto nos padrões do convívio familiar e nas relações internas da família, quanto no universo familiar – composição e configuração.

Os estudos sobre famílias e, mais especificamente, as mudanças oriundas nessas instituições, englobam uma gama diversificada de arranjos e processos sociais historicamente estabelecidos e não devem ser universalizados. Sarti (2000) reforça que a família não é um conjunto homogêneo, mas um universo de relações distintas, e suas transformações afetam de várias maneiras cada uma destas relações e cada uma das partes que estão inseridas nesse contexto.

Dessa forma, é possível afirmar que as transformações no âmbito familiar acontecem em ritmos diferentes, haja vista que tais mudanças dependem da situação e do contexto que se encontram. E para Oliveira (2009), o ritmo dessas mudanças pode ser influenciado tanto por fatores sociais, quanto por elementos relativos à cultura, à etnia, à região e à situação socioeconômica.

Em consequência disso, a autora ainda reforça que a família transformou a sua função de unidade de reprodução com o aceleração do capitalismo, o qual surgiu para separar a produção sendo a esfera pública, e família como esfera privada. Assim, a família passa a se tornar uma unidade de consumo na lógica do sistema capitalista.

A partir do século XIX, com a modernidade, as transformações nas famílias obtiveram uma ascensão ainda maior. Tendo em vista que as relações passaram a se basear em vínculos afetivos, quando o sentimentalismo não estava mais presente, não haveria mais a obrigatoriedade de manter uma relação. Com isso, o modelo nuclear de família se torna cada vez mais obsoleto e a família passa a assumir outras configurações. Essas transformações estão vinculadas as mudanças nas

atribuições direcionadas as mulheres frente à família e a sociedade (MORGADO; DIAS; PAIXAO, 2013).

No século XX, precisamente a partir da década de 1960, nos países desenvolvidos, eclodiram importantes movimentos feministas que impulsionaram e proporcionaram uma maior visibilidade ao sentimento de descontentamento das mulheres. Tardaram, mas esses movimentos chegaram ao Brasil, possibilitando mudanças importantes no papel de posição da mulher frente a sociedade brasileira (COUTINHO, 1994).

Borsa e Feil (2008) ressaltam que as representantes do movimento feminista brasileiro viam a maternidade como uma condição da qual as mulheres deveriam se desprender. Haja vista que a maternidade desencadeia condições que submetem as mulheres à situações de opressão por parte do homem e da sociedade. Por sua vez, ser ou não mãe simbolizava a liberdade e autonomia da escolha.

Nas famílias nucleares brasileiras ainda é notório a presença da divisão de gênero, onde recai nas mulheres a maior parcela da responsabilidade pelo cuidado com o(a)s filho(a)s e pela execução das atividades domésticas. Apesar das transformações societárias e o processo de emancipação feminina, a divisão dos afazeres ligados a família são desiguais e considerados papéis da mulher (MARCHI-COSTA; MACEDO, 2020).

Finelli, Silva e Amaral (2015) afirmam que a busca por liberdade sexual surgiu com os métodos contraceptivos – a partir de 1960, que provocou um comportamento feminino mais independente e ampliou as novas oportunidades para as mulheres. Esse desejo estava associado a vontade de igualdade de direitos, decisões e de remuneração. Com o marco mundial dos contraceptivos, a mulher passou a ter maior liberdade quanto ao seu corpo e optar pela maternidade. Dessa forma, a sexualidade e reprodução não estavam mais atreladas. Com isso, Sarti (2007) reforça que a concepção sobre maternidade muda, deixando de ser uma obrigação para mulher, conseguindo visibilidade na sociedade. Por conseguinte, surgem novas oportunidades de inserção no contexto social e laboral. Ao optar por tardar a gravidez, ou não ser mãe, a mulher pode se dedicar a outras funções, como por exemplo, vida acadêmica e mercado de trabalho.

Oliveira (2009) destaca que à configuração familiar tradicional - com a presença da autoridade patriarcal e a divisão dos papéis familiares – proporcionou importantes mudanças nas relações entre homem, mulher, pais e filhos. Para Morgado, Dias e Paixão (2013), a inserção da mulher no mercado de trabalho e os métodos contraceptivos foram fatores essenciais para

impulsionar as transformações no sistema familiar, haja vista que tais elementos as tornariam menos dependente do homem, assumindo um papel mais ativo no âmbito familiar e estimulando ainda mais o esfacelamento do modelo familiar tradicional.

Segundo Bilac (1996), a expansão do acesso ao espaço público, o controle da fecundidade e o aumento da educação impulsionaram importantes mudanças para a condição feminina. Contudo, estas não foram transformações que conseguiram reduzir a desigualdade nas relações de gênero no âmbito familiar.

Gueiros (2002) ressalta que os arranjos familiares e o casamento sofreram influências das transformações societárias mais gerais e, sobretudo, do movimento feminista, onde nas três últimas décadas do século XX é notório, no que se diz respeito ao casamento, uma tendência para a discussão de questões como relações de gênero, reestruturação dos papéis públicos e privados; comportamento sexual definido segundo o sexo; fixação da mulher como indivíduo e desenvolvimento da individualidade e da identidade pessoal.

Nesse contexto, no que concerne ao padrão de conjugalidade individual das pessoas, a partir da década de 1970, ocorreu relevante debate sobre os papéis pré-estabelecidos determinados por gênero, expressando as mudanças nas relações entre homem e mulher. Em razão das importantes transformações que aconteceram e acontecem no contexto social, nem sempre um arranjo familiar irá iniciar através de um casamento. É necessário compreender o significado dessas relações no âmbito cultural e histórico, do que é ser mulher e homem na sociedade e como essas relações se reproduzem no cotidiano da vida familiar (OLIVEIRA, 2009).

A temática família aparece como locus principal em muitos estudos, os quais abordam sobre os efeitos da urbanização na configuração familiar e ressaltam sua influência para a redução no tamanho das famílias, a nucleização dos grupos domésticos e decadência das grandes famílias tradicionais (LEWIS, 1966, 1967). Nesse sentido, Scott (2011) destaca que a transformação da família nuclear patriarcal faz parte de uma tendência inevitável que acompanha a urbanização e esse fato ocorre nas mais distintas nações - países desenvolvidos e em desenvolvimento – incluindo o Brasil. Ao permanecerem no caminho do desenvolvimento, as famílias não serão mais patriarcais e extensas, tornando-se instituições pequenas, mais democráticas e melhor adaptadas às condições urbanas.

Scott (2011) ainda reforça que a relação harmoniosa entre famílias nucleares e urbanização apresenta um cenário dificultoso, principalmente ao considerar as classes sociais mais pobres da

população brasileira. Se o modelo patriarcal de uma dicotomia de disparidade de gênero ainda simboliza exposição de ideias sobre homem e mulher, o papel social feminino como garantidoras de sobrevivência cotidiana se tornava mais nítido.

Conforme ressalta Biroli (2018, p. 36): “a família permanece como nexo na produção do gênero e da opressão às mulheres”. A autora frisa no que a instituição família e o modelo de divisão sexual do trabalho se transformaram com o tempo, todavia, reforça que estes permanecem afetando mais as mulheres, sobretudo, as mais pobres.

Nos arranjos familiares a delimitação das funções entre homens e mulheres se tornaram cada vez mais claras (SILVA, 2015). A família se estabelece como uma organização cuja reprodução e perpetuação das múltiplas jornadas de trabalho refletem diretamente nas mulheres (LIMA, 2021). Destarte, os modos de ser e viver dos arranjos familiares, afetam principalmente a mulher, tornando-as o centro do ambiente doméstico (AZEREDO, 2010). Assim, ao analisar as questões de gênero em contextos de representações sociais, pode-se notar todo o cenário de desigualdade que as mulheres vivenciam dentro dessa estrutura de opressão - sociedade (MOURA et. al., 2020).

É certo que a ruptura do modelo visto como tradicional abriu espaço para inúmeros arranjos familiares, os quais diferem em composição e nomenclatura. Dessa forma, é necessário repensar a configuração familiar e compreender suas especificidades e complexibilidades. As mudanças oriundas no âmbito familiar além de fazerem parte das conjunturas históricas, refletem as vivências e as adversidades impostas no cotidiano dos indivíduos.

É importante levar em consideração a família vivida e não a utópica. Ou seja, faz-se necessário considerar os arranjos familiares nas suas múltiplas faces, observar suas configurações e vínculos, famílias as quais se interligam através de estratégias relacionadas, muitas vezes, à sobrevivência e não apenas aos laços de parentesco. É preciso, principalmente, analisar o contexto de vivências familiares, haja vista que um modelo específico não deve se sobrepor a outro (JOSÉ FILHO, 2007).

A família contemporânea comporta uma enorme elasticidade e esses diferentes modelos de configuração estabelecem na sociedade, maneiras de se viver e maneiras de construção de identidades sociais. Com o advento da globalização, a aceleração do capitalismo, e a pluralização das relações afetivas, a maneira da família viver em sociedade se transformou. À medida que a sociedade influencia as famílias, também sofre influência desses arranjos. As famílias brasileiras

são, em sua maioria, pobres e buscam no cotidiano da vida familiar compartilhar não apenas as emoções dos laços familiares, mas também as mazelas vivenciadas (OLIVEIRA, 2009).

O início do século XXI acentua ainda mais as transformações familiares e os padrões difusos de relacionamentos. Este período, como nenhum outro, a mais naturalizada de todas as esferas sociais - a família, passa a apresentar marcantes interferências externas, além dos abalos internos preexistentes (SARTI, 2007).

Oliveira (2009) afirma que a família contemporânea é alvo de reflexões e discussões, principalmente no que diz respeito às suas transformações tanto em configuração, quanto em relação às políticas públicas voltadas para o âmbito familiar, principalmente, sobre a garantia de direitos.

A família, da maneira como vem se transformando e configurando nos últimos tempos, se apresenta como um conjunto de trajetórias particulares que se manifestam em arranjos diversificados e em espaços domiciliares específicos. Nesse sentido, não se têm um único ou ideal modelo de família (FERRARI; KALOUSTIAN, 2002).

De acordo com Oliveira (2009), esses arranjos diversificados podem apresentar combinações de distintas naturezas, seja na configuração, seja nas relações familiares estabelecidas. A estrutura pode ser uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; avós com os netos; mães sozinhas com os seus filhos; pais sozinhos com os seus filhos; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; existe uma infinidade de maneiras, múltiplos arranjos familiares, todos diferenciados do modelo clássico de família nuclear.

Mesmo com todas as mudanças, os novos arranjos familiares ainda refletem características da família patriarcal, cujos resquícios recaem principalmente nas mulheres. Apesar do adentro ao século XXI, permanece a desigualdade de gênero e a opressão feminina de muitas formas, algumas mascaradas, principalmente dentro do âmbito familiar. As mudanças societárias iniciadas na segunda metade do século XX e reafirmadas no início do século XXI, moldaram também os laços familiares. As transformações sociais influenciam na dinâmica familiar de modo geral e individual em cada família, conforme sua configuração, vivências e condições socioeconômicas. Para entender essas mudanças é essencial ampliar a visão sobre os novos arranjos familiares, levando em consideração os reflexos sociais (OLIVEIRA, 2009).

Os novos arranjos familiares também podem ser analisados a partir das mudanças nas formas da vida conjugal e de parentalidade, das formas de gestão da fecundidade e na maneira de

compartilhar as funções dentro do ambiente familiar. Dentre as transformações que impactam os laços familiares, têm-se as famílias monoparentais (MORAES, 2009).

As diferenças existentes nas estruturas familiares não se limitam às suas grandes transformações no decorrer do tempo e entre os países, mas abrangem também os vários segmentos de uma determinada sociedade, em um certo período no tempo (MINAMIGUCHI, 2017). Em relação às famílias monoparentais, a possibilidade de estar nesse tipo de arranjo envolve níveis distintos entre grupos variados, classificados a partir da raça/cor ou através das condições socioeconômicas dos indivíduos (FOLK, 1996; ESTEVE et al., 2012b). Assim, ao se propor pesquisar sobre a monoparentalidade é necessário observar a dimensão social, haja vista a heterogeneidade dos contextos que ocorrem nesse tipo de arranjo.

Juntamente as diferentes chances de estar em uma família monoparental, vinculadas à condição social dos indivíduos, as circunstâncias que surgem nesses arranjos podem estar atreladas de diferentes significados, captando os diversos efeitos nas vivências das mulheres e do(a)s filho(a)s. Dessa forma, pode-se associar a formação das estruturas familiares à elite e esferas populares da sociedade (FUSSEL; PALLONI, 2004).

A definição de família monoparental é dada levando em consideração suas características, a saber: não conviver com genitores e a existência de filho(a)s dependentes. Ou seja, arranjos monoparentais são estruturas familiares cuja mãe ou o pai não vive com companheiro(a), sendo responsável pelos cuidados referentes aos filho(a)s menores de 18 anos (MORAES, 2009).

Medeiros e Osório (2000) ressaltam que o arranjo monoparental feminino se sobressai do masculino e essa preponderância pode ser reflexo da permanência das desigualdades de gênero, principalmente quando associada à questão de cuidado com filhos/filhas. Os apontamentos de Carloto (2005) e Torremocha (2006) induzem a inferir que a maioria das famílias monoparentais é pobre, dessa forma, considera-se a relevância de se elaborar políticas públicas direcionadas para esses arranjos.

Outra informação relevante sobre a diferenciação dos arranjos monoparentais são os eventos da trajetória de vida das mulheres que originam a monoparentalidade, os quais ocorrem de duas formas: nascimentos fora de uniões e dissolução de uniões (DUNCAN; RODGERS, 1987). Esses eventos podem refletir na negligência paterna, cujo abandono do pai reflete nos dados crescentes de registros de certidões de nascimento apenas com a filiação materna. Segundo o Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2015), o registro civil e o reconhecimento de paternidade são

direitos basilares de qualquer brasileiro(a) ao nascer, mas não são sempre efetivados. Dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que, aproximadamente, 600 mil crianças de até 10 anos não apresentavam o registro do nascimento no país. Além disso, pressupõe-se que mais de 5 milhões de pessoas não constam o nome do pai no documento de identidade.

De acordo com Oliveira (2009), as diferentes maneiras de configurações familiares são, na sua maior parcela, oriundas das circunstâncias do cotidiano e não por escolha de vida. Assim, ao analisar as situações na sua totalidade, pode-se concluir que a estrutura familiar está intimamente relacionada ao contexto social. Independentemente das diferentes formas de se organizar, de se constituir enquanto família, essa instituição possui a função de socialização, a qual é de suma relevância na vida das pessoas. Entendê-la enquanto espaço de trocas afetivas e de todo impacto que esses afetos podem proporcionar aos seus componentes, é ímpar na sociedade. Mas é necessário frisar que apesar das trocas afetivas que fortalecem os laços familiares, os arranjos são instituições repletas de conflitos e desafios.

De fato, a família é a principal instituição de socialização entre os indivíduos, e independentemente das configurações contemporânea que apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (CARVALHO, 2002). Assim, é de suma importância as reflexões sobre família, a desconstrução de conceitos preestabelecidos, para poder entender os novos arranjos familiares.

1.2 Relações de Gênero e Vida laboral

Diante das mudanças sociais, principalmente com a supremacia do monopólio do capital, pode-se afirmar que a família também é elemento desse cenário socialmente construído, sofrendo todas as mazelas de um mundo capitalista. A divisão do trabalho, reflexo da Revolução Industrial, acarretou grandes transformações na sociedade (OLIVEIRA, 2009).

Com a ascensão do sistema capitalista e o marco da Revolução Industrial, por volta do século XVIII, a mulher passa a se inserir na produção, porém em condições desumanas, com uma exaustiva jornada de trabalho e um salário não condizente com o seu esforço, e ainda assim se submetia ao trabalho como uma maneira de subsistência (GUIRALDELLI, 2007).

Por sua vez, no caso do Brasil, segundo OST (2015), a solidificação do capitalismo no final do século XIX mudou, de modo geral, a estruturação e a produção do trabalho das mulheres, com o advento de novas tecnologias e maquinários no país. A partir desse momento pode-se perceber

uma maior participação feminina no âmbito laboral brasileiro, fato este que se consolida em dois momentos específicos, a saber: com a queda na taxa de fecundidade e o aumento da escolaridade.

Oliveira (2009) infere que ao se analisar a evolução histórica da sociedade, percebe-se que a partir de 1960 houve muitas mudanças econômicas e sociais, que resultaram em concentração da renda, a pauperização da maioria da população, bem como o aumento da participação da mulher no âmbito laboral. O impulsionamento do crescimento econômico e político, estimulado pelo desenvolvimentismo no governo Juscelino Kubitschek (JK), juntamente com a flexibilidade de acesso ao capital externo e a viabilização de projetos de infraestrutura, marcou a modernização da economia brasileira. Entretanto, não se pode negar que este processo de modernização desencadeou problemas sociais como a desigualdade e o empobrecimento da população de algumas regiões. Segundo Iamamoto (2006), a questão social é o fato do paradoxo que envolve trabalho e capital, é o reflexo das vivências das pessoas, bem como da desigualdade social e regional.

Bilac (2014) salienta que os anos de 1970 foram caracterizados pela ditadura militar e pela “modernização conservadora” da economia, o emprego feminino se expandiu, principalmente no setor industrial, ocorreu o fortalecimento e organização política da classe operária e se instituiu uma classe média com níveis de consumo “modernos”. Com isso, esses fatores passaram a enfraquecer a supremacia, até então incontestável, do modelo masculino como único provedor da família, nas distintas classes sociais - populares e médias. Ademais, com o aumento da escolaridade e o acesso a métodos contraceptivos, constatou-se a queda na taxa de fecundidade em todas as camadas sociais, porém com diferenças conforme a região, escolaridade e rendimento.

No Brasil, a partir dos anos de 1970, com a participação feminina cada vez maior no mercado de trabalho, a precarização laboral e a ascensão dos níveis de desemprego tiveram consequências marcantes nas configurações das famílias. A renda oriunda do trabalho da mulher passou a ser um elemento relevante para assegurar os padrões de consumo domiciliares, deixando de lado o viés meramente de complemento não necessário. Nessa perspectiva, pesquisas mais sistemáticas dos arranjos, onde o principal ou único provedor não é o homem pode se apresentar relevante como uma iniciativa de compreender de forma mais ampla as mudanças ocorridas nas famílias brasileiras (FAVARO, 2013). Corroborando com essa assertiva, o presente trabalho se propõe a estudar as mães solo, onde a principal responsável pelo domicílio e filhos, são as mulheres residentes no Semiárido Brasileiro.

As últimas décadas do século XX foram de suma importância para a inserção feminina na vida laboral e os motivos para esse acontecimento abrangem dimensões não só econômicas, como culturais e demográficas (WAJNMAN, QUEIROZ, LIBERATO, 1998; BRUSCHINI, 2007). Conforme Favaro (2013), fatores demográficos como a queda na taxa de fecundidade, transformações nos arranjos familiares, o envelhecimento da população – com a expectativa de vida das mulheres se sobrepondo a dos homens – e o crescimento da proporção dos domicílios chefiados por mulheres podem ser vistos como motivos relevantes para a inserção e permanência feminina no mercado laboral.

Segundo o relatório do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2009), no Brasil, o aumento da escolaridade das mulheres foi um marco importante nas últimas décadas do século XX. Antes suprimidas, as mulheres começaram os anos 2000 com níveis de instrução superiores aos homens. Contudo, essa superioridade ainda não surtiu efeito satisfatório no mercado laboral e salarial. O percurso é longo, principalmente no que tange à garantia de melhores condições não só de inserção, como também de permanência, de ascensão profissional e de melhores rendimentos para as mulheres ocupadas.

Além disso, também no plano econômico, a forte precarização do trabalho masculino e a ascensão do desemprego masculino impulsionou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, visando reduzir os impactos nos rendimentos familiares. O mercado de trabalho informal é uma via que possibilita mais oportunidades de emprego para as mulheres do que para os homens, haja vista que apesar das condições adversas, o trabalho doméstico abre as portas para muitas mulheres trabalhadoras (SILVA, 2012).

Scott (2011) ressalta que enquanto o domínio masculino sobre a área produtiva e a garantia do seu papel como principal ou único provedor se rompia, as mulheres ampliavam a inserção na vida laboral e, com a ascensão do feminismo, abriam as discussões sobre a necessidade de contestar as relações de poder entre gêneros.

No Brasil, o percurso traçado pelas camadas sociais média e populares para conciliar trabalho e família, ou seja, as esferas produtivas e reprodutivas, foi a utilização do elemento “delegação de funções”. Na concepção de Hirata e Kergoat (2007), refere-se ao ato de atribuir determinada função a uma outra mulher, nesse caso a realização das atividades domésticas. Assim, essa outra mulher seria, normalmente, a trabalhadora doméstica.

Para Bilac (2014), o trabalho doméstico desempenha, no Brasil, uma parcela expressiva da mão de obra feminina. Essa alternativa se tornou possível, em grande proporção, devido a extrema desregulação e precariedade do trabalho, em geral, do emprego doméstico, que possibilitava o amortecimento dos atritos dos casais por meio da superexploração das mulheres mais vulneráveis por parte das mulheres das camadas médias. Convém ressaltar que por trás dessa superexploração há também a disparidade de gênero envolta. Isto porque, para além da exploração entre mulheres, existe a superexploração do homem em relação a mulher que se sobressai. Somente nos anos de 1970 as trabalhadoras domésticas obtiveram o direito ao registro de trabalho em carteira.¹

Outra alternativa que também inclui delegação, é o elemento rede de apoio, que envolve a ajuda de vizinhas e/ou parentas no cuidado com as crianças e com a casa: a avó, a mãe, a filha mais velhas – ou apenas deixar a autonomia com as próprias crianças para cuidarem de si e da residência. Mas nenhuma dessas saídas, de viés improvisado, marcadas pela instabilidade e por enormes tensões, se tornariam satisfatória (BILAC, 2014).

Como reforça Oliveira (2009), a expansão do trabalho feminino até possibilitou alguma autonomia para a mulher, entretanto, a sua independência não está atrelada apenas à questão do trabalho executado, haja vista que até a própria compreensão sobre a vida laboral da mulher está condicionada aos elementos que estabelecem as relações no âmbito do trabalho e as questões sobre a condição da mulher perante a sociedade.

Dado o exposto, convém ressaltar que mesmo com as muitas transformações sociais, tecnológicas e biológicas, recai sobre as mulheres a função do cuidar. Independentemente da conjuntura e do lugar onde elas estiverem, existem muitos desafios familiares e laboral a serem superados.

No Brasil, o cuidado com as crianças, idosos e pessoas com deficiência é historicamente desempenhado pelas mulheres da família, sem receber rendimentos financeiros e dentro do ambiente domiciliar. Quando a classe social do arranjo familiar permite, geralmente, a atribuição

¹ E em anos recentes, com a Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013, que o(a)s doméstico(a)s passaram a efetivação de direitos importantes, a saber: “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego; FGTS; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; salário família; jornada de trabalho, remuneração do trabalho extraordinário; redução dos riscos inerentes ao trabalho; assistência gratuita aos filhos e dependentes; reconhecimento das convenções e acordos coletivos; seguro contra acidente de trabalho; isonomia salarial, proibição de qualquer discriminação, proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos” (MTE, P. 8, 2013). Passaram-se dois anos para efetiva sanção e regulamentação de todos os direitos do(a)s empregado(a)s doméstico(a)s brasileiro(a)s. Com a EC 72/2013 e a sua regulamentação em 2015, mais uma senzala brasileira experimenta a liberdade (SILVA; QUEIROZ, 2016).

do serviço com o cuidado, este é remunerado e designado as trabalhadoras domésticas. Mesmo com o relevante papel das trabalhadoras domésticas na economia do cuidado, muitas ainda trabalham em condições de informalidade – ou seja, sem carteira assinada –, sem respeito aos seus direitos trabalhistas, sem proteção social e expostas a condições de vulnerabilidade. Mas a autora reforça que o papel estrutural designado as mulheres de desempenhar o cuidado não remunerado para os familiares está sendo afetado pela ascensão da inserção feminina no mercado laboral e pela mudança na estrutura dos arranjos familiares (POSTHUMA, 2021).

As mudanças ocorridas ao longo da história resultaram em novos e diferentes arranjos familiares, os quais são reflexos das transformações sociais e culturais. Historicamente as mulheres passam a desempenhar funções que anteriormente eram vistas como exclusiva dos homens. Mas apesar de todo o progresso no âmbito familiar, a desvalorização do trabalho da mulher é algo recorrente, principalmente entre as classes sociais mais baixas, as quais não possuem acesso às políticas públicas sociais, educacionais e mínimas condições dignas de sobrevivência, fatores que a submetem a um trabalho precário e com baixa remuneração (OLIVEIRA, 2009).

Conforme salienta Soares (2002), permanece na sociedade contemporânea muitos questionamentos sobre as competências da mulher em cuidar de sua família, gerando sustento, e as habilidades do homem em administrar, com maior independência, havendo um desmerecimento das famílias monoparentais femininas, duvidando da capacidade das mulheres de proporcionarem os cuidados necessários e a devida proteção para os seus membros. Porém, esse pensamento está sendo desmistificado, haja vista que existem inúmeras famílias em que a mulher desempenha função central na economia doméstica e são denominadas chefes da família.

Durante os anos de 1990, o feminismo se torna uma vertente cada vez mais expressiva e presente para a compreensão dos arranjos familiares. Destacar as mulheres, seus direitos e a diversidade de circunstâncias que são impostas ao obterem o lugar de principais provedoras de suas famílias se associa com o esforço simultâneo de administrar as capacidades e práticas reprodutivas femininas, não apenas no Brasil. O controle da sexualidade feminina ou, no mínimo, o seu comportamento reprodutivo, e a reformulação técnica e política da compreensão da relação entre a esfera doméstica abrem brechas para a criação de indivíduos mais bem preparados com a evolução capitalista e possibilita diferentes perspectivas sobre a família em um mundo que se unifica aceleradamente (SCOTT, 2011).

É verídico que os novos cenários contemporâneos são bem distintos daqueles dos anos de 1970. Mesmo com a “marcha forçada” da economia brasileira a partir do segundo quinquênio da década de 1970, o desfecho do período militar e a Constituição Federal de 1988 sinalizavam uma nova etapa de avanços de direitos de cidadania para homens e mulheres, sobretudo direitos sociais e equidade de gênero. Porém, nos anos de 1990, o Brasil passou pelo ajuste econômico e pela mudança produtiva gerada pelo neoliberalismo, marcados pelo crescimento insignificante da economia; pela ascensão da precarização e da flexibilização do trabalho em um cenário o qual a informalidade já era estruturalmente elevada, por importantes transformações no sindicalismo e um retrocesso nas políticas sociais e na proteção social (BILAC, 2014).

Diante do exposto, pode-se inferir que mesmo com todas as transformações ocorridas, o modelo de articulação entre família e trabalho não apresenta grandes mudanças: quando não é designado a própria mulher ambas jornadas, em sua totalidade ou em maior parte, vigora a delegação das atividades domésticas e do cuidado dos seus filhos e filhas para outra mulher, seja a trabalhadora doméstica remunerada, seja algum parente da família ou vizinhança (BILAC, 2014).

A autora ainda reforça que a continuidade desse modelo de articulação trabalho e família - o qual recaí uma sobrecarga para mulher e para o homem repousa uma menor participação na reprodução – é consequência da combinação particular de componentes demográficos e socioeconômicos, em razão de que as poucas políticas existentes de articulação trabalho-família no Brasil não possibilitam alcance generalizado. Paralelamente, há uma dimensão da questão pouco discutida no país: a relevância da rede de apoio (parentes e da vizinhança) na troca de serviços e na prestação de cuidados.

Nessa perspectiva, Pinelli (2004) afirma que não resta dúvidas de que a análise sobre a exploração feminina em um primeiro momento, e posteriormente a de gênero, se mostram cruciais na compreensão dos contextos familiares. Foi apenas com a inserção desta primeira vertente de pensamento que o modelo nuclear de família e o patriarcado entram em declínio. A partir desse momento se torna possível a configuração de uma maneira diferente de se analisar os arranjos familiares e, principalmente, a participação das mulheres neles.

Bilac (2014) conclui que mesmo com a evolução nas políticas públicas sociais, as vantagens no plano legislativo com as mudanças na legislação trabalhista, das inovações do II Plano Nacional

de Políticas para as Mulheres (PNPM)², do êxito das políticas de transferência de renda, com o Programa Bolsa Família (PBF)³ e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴, as soluções para a articulação trabalho-família permanecem a ser desenvolvidas sobretudo por procedimentos convencionais e privados, e manejadas principalmente pelas mulheres.

Bartholo (2009) ratifica essa assertiva, após uma análise minuciosa acerca das políticas que viabilizam a articulação trabalho-família, em um cenário voltado para os cuidados prestados aos menores de seis anos. Ao examinar, particularmente, a licença maternidade e as políticas de transferência de renda (como o PBF), a autora reconhece um certo progresso em relação ao apoio do Estado frente as demandas familiares direcionadas ao cuidado, mas essa assistência não contribui para alterar a divisão sexual do trabalho dentro do ambiente familiar e o seu desenho manifesta grande ambiguidade em relação à gênero. Nesse sentido, o PBF seria um exemplo relevante, onde apresenta em um dos seus objetivos a necessidade de contribuir para o engajamento produtivo das mulheres, porém, ao torná-las as receptoras preferenciais do benefício amplia a responsabilidade delas sobre a prestação de cuidados.

Todas essas transformações afetaram a vida familiar e laboral dos arranjos familiares, principalmente em relação às mulheres. O modelo do homem como único ou principal provedor e a mulher como cuidadora da família tem mudado consideravelmente, como já exposto, dando espaço para uma presença maior das mulheres, seja na composição da renda familiar, seja chefiando o domicílio. Contudo, importantes estudos (PICANÇO, 2005; SORJ, 2007; MENDES, 2004; LAVINAS, 2006) apresentam que apesar da ascensão feminina na esfera produtiva, suas responsabilidades frente à esfera reprodutiva permanecem. A mulher ainda se depara, em muitas situações, com múltiplas jornadas de trabalho para conciliar as muitas atividades que lhe são atribuídas.

² O II PNPM foi aprovado pela II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - CNPM, realizada em agosto de 2007, e validou os princípios e pressupostos da Política Nacional para as Mulheres, bem como as diretrizes e prioridades apontadas pela I CNPM, realizada em julho de 2004. BRASIL (2008). II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília. 236 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 15 de março de 2023.

³ O Programa Bolsa Família (PBF) – atualmente em vigor, foi criado em 2004, destina-se à transferência de renda direta a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Acompanhamento de frequência escolar é o melhor desde 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bolsa-familia#:~:text=O%20programa%20Bolsa%2DFam%C3%ADlia%2C%20criado,de%20pobreza%20e%20extrema%20pobreza.> Acesso em 15 de março de 2023.

⁴ O BPC foi estabelecido pela CF de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. GUIMARÃES, D. Benefício Continuído - O difícil direito à tranquilidade. IPEA: Desafios do desenvolvimento, ano 5, nº 45, 2008.

Portanto, com as inúmeras transformações nas condições de vida das mulheres – como a queda na taxa de fecundidade, aumento da escolaridade, participação no mercado de trabalho, arranjos familiares, entre outros - têm gerado rupturas nas hierarquias familiares, até então vistas como tradicionais, mudando a forma como as mulheres se inserem nas famílias e na sociedade. Assim, se torna necessário mais estudos sobre as condições de vida laboral das mulheres, a partir de distintas escalas/recortes de análise, e as novas configurações familiares, onde as mulheres se apresentam como as únicas ou principais provedoras.

1.3 Mãe solo: Mulher e Trabalhadora

Na década de 1980, iniciam-se os procedimentos de inseminações artificiais, como por exemplo, as fertilizações. Esses métodos passam a separar a gravidez da dicotomia homem e mulher. A mulher cada vez mais conquista espaço na sociedade e passa assumir uma identidade social mais autônoma e independente, se desvinculando da função de reprodutora (SARTI, 2007). Modifica-se também a legislação e, com isso, considerando as novas demandas e estruturas familiares, a instauração do divórcio ficou mais simples. Paralelamente a essas transformações, a sociedade se tornou mais flexível ao papel e direitos da mulher solteira ou divorciada (GUTIERREZ; FERRÃO; ROCHA, 2011).

A mulher que, historicamente, não detinha o poder de escolha na sociedade contemporânea, depreende-se do determinismo biológico e social e se firma cidadã, ou melhor, detentora de suas vontades. Os novos arranjos são crescentes e, cada vez mais, as mulheres se tornam chefes de família e as funções entre gênero não se vinculam mais à sexualidade, e sim as circunstâncias (FINELLI; SILVA; AMARAL, 2015).

Segundo Costa e Marra (2013), os arranjos familiares chefiados por mulheres é uma realidade antiga. Fernandes (2022) reforça que a chefia feminina faz parte da história dos lares brasileiros, devido à diferentes situações. Um fator relevante, recorrente no início do século XX, era o abandono do lar por parte do marido que almejava melhores empregos e maiores remunerações em outras regiões do país, emigrando e deixando para trás mulheres e filho(a)s.

A mulher chefe da família monoparental é responsável por todas as atividades domésticas e profissional - incluindo as funções remetidas a figura do pai referente a atenção, cuidado e assistência financeira. Muitas vezes essas mulheres se limitam nas demandas da vida familiar e laboral e acabam abandonando questões individuais e cuidados com si (FERNANDES, 2022).

A figura paterna sempre obteve reconhecimento devido sua autoridade moral e os recursos financeiros, a presença de um pai remetia a ideia de família completa e sua ausência refletia um peso negativo frente a sociedade. Porém, essa imagem não é mais aceitável. Os papéis limitantes de ser o pai o único provedor e a mãe a única cuidadora estão desaparecendo e se ressignificando. É importante apontar que o ser provedor ou cuidador de uma criança não deveria estar vinculado ao gênero, mas a parentalidade plena em que ambos sejam capazes de oferecer afeto e suprir as necessidades da criança (BALIANA, 2013).

Assim como a maternidade, a paternidade requer responsabilidade e cuidado com a criança, haja vista que ambos dividem papéis fundamentais na vida de um(a) filho(a). Nesse sentido, Fernandes (2022) salienta que maternidade e paternidade se interligam, possibilitando memórias afetivas e de atenção para com a criança. É de suma importância a desconstrução do modelo patriarcal que envolve o significado de paternidade, é necessário se desvincular de ideais machistas e compreender que a sociedade precisa de mudanças e uma nova visão sobre paternidade.

De acordo com Perucchi e Beirão (2007), as temáticas sobre parentalidade e disparidades de gênero no mundo laboral surgem como “pano de fundo”, englobando discussões sobre os desdobramentos e as práticas sociais provenientes dos novos arranjos familiares. A diferenciação dos papéis de pai e mãe foram instituídas através de construções sociais de gênero, principalmente no que diz respeito às atribuições de feminino e masculino, relacionando suas funções com as diferenças sexuais. As construções de gênero, vinculadas ao modelo patriarcal, o qual relaciona a maternidade aos cuidados e à submissão e a paternidade à força e à autoridade, é algo vigente. A figura de pai permanece ocupando, nessas concepções, um lugar de respeito e poder sobre a família. Paternidade e maternidade são vínculos que se interligam, seja como categorias de análise, seja como práticas sociais e, como tal, refletem nos novos arranjos familiares e nas suas respectivas configurações.

Todas as mudanças ocorridas nos arranjos familiares foram tão relevantes e igualmente importantes que fizeram alguns autores, como Goldani (2007), referirem-se às famílias brasileiras como “famílias reinventadas”. Para a autora, as transformações afetaram de tal modo que o país vive um processo de reorganização e diversificação em suas configurações familiares não apenas em relação a sua forma e tamanho, mas também nos seus significados.

A família é uma instituição que se molda de acordo com as transformações societárias e culturais de cada conjuntura, assim ela assume inúmeros arranjos. Não existe um modelo a ser

tomado como correto de estrutura familiar, o que existe são situações, cenários e particularidades distintas. Nesse sentido, a configuração familiar das mulheres que são as únicas responsáveis afetivas e financeiras pelo seu filho – mãe solo, requer um estudo teórico e descritivo mais aprofundado. Dessa forma, surge a relevância da presente pesquisa, ainda mais para o caso do Semiárido Brasileiro, que até o momento não se conhece estudos com os objetivos propostos nesta dissertação.

Fernandes (2022) afirma que as famílias monoparentais estão em constante ascensão, por diferentes motivos, a saber: abandono, separação, viuvez ou por opção (técnicas reprodutivas, adoção). O arranjo monoparental apresenta, geralmente, a figura materna como o único indivíduo responsável pelos cuidados familiares e pela manutenção da casa. Essas mulheres, atualmente são conhecidas como mães solo, cuidam dos seus/suas filho(a)s sozinhas e, por conseguinte, apresentam um cotidiano estressante em decorrência da sobrecarga dos múltiplos afazeres que desempenham, problemas acarretados devido à ausência de recursos financeiro e dos momentos de solidão e abandono as quais se encontram em relação às demais mulheres que possuem uma rede de apoio (FERNANDES, 2022).

Favaro (2013) ressalta que o fato de ocorrerem mudanças na configuração dos arranjos familiares não significa que as tensões e conflitos no seu interior são eliminados. O jogo entre poder e sexo segue latente. As famílias são instituições mutáveis, não podendo ser isoladas do contexto social que a cerca. Nesse sentido, temáticas como de gênero, raça/cor, geração e classe, subjazem as sociabilidades familiares que, entretanto, não podem mais ser difundidas como uma unidade por excelência baseada apenas no afeto e no cuidado. Conflitos, violência e descaso também fazem parte do contexto familiar (RODRIGUEZ, 2005).

Portanto, o contexto atual se caracteriza por todas essas mudanças na família, que inevitavelmente refletem no âmbito laboral. Mesmo com os importantes avanços, o mercado do trabalho continua preso à lógica patriarcal, o que dificulta as mães solo ingressarem e se firmarem na vida laboral.

Segundo Bruschini (2007), o perfil das mulheres brasileiras trabalhadoras tem mudado significativamente nas últimas décadas, de um lado, elas se tornam mais velhas, casadas e mães - o que indica uma nova identidade feminina, focada tanto para a vida laboral quanto para a familiar, e de outro, persistem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com o(a)s filho(a)s e outros familiares - o que indica a continuidade de modelos familiares

tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, sobretudo as que têm filho(a)s pequeno(a)s, e demandam mais tempo nos seus cuidados.

O número de famílias chefiadas por mulheres é crescente no Brasil, evidenciando uma posição social onde elas estão cada vez mais presentes: a de provedoras do sustento da família (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007). A ascensão de famílias chefiadas por mulheres, bem como de outras configurações familiares distintas do modelo tradicional, tem se apresentado como um processo rápido nas sociedades ocidentais, cuja organização sociocultural foi historicamente marcada no modelo patriarcal (CASTELLS, 1999).

A ascensão das chefias femininas no âmbito familiar se apresenta como um fenômeno mundial que engloba todas as classes sociais (SAFA, 1999). Contudo, é de suma relevância ressaltar que os casos de monoparentalidade feminina assumem múltiplas faces, dependendo do contexto social da mulher. Segundo Bilac (1991), a chefia feminina varia de acordo com a camada social, onde a chefia de mulheres de classe média ou alta é muito diferente daquelas das classes mais baixas. Enquanto a maioria das mulheres de nível social médio ou alto assumem a chefia familiar e são vistas como profissionais qualificadas que sustentam e administram seus lares, delegando as funções domésticas às trabalhadoras domésticas, as chefes de domicílios em situação de vulnerabilidade assumem a responsabilidade familiar tendo, geralmente, que conciliar múltiplas jornadas de trabalho - o cuidado da casa, dos filhos e o trabalho remunerado.

O desempenho da mulher como chefe da família é colocado à prova nas esferas pública e privada, necessitando sempre atestar sua habilidade e competência para conduzir uma família sozinha (FERNANDES, 2022). Muitos são os problemas que afetam as mulheres chefes de família monoparental, como a sobrecarga de múltiplas jornadas de trabalho, a ausência do apoio de um(a) companheiro(a) e até a complexidade de encontrar um emprego com um salário melhor. Todos esses fatores podem despertar uma sensação de cansaço, haja vista que as mães não teriam com quem deixar o(a) filho(a) e, com isso, podem não encontrar vagas nas creches, não conseguir atender às muitas demandas extras no trabalho e, por conseguinte, acarretar em demissão (CÚNICO, ARPINI, 2014).

Existem diferentes visões sobre as mães solo, muitas pessoas com julgamentos e outras com admiração e exemplo de superação. Para alguns, a mulher é uma guerreira, que apesar da ausência paterna, se dedica, vai à luta, trabalha e cuida do filho(a); por outro lado, existem aqueles com um olhar preconceituoso, que desvalorizam a mãe que não convive com o pai da criança

(FERNANDES, 2022). Posto isto, é necessário reforçar a importância de não romantizar a maternidade, principalmente a solo. As mães solo precisam ser assistidas por políticas públicas que possibilitem a delegação de determinados cuidados – como ampliação e acessibilidade de creches, e também as auxiliem na inserção no mercado de trabalho, com um olhar específico para as suas particularidades e limitações. Outro ponto importante é a devida culpabilização acerca do abandono e a omissão paterna.

Estudos como o de Cúnico e Arpini (2016); Souza e Parrão (2015) e Pinto et. al. (2011), apontam, respectivamente, importantes efeitos subjetivos da maternidade solo, a saber: as vulnerabilidades emocionais acarretadas pelo acúmulo de responsabilidades atribuídas a mulher; os sentimentos de culpabilização e ausência em relação as necessidades do(a)s filho(a)s; e os fenômenos emocionais como autoestima baixa, ansiedades, medos e fragilidades na procura por técnicas de sobrevivência para enfrentar as adversidades da vida.

Para Dantas (2022), um importante fator que desperta esses efeitos subjetivos é a romantização da maternidade. Borges (2020) afirma que a romantização da maternidade possibilita a criação de expressões - “mãe guerreira” e “pãe” - sobre a mãe solo enquanto pessoa batalhadora, ignorando toda a sobrecarga que recai na mulher por ser a única responsável financeira e afetiva da criança. Em paradoxo a esse romantismo, importantes estudos ressaltam a sobrecarga feminina acarretada pela ausência paterna, por ser a mãe a principal responsável pelo cuidado do(a)s filho(a)s, por ter a obrigação de aprender a lidar com as múltiplas jornadas de trabalho imposta, bem como por não conseguir ingressar no mercado laboral e com boa remuneração, além de enfrentar as precariedades e vulnerabilidades das condições gerais de vida (BRITO, 2008; COSTA & MARRA, 2013; PINTO et. al., 2011). Como reforça Biroli (2018), no cotidiano das mães solo, os entraves para criar o(a)s filho(a)s em condições de vulnerabilidade envolve superação e solidariedade, mas também um elevado custo e sofrimento.

Costa e Marra (2013) frisam que a incumbência de auxiliar e dar suporte as mães solo é do Estado brasileiro, haja vista que essas mulheres se encontram em situação de risco pessoal e social, e não são inclusas nas políticas públicas. Para Pinto et. al (2011), ainda há um grande distanciamento entre as reais necessidades dessas mulheres - principalmente as pobres e negras, o que de fato o Estado proporciona e o que elas têm acesso. Além disso, as mães solo em situação de vulnerabilidade desempenham as atividades laborais mais precárias, obtêm os salários menores e estão inseridas em trabalhos informais – sem dispor da mínima proteção e dos direitos trabalhistas.

Portanto, é de suma importância refletir e se sensibilizar com os desafios que essas mulheres são submetidas ao buscar por alternativas diárias para a sobrevivência do seu arranjo familiar.

Se a emancipação feminina impulsiona as mães da camada social média a se inserirem na vida laboral e conservarem um padrão de vida para seus/suas filho(a)s, a sobrevivência é o pilar que sustenta as mães pobres no trabalho, ainda que, em geral, auferam remunerações injustas e se concentrem em empregos precários. Posto isto, convém frisar que essas mulheres ainda enfrentam o moralismo estrutural, onde, geralmente, apenas o homem é visto como chefe de família (COSTA; MARRA, 2013).

É indiscutível a influência que as construções sociais de gênero detêm em relação a sociedade, sobretudo no que diz respeito ao “ser mulher” como principal responsável pelas tarefas domésticas e pela educação e cuidados do(a)s filho(a)s (CASTELLS, 1999; LAGO, 1986). Wagner et. al. (2005) afirma que o nível socioeconômico médio nos quais a mulher é a provedora, ela ainda assume praticamente todas as responsabilidades pelos afazeres domésticos. Convém frisar que as chefes de família desempenham mais atividades domésticas do que as mulheres dependentes economicamente dos seus maridos, proporcionalmente ao tempo disponível que possuem.

A sociedade exige que a mulher trabalhe como se não tivesse filho(a)s e seja mãe como se não trabalhasse fora do ambiente familiar (LIZAUKAS, 2015), mas essa condição nunca será seguida. A mulher vivência múltiplas jornadas de trabalho e, geralmente, está sempre sobrecarregada e se colocando uma autocobrança, com o sentimento de insatisfação frente as demandas de trabalho e cuidado com o(a)s filho(a)s (FERNANDES, 2022).

Segundo Minamiguchi (2017) pesquisar sobre a monoparentalidade remete a muitas alternativas de abordagens analíticas e, acima de tudo, debater uma temática diversificada, de um fenômeno que pode ser compreendido de distintas maneiras, onde o cenário social e cultural é um elemento importante. A literatura, todavia, indica que existem muitos aspectos que pesam ao se estudar esses arranjos, cujos questionamentos direcionados ao contexto que essas famílias estão inseridas, tanto em relação ao ponto de vista histórico, quanto no socioeconômico, possuem grande relevância.

Diante o exposto, pode-se dizer que os argumentos apresentados reforçam que as mães solo se apresentam ainda mais vulneráveis à condição de pobreza (AZEREDO, 2010; SOUZA; PARRÃO, 2015), uma vez que questões de gênero, a responsabilidade com os afazeres doméstico,

o cuidado com o(a)s filho(a)s sem uma rede de apoio, a ausência de um emprego e remuneração satisfatórias, são condições que potencializam a vulnerabilidade social (CARLOTO, 2005).

A nomenclatura “mãe solo” é um termo relativamente novo nos estudos acadêmicos e não é frequentemente utilizado, principalmente nas áreas das ciências sociais aplicadas. Segundo Dantas (2022), a literatura científica e especializada opta, geralmente, apenas por expressões como “mulher chefe de família”, “mulheres pertencentes a famílias monoparentais” ou “arranjo monoparental feminino”, para se referir as mulheres que são responsáveis por seus lares e cuidam de seus/suas filho(a)s, sem o auxílio dos genitores/cônjuge.

Convém ressaltar que, conforme reflexões levantadas por Lima (2021), a expressão “chefia feminina de família” exprime um viés mais financeiro e administrativo do ambiente doméstico, do que uma ótica mais afetiva que envolve a esfera familiar, o uso apenas dessa expressão limita as simbologias e as histórias individuais que vivenciam a maternidade solo. Nesse sentido, visando estudar as características e as vivências das mães solo no Semiárido Brasileiro, a presente dissertação se utiliza das diferentes terminologias para desassociar conjugalidade e parentalidade, e reforçar a desigualdade existente quando se é mulher, mãe e de uma região historicamente vulnerável. *Mama África, a minha mãe é mãe solteira* (CÉSAR, 1995)? Não, é mãe solo, chefe de família e sobrecarregada.

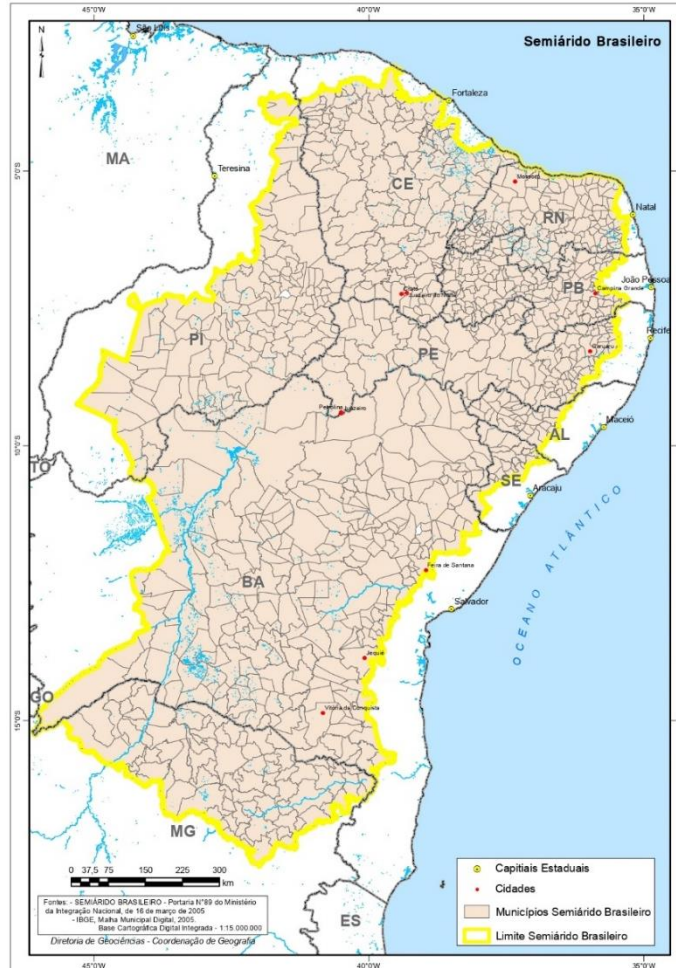
2 MATERIAL E MÉTODOS

Nesse capítulo busca-se apresentar os materiais e métodos utilizados no decorrer do estudo que nortearam à discussão sobre mães solo, explanando sobre o recorte geográfico do Semiárido Brasileiro, concomitantemente com o método e fonte de dados que auxiliaram na obtenção dos resultados. O período analisado nessa dissertação será o ano 2000 e 2010, uma vez que são os últimos Censos Demográficos com os microdados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e corroboram para uma melhor análise acerca das transformações ocorridas com o arranjo familiar monoparental.

2.1 Breve Caracterização da Área em Estudo

O Semiárido Brasileiro, ao longo da história, passa por importantes mudanças. Segundo Silva (2006), oficialmente, a primeira delimitação da região foi definida em 1936, como o Polígono das Secas. Em 2005, levando em consideração as conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para delimitação do novo Semiárido Brasileiro, o Ministério da Integração Nacional atualizou a área de abrangência oficial (PEREIRA JR., 2007). Dessa forma, é importante ressaltar que a região do Semiárido é uma área mutável e quando necessário passa por novas delimitações. Assim, o presente estudo considera como área de abrangência do Semiárido Brasileiro a delimitação de 2005, dado que o período de estudo dessa dissertação compreende a primeira década do século XXI.

Figura 1 - Mapa do Semiárido Brasileiro



Fonte: Geoftp, 2005 (IBGE).

Segundo a delimitação de 2005, o Semiárido Brasileiro abrange oito estados nordestinos – Alagoas (38), Bahia (265), Ceará (150), Paraíba (170), Pernambuco (122), Piauí (127), Rio Grande do Norte (147), Sergipe (29) - e Minas Gerais (45), com um total de 1.133 municípios (PEREIRA JR., 2007).

2.1.1 Critérios para integrar o Semiárido Brasileiro

De modo geral, Silva (2006) destaca que as regiões semiáridas apresentam características específicas como aridez do clima, deficiência hídrica, com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e solos pobres em matéria orgânica. Um longo período seco durante o ano aumenta a temperatura local, caracterizando a aridez sazonal. Dada essa conceituação, têm-se que o grau de

aridez de uma região está vinculado à quantidade de água oriunda da chuva e da temperatura que acarreta a perda de água através da evapotranspiração potencial.

No que concerne ao Semiárido Brasileiro, também conhecido como Polígono das Secas, apresenta como principal atributo a baixa incidência pluviométrica. Segundo Buainain e Garcia (2013a), o Semiárido, Sertão ou Caatinga, é um território marcado pelas irregularidades de chuvas, aridez e pela ausência de nutrientes benéficos para os solos, o que provoca o estigma de ecossistema, onde habita indivíduos que são, geralmente, rotulados de miseráveis. Por isso, durante muito tempo, o Semiárido Brasileiro foi conhecido como território problema.

Ao abordar o Semiárido, concomitantemente se estuda o Nordeste, haja vista que ambos se interligam em aspecto territorial e climático, cujo principal flagelo natural que os unem é a seca. Como bem exprimiu Luiz Gonzaga (1947), em sua famosa música Asa Branca, “Que brasileiro, que fornalha, nem um pé de plantação. Por falta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão”. Retratando em seus versos os problemas provenientes da seca no Nordeste e a vida do morador do sertão.

O Semiárido Brasileiro é repleto de histórias, com cenários de tristes de seca e de importantes conquistas. É um território marcado por disparidades regionais (SILVA, 2006) e de gênero (RIOS; BASTOS; BARROS, 2015), uma população em situação de pobreza (BUAINAIN; GARCIA, 2013a) e que enfrenta as adversidades do dia a dia na expectativa de melhorias. Dado o exposto, é notório o crescente interesse pelo recorte geográfico do Semiárido, mediante as várias transformações que vem ocorrendo no território, despertando estudos que investiguem sobre esse ambiente nos mais variados aspectos - social, político, econômico, demográfico, geográfico, cultural, ambiental e educacional, possibilitando a produção de novos conhecimentos sobre a região e melhorar as condições de vida da população.

Nesse contexto, deve-se pensar o Semiárido Brasileiro para além de suas dimensões climáticas, de solo e geográficas, mas compreender como uma rede dinâmica, cujos componentes humanos e materiais abrangem uma estrutura complexa que afeta e influencia nos processos de natureza histórica, cultural, social, econômica e ambiental (COSTA et al., 2015; PEREIRA, 2016).

De acordo com Santos et. al. (2014), existem alguns fatores que são responsáveis pela pobreza da população em regiões pouco desenvolvidas, a saber: a dificuldade de acesso à educação, ao crédito, emprego, moradia e ao sistema de saúde, bem como o acesso à água. A ausência desses recursos inviabiliza o mais simples princípio de desenvolvimento e torna a região um ambiente

crescente de degradação. Ainda conforme os autores, o Semiárido Brasileiro é um dos maiores do mundo, abrange uma área de aproximadamente 900.000 km², sendo que 57 % do território da região Nordeste está inserido no Semiárido.

A área de domínio do Semiárido Brasileiro, ao longo da história, passa por importantes mudanças. Segundo Silva (2006), oficialmente, a primeira delimitação da região foi definida em 1936, como o Polígono das Secas. Cujas definições técnicas para o Semiárido é oriunda do artigo 159 da Constituição Federal (CF) de 1988, o qual institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)⁵. O artigo supracitado estabelece que 50% dos recursos destinados ao FNE devem ser aplicados no Semiárido. Regulamentando a CF de 1988, a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, estipula como Semiárido a região que engloba a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm. Tendo em vista o período de análise, considera-se nesse estudo como área de abrangência do Semiárido Brasileiro a delimitação de 2005.

Para a delimitação de 2005 foram considerados três critérios técnicos, a saber: a precipitação pluviométrica com média anual inferior a 800 mm; o índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, dado o período entre 1961 e 1990; e, por fim, o risco de seca maior que 60%, considerando o período entre 1970 e 1990. Dado esses parâmetros, foram incluídos mais 102 municípios aos 1.031 que já faziam parte do semiárido. Minas Gerais foi o estado que obteve maior número de inclusões nessa delimitação, englobando 45 novos municípios (PEREIRA JR., 2007).

Conforme dados do Ministério da Integração Nacional (2005), a região do Semiárido concentrava cerca de 21 milhões de pessoas, conforme Censo Demográfico 2000, compreendendo assim 11% da população brasileira. Os 1.133 municípios integrantes do Semiárido Brasileiro, correspondem a 54,32% da área total dos estados que o englobam e foram beneficiados com o bônus de adimplência de 25% dos recursos do FNE, enquanto o restante do Nordeste esse percentual foi de 15%. Ainda no que concerne ao FNE, os 50% dos recursos deste fundo eram

⁵ O FNE juntamente com os outros Fundos Constitucionais podem ser considerados como um dos principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) visando, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio de instituição financeira federal de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. BRASIL. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco/fundo-constitucional-de-financiamento-do-nordeste-fne>. Acesso em: 07 de março de 2023.

destinados para o financiamento de atividades produtivas nos municípios do Semiárido, o que representa um grande incentivo à atração de capitais e à geração de emprego na região, conforme estabelecido na CF/88. Em 2005, o valor aplicado pelo FNE no Semiárido alcançou os R\$ 2,5 bilhões. Assim, dada essa abrangência, o Ministério da Integração Nacional reafirmou o seu comprometimento com o desenvolvimento desta região, tanto em relação à ativação do seu potencial endógeno de crescimento econômico, como no sentido da redução das disparidades inter-regionais ainda existentes no país.

Quadro 1 - Número de municípios que integram o Semiárido Brasileiro

Estado	Total de Municípios	Nº municípios no semiárido				Área total (Km²)	Área no Semiárido	
		Anterior a 2005	Incluídos em 2005	Atual	%		(Km²)	%
Alagoas	102	35	3	38	37,25	27.819	12.687	45,61
Bahia	417	257	8	265	63,55	564.693	393.056	69,61
Ceará	184	134	16	150	81,52	148.825	126.515	85,01
Minas Gerais	853	40	45	85	9,96	586.528	103.590	17,66
Paraíba	223	170	0	170	76,23	56.440	48.785	86,44
Pernambuco	185	118	4	122	65,95	98.312	86.710	88,20
Piauí	223	109	18	127	56,95	251.530	150.454	59,82
R. G. do Norte	167	140	7	147	88,02	52.797	49.590	93,93
Sergipe	75	28	1	29	38,67	21.910	11.176	51,01
Total	2.429	1.031	102	1.133	46,64	1.808.854	982.563	54,32

Fonte: PEREIRA JR., 2007.

O Semiárido Brasileiro, apresenta, em razão de sua abrangência, características culturais, sociais e ambientais não homogêneas, atribuindo a essa região um paradigma desenvolvimentista voltado a compreender as suas especificidades, para a partir de então, identificar as fragilidades e potencialidades da área que, planejadas de maneira sistemática, poderão acarretar processos eficientes de desenvolvimento (VIEIRA; FERNÁNDEZ, 2006).

2.2 Recorte Temporal, Fonte de Dados e Variáveis Seleccionadas

O presente estudo tem como recorte temporal os anos 2000 e de 2010, no intento de captar as contribuições das políticas públicas de um governo mais progressista pautado em questões sociais e nas disparidades regionais, bem como faz uso do Censo Demográfico 2000 e o mais recente (2010), única fonte de dados possível alcançar os objetivos propostos nesta dissertação.

Conforme ressalta Alves, Rodrigues e Paulo (2011), nas duas últimas décadas do século XX aconteceram importantes mudanças no modelo de intervenção social do Estado. Simultâneo à efetivação do receituário neoliberal no Brasil, as políticas de cunho sociais progrediram na universalização de direitos sociais, bem como focaram os gastos públicos sociais em setores não-pobres do país, por meio de projetos governamentais voltados para transferência direta de renda. Os efeitos refletem na redução significativa dos indicadores de desigualdade e pobreza, abrangendo, sem distinção, todas as regiões do país. O progresso dessas políticas sociais permaneceu e se propaga no decorrer dos anos 2000. Porém, os formuladores de política econômica e social ainda encontram muitos desafios, haja vista que enfrentam a dicotomia entre equidade social e a necessidade de estabilização dos agregados macroeconômicos. Posto isto, tal assertiva corrobora com a relevância do recorte temporal selecionado.

Dado a escolha da base de dados, este trabalho ocupará-se em caracterizar o perfil e a atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro no ano 2000 e de 2010. O estudo considera mãe solo, independentemente de ser chefe de família, baseando-se em um conjunto de variáveis, a saber: mulher, sem cônjuge e com filho(a).

No intento de traçar os perfis propostos, as variáveis selecionadas para essa caracterização foram: sexo, focando exclusivamente no feminino; população total; total de mulheres; mulheres com filhos; mulheres com filhos e sem companheiro; faixa etária das mães solo; estado civil; nível de instrução; raça/cor; total de mãe solo e quantidade de filho(a)s nascidos vivo(a)s; faixa etária do seu último filho(a)s vivo; quantidade de filho(a)s nascido(a)s vivo(a)s e, por fim, os rendimentos totais das mães solo.

Quadro 2 - Perfil das Mães Solo do Semiárido Brasileiro: variáveis selecionadas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Censo Demográfico	Variável	Descrição	Classificação adaptada
2000	V0102	Unidade da Federação (UF)	Maranhão Piauí Ceará Rio Grande do Norte Paraíba Pernambuco Alagoas Sergipe
2010	V0001		Bahia Minas Gerais
2000	V0401	Sexo	Feminino
2010	V0601		
2000	V0402	Relação com o responsável pelo domicílio	Pessoa responsável Filho(a), enteado(a) Mãe, sogra, madrasta Neto(a), bisneto(a) Irmão, irmã Outro parente Agregado(a) e outros
2010	V0502		
2000	V4752	Faixa etária	De 15 a 19 anos De 20 a 24 anos De 25 a 29 anos De 30 a 34 anos De 35 a 39 anos De 40 a 44 anos De 45 a 49 anos
2010	V6036		
2000	V0408	Raça/Cor	Branca Preta Amarela Parda Indígena
2010	V0606		
2000	V4300	Anos de estudo	Sem instrução ou menos de 1 ano 1 ano 2 anos 3 anos 4 anos 5 anos 6 anos 7 anos

			8 anos 9 anos 10 anos 11 anos 12 anos 13 anos 14 anos 15 anos 16 anos 17 anos ou mais
2010	V6400	Nível de instrução	Sem instrução e fundamental incompleto Fundamental completo e médio incompleto Médio completo e superior incompleto Superior completo
2000	V0436	Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	Sim Não, mas viveu Nunca viveu Branco
2010	V0637		
2000	V0438	Estado civil	Casada Separada ou divorciada Viúva Solteira
2010	V0640		
2000	V4620	Total de filho(a)s nascidos vivo(a)s	1 filho 2 filhos 3 filhos Acima 3 até 5 Acima de 5
2010	V0663		
2000	V4654	Faixa etária do último filho(a)	Menos de 1 ano De 1 ano a menos que 3 De 3 anos a menos que 5 De 5 anos a menos que 7 De 7 anos a menos que 10 De 10 anos a menos que 12 De 12 anos a menos que 15 De 15 anos a 17
2010	V6660		
2000	V4614	Total de rendimentos	Até 1/4 do SM Acima de 1/4 até 1/2 SM Acima de 1/2 até 1 SM Acima de 1 até 2 SM Acima de 2 até 3 SM Acima de 3 até 5 SM Acima de 5 até 7 SM
2010	V6529	Rendimento domiciliar	

			Acima de 7 até SM Acima de 10 SM
--	--	--	-------------------------------------

Fonte: Organização própria a partir dos dicionários dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

É necessário ressaltar que há diferenças entre essas variáveis de um Censo Demográfico (2000 e 2010) para o outro. Porém, apesar das mudanças ocorridas nos dicionários, foram escolhidas variáveis passíveis de comparação que contribuíssem com a finalidade da pesquisa. Assim, para as variáveis que apresentaram distinções, foram feitas algumas adequações para se tornarem compatibilizadas.

Na variável UF, foi realizada uma filtragem com ênfase nos municípios que integram o Semiárido Brasileiro, conforme delimitação de 2005 - Alagoas (38), Bahia (265), Ceará (150), Paraíba (170), Pernambuco (122), Piauí (127), Rio Grande do Norte (147), Sergipe (29) e Minas Gerais (45).

No caso da variável “Idade calculada em anos”, não houve alteração entre os anos analisados (2000 e 2010), mas optou-se por distribuir em grupos etários conforme a necessidade de análise. Por estar em anos completos, essa variável foi reagrupada na análise de faixa etária das mães solas e na faixa etária do seu último filho(a). Dessa forma, considerou-se as mulheres-mães com idade de 15 a 49 anos, cuja escolha levou em conta que, neste intervalo de idade, são observadas as mais altas taxas de inserção no mercado de trabalho e, em sua maioria, já tiveram acesso à educação básica e ao mesmo tempo estariam em idade fértil e evita-se captar efeitos da aposentadoria precoce.

No que concerne a escolaridade das mães solo, foi necessário adaptar as variáveis para que houvesse compatibilização na análise. O Censo Demográfico de 2000 apresenta a variável “Anos de estudo” e no Censo de 2010 têm-se “Nível de instrução” para informações referentes a escolaridade. Dessa forma, para se tornarem comparáveis foi realizada a seguinte agregação: i) menos de oito anos de estudo – sem instrução e fundamental incompleto; ii) oito a dez anos de estudo – fundamental completo e médio incompleto; iii) onze a quatorze anos de estudo – médio completo e superior incompleto; iv) mais de quinze anos de estudo - superior completo. No Censo de 2000 foram excluídas as classificações “alfabetização de adultos” e “não determinado” (QUEIROZ, 2013).

Para atingir o terceiro objetivo específico, isto é, analisar a atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro, utilizou-se de variáveis e indicadores elaborados através dos Censos

Demográficos (2000 e 2010) do IBGE. Serão utilizadas as variáveis: condição de atividade e ocupação; posição na ocupação; setores de atividade; quantidade de horas trabalhado no trabalho principal; rendimentos em faixas salariais do trabalho principal. Assim, visando uma melhor compreensão da temática estudada, é necessário ressaltar algumas definições, a saber:

- **População em Idade Ativa (PIA)** – População que, na data de referência da pesquisa, apresentava 10 anos ou mais de idade. A PIA é formada pelo somatório da PEA (População Economicamente Ativa) e da PNEA (População Não Economicamente Ativa) (ROSA; OLIVEIRA, 2015; SIDRIM, 2018)).

$$PIA = PEA + PNEA$$

- **População Não Economicamente Ativa (PNEA)** - População com 10 anos ou mais de idade, não empregadas e que não procuraram trabalho no período de referência (SIDRIM, 2018).
- **População Economicamente Ativa (PEA)** – População que, na data de referência da pesquisa, apresentava 10 anos ou mais de idade e estava ocupada, com ou sem remuneração que trabalharam menos de 15 horas por semana, além daquelas que produziram para o autoconsumo e as desempregadas que buscaram emprego no período de referência (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). A PEA é formada pela População Ocupada (PO) e pela População Desocupada (PD).

$$PEA = PO + PD$$

- **População Ocupada (PO)** – A pessoa que, na semana de referência da pesquisa, exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa; ou a pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana⁶.
- **População Desocupada (PD)** – Considerou-se como desocupada a pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de

^{6,2} IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho que teve nesse período⁷.

- **Taxa de Participação da Força de Trabalho (TPFT)** – conhecida também como Taxa de Atividade, corresponde à parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está inserida no mercado de trabalho a partir do subconjunto caracterizado pela População Economicamente Ativa (PEA) (QUEIROZ, 2013; ROSA; OLIVEIRA, 2015).

$$TPFT = \frac{PEA}{PIA} * 100$$

- **Taxa de Ocupação** – É a razão entre a População Ocupada (PO) e a População Economicamente Ativa (PEA).

$$TAXA DE OCUPAÇÃO = \frac{PO}{PEA} * 100$$

- **Taxa de Desemprego** – É a razão entre a População Desempregada (PD) e a População Economicamente Ativa (PEA).

$$TAXA DE DESOCUPAÇÃO = \frac{PD}{PEA} * 100$$

Com base nisso, utilizou-se as seguintes variáveis:

Quadro 3 - Atividade laboral das Mães Solo do Semiárido Brasileiro: variáveis selecionadas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Censo Demográfico	Variável	Descrição	Classificação adaptada
2000	V0439	Na semana de 23 a 29/7/2000 trabalhou remunerado	População Ocupada (PO)
	V0440	Na semana, tinha trabalho, mas estava afastado	
	V0441	Na semana, ajudou sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário	

	V0442	Na semana, ajudou sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio em atividade de cultivo, extração vegetal	
	V0443	Na semana, trabalhou no cultivo, etc... para alimentação de pessoas moradoras no domicílio	
	V0455	Providência p/ conseguir trabalho	População Desocupada (PD)
2010	V6910	Condição de ocupação na semana de referência	População Ocupada (PO) e População Desocupada (PD)
2000	V0447	Nesse trabalho era...	Posição na Ocupação
	V0448	Era empregado pelo RJFP ou como militar	
2010	V6930	Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	
	V6940	Subgrupo e categoria do emprego no trabalho principal	
2000	V4462	Código novo da atividade ⁸	Ocupação por setor de atividade
2010	V6471	Atividade ⁹	
2000	V0453	Horas trabalhadas por semana no trabalho principal	Quantidade de horas trabalhadas no trabalho principal
2010	V0653	No trabalho principal, quantas horas trabalhava habitualmente por semana	
2000	V4513	Total de rendimentos no trabalho principal	Faixas salariais no trabalho principal
2010	V6513	Rendimento no trabalho principal	

Fonte: Organização própria a partir dos dicionários dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Como mencionado anteriormente, há diferenças entre determinadas variáveis de um Censo Demográfico para o outro e foram feitas algumas adequações para se tornarem passíveis de análise. Dessa forma, é importante ressaltar que para encontrar a População Ocupada, no ano de 2000, foi necessário associar diferentes variáveis - V0439, V0440, V0441, V0442, V0443; diferentemente do ano de 2010, cuja PO e PD foram possíveis de captar em uma única variável - V6910.

⁸ Categorias no arquivo “CnaeDom-Estrutura.xls”.

⁹ A relação de códigos encontra-se no arquivo: “CNAEDOM2.0_Estrutura 2010.xls”.

Convém destacar também que para uma melhor análise sobre a posição na ocupação das mães solo, optou-se por utilizar os subgrupos “Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada e Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada” – V6940 (2010), subtraindo-os, respectivamente do grupo “Empregado com carteira de trabalho assinada e Empregado sem carteira de trabalho assinada” – V6930 (2010). No ano 2000 a variável V0447 já apresenta os subgrupos desagregados.

2.3 Método de Análise

Considerando os objetivos da pesquisa, o presente trabalho é de caráter descritivo e explicativo. Um estudo explicativo pode ser a continuidade de outro descritivo, visto que a identificação dos elementos que afetam determinado fenômeno requer que este esteja suficientemente descrito e detalhado (GIL, 2007).

Gil (2007) salienta que o principal intento de uma pesquisa descritiva é destacar as características de uma população ou fenômeno específico. Para o autor, dentre as pesquisas descritivas se pode citar as que objetivam analisar as características de um grupo - sua distribuição por sexo, idade, nível de escolaridade etc. Definição esta que se encontra em concordância com os objetivos deste estudo, o qual procurou, de modo geral, caracterizar o perfil e a atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro no ano 2000 e de 2010. E, especificamente, traçar o perfil sociodemográfico, socioeconômico e educacional das mães solo do Semiárido Brasileiro, bem como analisar a atividade laboral dessas mães solo.

A pesquisa é de natureza quantitativa e o método é dedutivo. Em estudos quantitativos os resultados são apresentados em termos numéricos e considera-se que tudo possa ser contável, isto é, que se possa gerar informações a partir de números para serem passíveis de análise (GIL, 2008). E o método dedutivo refere-se ao método que parte do geral para o específico, visando obter conclusão através de premissas lógicas. Ou seja, por meio de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis. Para Gil (2008, p. 9), “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. Destarte, o estudo em questão se utiliza da dedução considerando a existência de verdades gerais já consolidadas acerca da temática abordada e que são pontos de partida para se chegar, através delas, a novos conhecimentos.

3 "A MINHA COROA ME CRIOU SOZINHA, LEVANTANDO SEMPRE NO RAIAR DO DIA"

Esse capítulo visa traçar o perfil sociodemográfico, educacional e socioeconômico, bem como analisar a atividade das mães solo deste território historicamente marcado por uma sociedade patriarcal e de desigualdades regionais. Nesse sentido, buscou-se relacionar dados e literatura disponível para compreender os acontecimentos que corroboraram para as mudanças ocorridas ao longo dos anos 2000 e 2010.

3.1 Mães Solo do Semiárido Brasileiro: Quem São Elas e Como Estão Inseridas no Mercado de Trabalho

A estrutura patriarcal de dominação vigente na sociedade reproduz o histórico cenário de exploração e opressão sobre as mulheres. Essas iniquidades, enfrentadas coletivamente, caracterizam-se como uma mazela comum às mulheres, relacionadas ao gênero e, conseqüentemente, devem ser compreendidas como uma problemática de cunho social e política. Esse sistema de dominação que tem direcionado ideologicamente a estruturação das relações de gênero e a designação das funções e lugar social de mulheres e homens, é legitimador de disparidades que refletem em condições de vida familiar e laboral bastante desiguais entre os gêneros, colocando a mulher em um lugar de subalternidade na sociedade (KERGOAT, 1996; SAFFIOTI, 2004; AZEVEDO, 2017; SCHEFLER, 2017). Esse cenário piora quando se engloba os arranjos monoparentais femininos, haja vista que as mães solo além de sofrerem com as desigualdades de gênero, ainda são penalizadas pelo abandono parental e a omissão paterna. Nessa perspectiva, têm-se a relevância de conhecer quem são as mães solo que residem na Região Semiárida Brasileira, bem como elas se encontram inseridas no mercado de trabalho.

3.1.1 Perfil Sociodemográfico, Educacional e Socioeconômico

É inegável que as relações que norteiam as questões de gênero são, estruturalmente, desiguais e são constituídas por processos históricos, políticos e econômicos que designam à mulher diferentes lugares perante à sociedade (SILVA, 2015). Nessa perspectiva, têm-se que a compreensão da condição feminina é afetada pelo contexto familiar e o seu lugar na estrutura social

(FERREIRA, 1981). A família é vista como uma instituição relevante para o entendimento histórico da opressão e exploração das mulheres (CISNE, 2014).

Assim, é importante salientar que as questões sociais, econômicas e culturais norteiam o entendimento sobre o arranjo monoparental feminino, no contexto familiar e no meio social, bem como as questões de gênero que reforçam que o fato de ser mulher, mãe e chefe familiar engloba muitos desafios (VERZA; SATTLER; STREY, 2015). Conforme ressalta Fernandes (2022), muitas mulheres estão cansadas e nos seus limites físicos, psíquicos e emocionais, haja vista as múltiplas jornadas de trabalho a serem realizadas.

Além de assumirem de maneira exclusiva todas as responsabilidades pelo filho(a), quer sejam financeiras ou afetivas, as mães solo precisam conciliar esse papel, muitas vezes, com a vida laboral e enfrentam a crítica moral imposta pela sociedade, que as pressionam para seguir a tradição do casamento, impondo a necessidade de uma figura masculina para exercer a maternidade.

A tabela 1 apresenta a distribuição da frequência absoluta, relativa e variação da população total do Semiárido Brasileiro, nos anos 2000 e 2010. Na Região Semiárida a população feminina é predominante, acompanhando a tendência do país. Segundo o IBGE (2023), a população total das mulheres no Brasil representava 50,78% em 2000 e 51,03% em 2010. E como pode ser observado na tabela 1, a maior parte da população do Semiárido Brasileiro é formada por mulheres, nos respectivos anos, haja vista que o percentual delas no primeiro ano em relação a população total foi de 50,50% e no segundo 50,61%.

Tabela 1 - População total do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Sexo	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Feminino	10.478.859	50,50	11.355.782	50,61	8,37
Masculino	10.285.344	49,50	11.082.787	49,39	7,75
População Total	20.764.203	100,00	22.438.569	100,00	8,06

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

A tabela 2 tem como foco a população feminina do Semiárido Brasileiro, com ênfase para o recorte etário de 15 a 49 anos, nos anos 2000 e 2010. Na tabela em questão se encontra a distribuição da frequência absoluta, relativa e variação da população feminina, por grupo de mulheres sem filho(a)s, com filho(a)s e com companheiro e com filho(a)s e sem companheiro (mães solo), em relação a população total de mulheres entre 15 a 49 anos, cuja idade compreende o período fértil da mulher, bem como sua inserção no mercado de trabalho.

Tabela 2 - População de mulheres de 15 a 49 anos e mães do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Mulheres e mães	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Mulheres sem filho(a)s	2.113.496	40,71	2.646.962	43,91	25,24
Mulheres com filho(a)s e companheiro	2.467.281	47,52	2.607.001	43,24	5,66
Mulheres com Filho(a)s e sem companheiro	611.438	11,78	774.605	12,85	26,69
Total de Mulheres entre 15 a 49 anos	5.192.215	100,00	6.028.568	100,00	16,11

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Ainda se pode observar que, do total de mulheres que estão inseridas na faixa etária que compreende a amostra de estudo, a maior parcela se apresenta com filhos - 59,30% em 2000 e 55,82% em 2010. Dada essas informações, nota-se que mesmo com a considerável redução na taxa de fecundidade a partir de 1960 (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006), o grupo de mulheres com filho(a)s e sem companheiro (mães solo), representavam 11,78% (611.438) em 2000, e aumentou para 12,85% (774.605) em 2010. Porém, mulheres com filho(a)s e com companheiro há um decréscimo, onde em 2000 representavam 47,52% e caem para 43,24% em 2010. E em contrapartida, corroborando com os dados referentes a queda na taxa de fecundidade, o grupo mulheres sem filho(a)s apresentam um aumento em seu quantitativo, saindo de 40,71% (2.113.496) em 2000 para 43,92% (2.646.962) em 2010.

Segundo Silva et al (2020), nas décadas de 1991 a 2010 ocorreu redução acelerada nas Taxas de Fecundidade Total (TFT) dos municípios que compreendem a Região Semiárida do Brasil, seguindo o comportamento observado no âmbito nacional. No ano 2000, poucos municípios estavam abaixo de 2,1 filhos por mulher. Enquanto em 2010, cerca de um terço dos municípios estavam abaixo desse nível de reposição. Porém, é importante ressaltar que a redução gradual da fecundidade está diretamente relacionada com a melhoria nas condições de vida da população.

Considerando que o Semiárido Brasileiro engloba 1.113 municípios, que apresentam particularidades distintas, a média da TFT vai variar de modo individual, o que pode afetar a média geral da Região, sendo uma explicação para o aumento absoluto e relativo no quantitativo de mães solo de 2000 (611.438/11,78%) para 2010 (774.605/12,85%). Silva, Paes e Silva (2018) observaram que no município de São João do Jaguaribe (Ceará), em 2005, se concentrou a mais baixa TFT (1,8), e a mais alta (4,7) no município de Canapi (Alagoas), revelando uma amplitude total de 3 filhos, em média, por mulher no período reprodutivo dentro do Semiárido. No ano de 2010, o município de Triunfo (Pernambuco) apresentou o menor valor (1,4) para o indicador, e o

maior (3,7) ocorreu no município de Pureza (Rio Grande do Norte), cuja amplitude total foi reduzida para 2,3 filhos, em média, por mulher.

Nesse presente trabalho, outro fator que pode explicar o aumento no quantitativo de mães solo de 2000 (611.438/11,78%) para 2010 (774.605/12,85%) é o estado civil, haja vista que as mulheres passaram a ter autonomia do seu corpo, bem como das relações as quais estão inseridas. Assim, o divórcio não é mais um tabu para a sociedade e se torna algo comum no judiciário brasileiro.

A partir da tabela 3, adentra-se de fato na população alvo desse estudo (mães solo do Semiárido). No período 2000/2010 pode-se observar maior variação na faixa etária de 25 a 29 anos (37,64%), de 30 a 34 anos (38,48%), de 35 a 39 anos (36,76%) e de 40 a 44 anos (37,04%), ou seja, mulheres com uma vivência e experiência de vida maior. Segundo informações do Jusbrasil¹⁰ (2023), em 2010, a maior taxa de divórcio se concentrou no grupo de mulheres entre 30 a 34 anos: 7,3%, seguida do grupo etário de 35 a 39 anos: 7,2%, ratificando os resultados para as mães solo do Semiárido. Assim, ao observar a tabela 4 (estado civil) é notório o aumento na frequência absoluta no grupo de separadas ou divorciadas, onde em 2000 eram 68.707 mães solo, e passou para 83.503 em 2010, apresentando a segunda maior variação (21,53%) do período.

Tabela 3 - Faixa etária e idade média das mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000 e 2010

Faixa etária	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
De 15 a 19 anos	51.591	8,44	50.623	6,54	-1,88
De 20 a 24 anos	116.321	19,02	127.802	16,50	9,87
De 25 a 29 anos	102.459	16,76	141.026	18,21	37,64
De 30 a 34 anos	102.596	16,78	142.073	18,34	38,48
De 35 a 39 anos	95.859	15,68	131.094	16,92	36,76
De 40 a 44 anos	79.635	13,02	109.128	14,09	37,04
De 45 a 49 anos	62.977	10,30	72.859	9,41	15,69
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Idade média no SB	31,46	-	32,02	-	-
Idade média no Brasil	33,37	-	32,45	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE)

¹⁰ JUSBRASIL (2010). Em um ano, número de divórcios cresce 46% e atinge recorde. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/em-um-ano-numero-de-divorcios-cresce-46-e-atinge-recorde/100252043>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2024.

Segundo Santos Medeiros et.al. (2012), pode-se associar o decréscimo da taxa de fecundidade brasileira a vários fatores, como a urbanização crescente, aumento do uso de métodos contraceptivos, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, maior participação da mulher na força de trabalho e a instabilidade de emprego.

Os arranjos familiares são configurações mutáveis e estão atreladas a um contexto histórico e não a uma formação denominada como ordem natural (FAVARO, 2009; BIROLI, 2018; CARLOTO, 2005). A família não é estática nem homogênea e, além disso, não há estruturas certas ou erradas (SILVA, 2015). Segundo salienta Falci (1997), os núcleos familiares eram formados, em sua maioria, por casamentos católicos, os quais eram firmados muito cedo, normalmente a partir dos 15 anos e, sobretudo, para as mulheres. Existia, frequentemente, o hábito de casamentos arranjados e com familiares próximos.

É importante destacar que o Semiárido Brasileiro é marcado por desigualdades regionais (SILVA, 2006) e uma população pobre (BUAINAIN; GARCIA, 2013a), o que limitava o acesso à informação, a saúde e, por conseguinte, ampliava a taxa de fecundidade. De acordo com Silva (2014), as mulheres que atingissem a idade de 30 anos sem casar era um fator pejorativo, onde já eram consideradas ‘moças-velhas’. A idade inicial para o vínculo do matrimônio era determinada pela menarca¹¹.

Ao analisar a faixa etária no contexto Semiárido e do Brasil (tabela 3), pode-se inferir que ambos seguem uma média de idade na faixa etária dos 32 anos. Sendo que em nível nacional houve uma diminuição da média em 1 ano, no qual as mães solo têm aproximadamente 33 anos em 2000 e 32 anos em 2010, enquanto as mães solo do Semiárido apresentam, aproximadamente, 32 anos nos respectivos anos.

Observa-se na tabela 3 que a maior parte destas mães possuíam entre 20 a 24 anos em 2000, que correspondiam 19,02% e em 2010 o grupo etário que apresentou o maior quantitativo foram de 30 a 34 anos, correspondendo a 18,34%, mostrando o envelhecimento das mães solo. Em contraste, a menor proporção é verificada de 15 a 19 anos, com 8,44% em 2000 e 6,54% em 2010, dados que remetem a diminuição de gravidez na adolescência.¹²

¹¹ A primeira menstruação da vida de uma mulher recebe o nome de menarca. Este evento ocorre habitualmente entre os 10 e 14 anos de idade. PINHEIRO, P. Menarca – Primeira menstruação da vida. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/ginecologia/menstruacao/primeira-menstruacao-menarca/>. Acesso em: 16 de março de 2023.

¹² O desenvolvimento humano está relacionado diretamente com elementos da saúde e da educação. Desde 1995, em parceria, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação têm buscado a inclusão de abordagens sobre saúde sexual

De acordo com o Ministério da Saúde, a gravidez na adolescência pode ser associada a diversos fatores, como a vulnerabilidade individual e social, falta de informação apropriada e de acesso aos serviços de saúde, gravidez não planejada e o status das adolescentes mulheres na sociedade. Em 1940, a média nacional era de 6,2 filho(a)s e, em 2000, passa a ser de 2,3 filho(a)s por mulher, e em 2010 foi de 1,8. Em contrapartida, entre adolescentes e jovens, aconteceu o oposto. Identificou-se o aumento em 25% na taxa de fecundidade entre meninas de 15 a 19 anos, durante os anos de 1990. Mas dados mais recentes indicam que a taxa de adolescentes grávidas entre 15 e 19 anos vem reduzindo, onde em 1999 foi verificada uma taxa de 90,5 grávidas para cada grupo de 1.000 adolescentes; já, em 2003, havia 81 grávidas para cada grupo de 1.000, com uma queda de 10,5% (BRASIL, 2008).

Essas informações corroboram com os achados desse estudo, tendo em vista que as mães solo do semiárido brasileiro com faixa etária de 15 a 19 anos apresentaram um decréscimo (1,88%) no período analisado. Convém frisar que a queda na taxa de gravidez na adolescência não reduz a responsabilidade da sociedade e do poder público no que diz respeito a essa questão, é de suma importância ações de conscientização e prevenção de gravidez na adolescência acentuando cada vez mais a redução.

Procedendo a análise (tabela 3), pode-se constatar que o maior crescimento entre os anos de 2000 e 2010 foi verificado nas mães solo na faixa etária de 30 a 34 anos (38,48%). Enquanto o quantitativo de mães solo com idade de 15 a 19 anos, apresentaram decréscimo de 1,88% ao longo dos anos. Esses resultados podem ser explicados através do efeito de período que conforme Ribeiro (2016), está relacionado a mudanças históricas que afetam toda as pessoas, independentemente do momento em que nasceram. Ou seja, mães solo com idade de 15 a 19 anos nasceram a partir da década de 1980, cujo período iniciou a expansão do sistema de educação fundamental no Brasil (RIBEIRO, 2016). Dessa forma, as pessoas que nasceram a partir da década de 1980 têm mais chances de terem acesso à uma educação básica mais satisfatória do que àquelas nascidas em 1970 e, por conseguinte, as informações sobre métodos contraceptivos e prevenção de gravidez na adolescência, reflete também em queda na taxa de fecundidade.

e saúde reprodutiva nas escolas. Dessa forma, em 2003, é lançado o projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”, cuja proposta resulta da cooperação conjunta do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, na perspectiva de mudar os cenários de vulnerabilidade que expõem adolescentes e jovens à infecção pelo HIV e à aids, a outras doenças de transmissão sexual e à gravidez não planejada (BRASIL, 2008).

Discutir sobre o estado civil da mãe solo pode gerar importantes observações, haja vista que conjugalidade e parentalidade possuem definições distintas. Segundo dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, no Brasil predomina o estado civil solteira para mães solo, correspondendo a 3.445.860 em 2000 e 4.487.610 em 2010 do quantitativo nacional da faixa etária de 15 a 49 anos. De acordo com a tabela 4, o Semiárido segue a mesma tendência. A quantidade absoluta de mães solo solteiras é maior nos anos analisados – 2000 (374.709) e 2010 (537.995), com aumento expressivo ao longo da primeira década do século XXI, variando 43,58%. A mulher, mãe e solteira ainda é a realidade mais expressiva quando o assunto é mãe solo.

Tabela 4 - Estado civil das mães solo do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Estado civil	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Casada	111.009	18,16	104.365	13,47	-5,99
Separada ou divorciada	68.707	11,24	83.503	10,78	21,53
Viúva	57.013	9,32	48.742	6,29	-14,51
Solteira	374.709	61,28	537.995	69,45	43,58
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Na tabela 4, ainda se constata que mesmo filtrando as variáveis para mulher e sem companheiro, o estado civil em valores absolutos de casada – 2000 (111.009) e 2010 (104.365), sobressaiu as mães solo separadas ou divorciadas – 2000 (68.707) e 2010 (83.503). O fato de se autodeclararem casadas, não implica que ainda conviva com o companheiro, ela pode estar legalmente casada e não viver mais com o cônjuge por inúmeros fatores. Um importante ponto estudado por Rios, Bastos e Barros (2015), é a migração dos homens que moram no Semiárido para as regiões Sul e Sudeste do Brasil, em busca de trabalho e fugindo das condições climáticas, o que pode explicar esse dado, visto que os homens emigravam e não voltavam mais, deixando esposa e filho(a) à mercê das vulnerabilidades da região.

A solidão da maternidade solo não se interliga ao estado civil, está associada a toda responsabilidade que é imposta para a criação de um indivíduo. O cotidiano de uma mãe solo é extremamente exaustivo, dado o fato de toda sobrecarga envolvida, visto que a mulher se torna a única fonte de criação, educação e renda para seu/sua filho(a), o que a coloca em uma situação de desespero, frente a uma sociedade capitalista com preceitos patriarcais consolidados.

De acordo com Bruschini (1994), a partir de 1970, uma atuação conjunta dos movimentos feministas e a ascendente presença das mulheres em espaços públicos influenciaram as transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social das mulheres.

Adicionalmente a esse fato, pode-se perceber também uma acentuada queda na taxa de fecundidade que, simultaneamente à expansão da escolaridade das mulheres, também afetou este processo de transformação, de maneira positiva. Posto isso, é importante observar os dados sobre escolaridade (tabela 5).

Levando em consideração a escolaridade das mães solo no âmbito nacional e no Semiárido Brasileiro, é importante frisar que o IBGE considera anos de estudos em 2000 e nível de instrução em 2010, o que viabiliza um parâmetro médio apenas para os anos 2000. Dessa forma, têm-se que no Brasil a mãe solo apresenta uma média de 6,4 anos de estudos e no Semiárido é de 4,5 anos em 2000. Assim, o Semiárido se encontra com, aproximadamente, 2 anos de estudos a menos que o nível nacional, apesar dos avanços em relação a educação, as desigualdades regionais ainda se encontram latentes no país.

Tabela 5 - Escolaridade e anos de estudo médio das mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil- 2000 e 2010

Escolaridade	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Sem instrução e fundamental incompleto	398.275	65,14	416.291	53,74	4,52
Fundamental completo e médio incompleto	190.680	31,19	143.075	18,47	-24,97
Médio completo e superior incompleto	12.234	2,00	181.585	23,44	1.384,27
Superior completo	10.249	1,68	33.654	4,34	228,36
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Anos de estudos médio no SB	4,5	-	-	-	-
Anos de estudos médio no Brasil	6,4	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Destarte, mesmo com a predominância de mães solas no Semiárido Brasileiro sem instrução e com fundamental incompleto, pode-se observar que houve um decréscimo nesse grupo, onde em 2000 representavam 65,14% e em 2010 caiu para 53,74%. Essa redução pode ser caracterizada devido a implementação, em anos recentes, especialmente a partir da última década do século XX e primeira década do século XXI, de políticas voltadas para o âmbito educacional, as quais estimularam o crescimento valorativo da Educação no Brasil.

Para Beltrão e Alves (2009), na grande maioria dos países, as mulheres sempre encontraram empecilhos que dificultassem o acesso à educação. Alguns superaram essas barreiras, mas outros permanecem buscando soluções para esse entrave. O déficit educacional e hiato de gênero são elementos que afetaram a realidade do Brasil por, aproximadamente, 450 anos.

Segundo o IBGE (2000), a maior parcela da população brasileira não alfabetizada é formada por indivíduos idosos e adultos mais velhos, especialmente as mulheres, pretos e afrodescendentes, indígenas e os residentes nas localidades rurais e no Nordeste. Tendo em vista esses apontamentos, pode-se inferir que o Brasil é historicamente marcado pelas desigualdades sociais e regionais, o que reflete diretamente no âmbito educacional. A população residente em territórios vulneráveis, como o Semiárido, é afetada pela precariedade da educação.

Notadamente durante os mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram implementadas e ampliadas importantes ações que beneficiaram o desenvolvimento do setor educacional, bem como possibilitaram a inclusão das diferentes camadas sociais do país. Foram criados programas como o Brasil Alfabetizado, ProUni - Programa Universidade para Todos, Escola de Fábrica – visando a capacitação de jovens para o mercado de trabalho, Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos. Nesse período também foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, política que reforça a visão sistêmica da educação, com ações integradas que visam melhorar o campo da educação, e criado o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Programa Mais Educação e o ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador (BRASIL, 2018).

Ainda é possível observar na tabela 5 o crescente salto de um ano para o outro das mães solo que apresentam o ensino médio e superior incompleto, bem como as que concluíram o ensino superior. Este variou 228,36% de 2000 para 2010, e aquele variou 1.384,27% de 2000 para 2010, respectivamente. Este fato pode justificado pelas diversas políticas públicas supracitadas, principalmente as que visam a expansão/interiorização do ensino superior público, impulsionada sobretudo pelo REUNI, cujo objetivo do programa era a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior.

Com relação a raça/cor, conforme dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, a população brasileira se concentrava como branca (47,96%) e parda (47,76%), nos respectivos anos. No que tange ao Semiárido, segundo Medeiros et. al. (2012), a raça/cor predominante é a parda, o que justifica a grande maioria das mães solo serem desse grupo (tabela 6). Assim, pode-se observar que a maior parte dessa população é parda, 58,97% em 2000 e 61,32% em 2010. Em contraposição com as mães solo de raça/cor amarela (0,11% em 2000 e 1,30% em 2010) e indígena (0,36% e

0,42%, nos respectivos anos) que apresentaram as menores frequências relativas, em ambos os anos.

Tabela 6 - Raça/cor das mães solo do Semiárido Brasileiro - 2000 e 2010

Raça/Cor	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Branca	200.729	32,83	221.617	28,61	10,41
Preta	47.297	7,74	64.705	8,35	36,81
Amarela	694	0,11	10.045	1,30	1347,41
Parda	360.547	58,97	474.960	61,32	31,73
Indígena	2.171	0,36	3.278	0,42	50,99
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Ainda na tabela 6, pode-se constatar que o grupo que mais cresceu foi o das mães solo de raça/cor amarela, haja vista que apresentou variação de 1.347,41% de 2000 para 2010. Enquanto o grupo de mães solo de raça/ cor branca apresentou menor variação (10,41%). De acordo com Fusco, Queiroz e Baeninger (2018), a partir de 2009, posteriormente ao início da crise econômica e financeira mundial de 2008, o Brasil passa a se tornar atrativo para migrantes, principalmente asiáticos. É notório que além de São Paulo e do Sudeste, outras regiões do país também tem sido possibilidade de nova rota para a imigração internacional, este é o caso do Nordeste.

As tabelas 7 e 8 mostram a distribuição de frequência absoluta por faixa etária da mãe solo e quantidade de filho(a)s nos anos 2000 e 2010. Segundo as autoras Berquó e Cavenaghi (2006), o Brasil inicia a transição da fecundidade em meados da década de 1960, onde suas taxas reduziram 24.1% entre 1970 e 1980, 38.6% em 1990 e a partir daí, 11.1% entre 1991 e 2000. Montali (2017) também aponta que de um patamar de 6,3 filhos tidos por mulher entre 1940 e 1960, passa para 5,5 em 1970, arrefece para 4,4 em 1980, 2,9 em 1991, 2,4 em 2000 e 1,9 filhos em 2010.

Ao considerar a média em relação a quantidade de filhos no Brasil e no Semiárido, pode-se constatar nas tabelas 7 e 8, que ambos seguem um parâmetro entre 2 e 3 filho(a)s. Onde o Brasil apresenta uma média de aproximadamente 2 filho(a)s nos respectivos anos e a Região Semiárida apresenta uma média de aproximadamente 3 filho(a)s, em 2000 e, aproximadamente, 2 filho(a)s em 2010

Dada essa informação, pode ser constatado que a maior parte das mães solo tiveram apenas 1 filho(a) tanto em 2000 (234.444) quanto em 2010 (323.942). Enquanto a menor proporção foi observada no quantitativo de mães acima de 5 filho(a)s para os dois anos, 2000 (49.021) e 2010 (42.644), corroborando com a assertiva do declínio na taxa de fecundidade brasileira.

Tabela 7 - Faixa etária e quantidade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000

Faixa etária da mãe e quantidade de filho(a)s	1 filho(a)	2 filho(a)s	3 filho(a)s	acima 3 até 5	acima de 5	Total
De 15 a 19 anos	41.290	8.755	1.359	130	57	51.591
De 20 a 24 anos	71.479	30.099	9.992	3.774	977	116.321
De 25 a 29 anos	46.125	30.404	16.928	7.719	1.283	102.459
De 30 a 34 anos	33.398	31.372	19.873	13.988	3.965	102.596
De 35 a 39 anos	23.249	25.845	19.898	18.675	8.192	95.859
De 40 a 44 anos	11.929	16.442	16.317	20.354	14.593	79.635
De 45 a 49 anos	6.974	8.980	9.910	17.159	19.954	62.977
Total	234.444	151.897	94.277	81.799	49.021	611.438
Quantidade média de filho(a)s no SB	-	-	-	-	-	2,51
Quantidade média de filho(a)s no Brasil	-	-	-	-	-	2,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Berquó e Cavenaghi (2006) também frisam que em termos regionais há diferenças importantes em relação a taxa de fecundidade. O Norte e Nordeste apresentam as maiores taxas de fecundidade, haja vista que são as regiões que se concentram as maiores proporções de populações rurais e indicadores socioeconômicos menos favoráveis. Porém, as autoras reforçam que foram nessas regiões que se registraram os maiores declínios no número médio de filhos por mulher, entre os anos de 1991 - 2004, sendo estes de 31% e 37.8%, respectivamente.

No que concerne as mães solo do Semiárido Brasileiro, os dados constatarem que existe um declínio no quantitativo de filho(a)s e que o fator faixa etária é um importante explicativo, haja vista que as mulheres mais jovens e com instrução educacional mais elevada, tendem cada vez mais a optarem por menos filho(a)s, tardarem a maternidade ou não serem mães.

Tabela 8 - Faixa etária e quantidade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil – 2010

Faixa etária da mãe e quantidade de filho(a)s	1 filho(a)	2 filho(a)s	3 filho(a)s	acima 3 até 5	acima de 5	Total
De 15 a 19 anos	44.185	5.512	718	157	51	50.623
De 20 a 24 anos	87.175	29.245	8.470	2.572	340	127.802
De 25 a 29 anos	72.121	39.009	19.255	9.486	1.155	141.026
De 30 a 34 anos	52.469	42.718	25.857	16.656	4.374	142.074
De 35 a 39 anos	35.281	40.583	27.233	20.398	7.599	131.094
De 40 a 44 anos	21.489	30.499	23.202	21.447	12.490	109.127
De 45 a 49 anos	11.222	15.763	13.567	15.672	16.635	72.859
Total	323.942	203.329	118.302	86.388	42.644	774.605
Quantidade média de filho(a)s no SB	-	-	-	-	-	2,33
Quantidade média de filho(a)s no Brasil	-	-	-	-	-	2,18

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Em relação a faixa etária do(a) último(a) filho(a) de mãe solo no Semiárido brasileiro, têm-se a tabela 9 que mostra a distribuição absoluta, relativa e variação da proporção de mães solo, por idade do(a) último(a) filho(a), nos anos 2000 e 2010. No que concerne a idade média do(a)s filho(a)s no Brasil e no Semiárido, pode-se observar que estão inseridos na faixa entre 6 e 7 anos. O Brasil apresenta um média de aproximadamente 7 anos em ambos os anos e o Semiárido de aproximadamente 6 e 7 anos, em 2000 e 2010, respectivamente.

Tabela 9 - Faixa etária do(a) último(a) filho(a) e idade média de filho(a)s da mãe solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil - 2000 e 2010

Faixa etária do(a) último(a) filho(a)	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Menos de 1 ano	82.081	13,42	72.891	9,41	-11,20
De 1 ano a menos que 3	130.210	21,30	138.800	17,92	6,60
De 3 anos a menos que 5	91.990	15,04	111.651	14,41	21,37
De 5 anos a menos que 7	71.337	11,67	92.324	11,92	29,42
De 7 anos a menos que 10	82.420	13,48	118.697	15,32	44,01
De 10 a menos que 12	47.748	7,81	71.411	9,22	49,56
De 12 a menos que 15	63.843	10,44	92.023	11,88	44,14
De 15 a 17 anos	41.809	6,84	76.808	9,92	83,71
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Idade média do filho no SB	5,60	-	6,60	-	-
Idade média do filho no Brasil	7,24	-	7,05	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Segundo Maron e Meulders (2008), a maternidade pode provocar a desistência, temporária ou efetiva, das mulheres de continuarem na vida laboral, acaba por induzi-las a reduzir sua jornada de trabalho ou até mesmo impulsiona a mudança de profissão ou área do mercado, além de poder postergar sua promoção em melhores remunerações e cargos. Lima (2022) ressalta que no período de primeira infância a troca afetiva e cuidado, geralmente é maior e os filho(a)s extraem mais energia e demandam mais tempo. Assim, a penalidade salarial pela maternidade é maior na primeira infância e reduz à proporção que o(a)s filho(a)s crescem. Este fato também corrobora para explicar a redução, na variação no decorrer do decênio, do(a)s filho(a)s com menos de 1 ano.

Como se pode verificar, a maior parte das mães solo do Semiárido possuem filho(a)s de 1 ano a menos que 3 anos, cuja fase é a da primeira infância e demanda mais tempo e atenção, em ambos os anos – 130.210 (2000) e 138.800 (2010). Em contrapartida, os menores quantitativos de mães solo são com filho(a)s de 15 a 17 anos em 2000 (7,40%) e filho(a)s de 10 a menos de 12 anos em 2010 (9,41%).

Ao observar o aumento no quantitativo dos filhos com mais idade e a redução nos dados referentes aos filhos mais novos, pode-se relacionar essa mudança com a queda na taxa de fecundidade, onde as mulheres passaram a tardar a maternidade visando priorizar a vida laboral e sua escolaridade, haja vista que filhos mais novos requerem uma dedicação maior de tempo e atenção.

Quando se analisa a variação ocorrida nos anos estudados (2000 e 2010) entre os grupos etários, observa-se que o conjunto que mais variou foi o formado por mães solo em que o(a) último(a) filho(a) apresenta idade de 15 a 17 anos (83,71%). Outra informação relevante é sobre as mães que possuem filho(a) com menos de 1 ano, haja vista que apresentaram um decréscimo de 11,20% ao longo do período. Esse decréscimo pode ser entendido devido as mulheres optarem cada vez mais por tardarem sua vontade de ser mãe ou, muitas vezes, escolhem não terem filho(a)s, haja vista que ter filho(a) pode afetar a vida das mulheres em muitos sentidos.

Com relação ao salário mínimo, segundo o DIEESE (2023), no Brasil se concentrava no valor de R\$ 151,00 em 2000 e 510,00 em 2010. Ao observar a tabela 9, que aponta o rendimento de todas as fontes, em 2000, a média dos rendimentos auferidos pelas mães solo do Semiárido Brasileiro (R\$ 235,10) se concentrava abaixo do salário mínimo, diferentemente da média em nível Brasil que atingia mais do que o dobro do salário mínimo nos respectivos anos – R\$ 875,90 (2000) e R\$ 1.175,08 (2010). Em 2010, o Semiárido apresenta uma média melhor, acima do salário

mínimo (R\$ 706,45), porém ainda bem inferior ao parâmetro nacional. Esses dados corroboram com a assertiva das desigualdades regionais existentes no Brasil, bem como a concentração da pobreza que assola o Semiárido Brasileiro.

Tabela 10 – Rendimentos em salário mínimo de todas as fontes e rendimento médio auferidos pelas mães solo do Semiárido Brasileiro e do Brasil – 2000 e 2010

Faixa de rendimento	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Até 1/4 do SM	253.220	41,41	111.062	14,34	-56,14
Acima de 1/4 até 1/2 do SM	54.557	8,92	107.451	13,87	96,95
Acima de 1/2 até 1 SM	160.889	26,31	196.396	25,35	22,07
Acima de 1 até 2 SM	79.806	13,05	218.659	28,23	173,99
Acima de 2 até 3 SM	24.399	3,99	71.074	9,18	191,30
Acima de 3 até 5 SM	19.891	3,25	41.428	5,35	108,28
Acima de 5 até 7 SM	7.709	1,26	11.982	1,55	55,43
Acima de 7 até SM	5.534	0,91	6.245	0,81	12,85
Acima de 10 SM	5.433	0,89	10.308	1,33	89,73
Total	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
Rendimentos médio¹³ no SB	235,10	-	706,45	-	-
Rendimentos médio no Brasil	875,90	-	1175,08	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000 e 2010 (IBGE).

Ademais, observa-se que, em 2000, a faixa que concentrou o maior quantitativo foi até ¼ do Salário Mínimo - SM (41,41%), seguido daquelas que auferiram acima de ½ até 1 SM (26,31%). No ano de 2010, nota-se melhorias na concentração das faixas de rendimento, no qual a maior parcela de mães solo passou a auferir acima de 1 até 2 SM (28,23%), seguidas das que recebem de 1/2 até 1 SM (25,35%).

A década de 1990 e, sobretudo, a de 2000 expressaram um importante progresso no bem-estar da população brasileira. Elementos que impulsionaram este fato estão relacionados, primeiramente aos rendimentos gerados no âmbito do mercado de trabalho formal e, em segundo, as políticas de cunho social. A política social possibilitou a elevação dos rendimentos das famílias, os quais foram puxados pelas transferências previdenciárias e assistenciais. A dinâmica do mercado de trabalho se mostrou positiva, na qual se destacou principalmente o avanço da formalidade e do rendimento laboral, com desocupação em baixa e ocupação em alta e a política de valorização do salário mínimo (CAMPOS, 2015).

¹³ Rendimentos médio de 2000 (SB e BR) deflacionados em relação ao ano de 2010.

Com a mudança da conjuntura política, no início de 2003, ocorreu uma retomada das funções estatais – atribuições que antes foram relegadas, como os papéis de financiador, produtor, regulador etc. Esta retomada representou, entre outras coisas, mais regulações dos mercados, mais arrecadação tributária e mais gasto estatal - principalmente no âmbito social, com ênfase nas transferências de rendimentos (CAMPOS, 2015).

Ainda é possível constatar que a faixa de rendimentos acima de 2 até 3 salários mínimos foi a que apresentou a maior variação de mães solo entre 2000 e 2010 (191,30%). Cabe salientar também que houve um decréscimo na variação referente a faixa de rendimento de até ¼ do salário mínimo (-56,14%), significando que a quantidade de mães solo do Semiárido Brasileiro passaram a se concentrar em faixas de rendimentos maiores entre os anos de 2000 e 2010. Fato este que pode ser explicado devido a política de valorização do salário mínimo adotada pelo Brasil ao longo dos anos 2000, programas de transferência de renda e mais geração de empregos formais (MELO et. al., 2005; BALTAR et. al., 2010).

Durante a década de 2000, a implementação e ampliação de diferentes programas estimulou áreas como a assistência, o desenvolvimento urbano e a valorização do SM. O Brasil é historicamente conhecido pela questão de disparidade de rendimentos, a qual se revela, entre outras formas, através de iníqua distribuição de renda domiciliar. No entanto, esse cenário passa a ganhar uma nova configuração a partir de 1990 e, de maneira mais incisiva, nos anos 2000 (CAMPOS, 2015).

Além da desigualdade estrutural em relação à rendimentos, o Brasil apresenta a pobreza enraizada - sobretudo em territórios menos afluentes, como na região Semiárida. Contudo, ao longo das décadas de 1990 e 2000, essa parcela expressiva da população passa a obter melhorias, principalmente através dos programas de transferência de renda – como o Bolsa Família (CAMPOS, 2015).

Conforme salienta Britto e Soares (2010), o programa Bolsa Família destina-se às “ações de transferência de renda com condicionalidades”, o qual é um benefício básico, direcionado às famílias em situação de pobreza, independentemente de composição demográfica, é um benefício variável, cujo valor está relacionado à fatores como presença e quantidade de crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes.

Bartholo, Passos e Fontoura (2017) afirma que o PBF não apresenta como objetivo reduzir a disparidade de gênero, mas a titularidade feminina exprime importante relevância nas relações

de gênero. As relações de gênero se apresentam como temática transversal nas políticas públicas, haja vista que mesmo não sendo o foco central, podem vir a corroborar com a redução das desigualdades latentes. Contudo, é necessário formular políticas sociais identificando as particularidades do público alvo, quando não se compreende as reais necessidades e especificidades, a implementação pode vir a deixar muitas lacunas.

As autoras reforçam que o PBF, de um lado, defronta-se com uma vertente crítica feminista, os quais apontam o uso instrumental da mulher pelo aparelho Estatal como maneira de aumentar a eficácia da política pública e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado. Em contrapartida, nota-se que o acesso à renda pela titular auxilia na ampliação do seu poder de decisão, possibilita uma maior autonomia feminina, bem como permite à mulher participar financeiramente da vida familiar, função historicamente masculina.

Portanto, é inegável que o PBF é uma ferramenta de suma importância na vida das mulheres, principalmente as que sentem os reflexos de uma maternidade solo, sem uma rede de apoio e que residem em localidades vulneráveis, como o Semiárido Brasileiro. Ainda convém ressaltar que apesar da melhoria observada no decorrer desse decênio, pode-se afirmar que a participação das mães solo nas faixas de rendimentos acima de 5 salários mínimos em diante permanece pequena.

A maternidade solo é afetada por marcadores diversos como classe, cultura, raça e o território em que a mulher se encontra/reside. As informações discutidas até aqui reforçam que as mães solo são as mais vulneráveis, haja vista que as questões de gênero, os afazeres domésticos, os cuidados com o(a)s filho(a)s sem uma rede de apoio, sem um salário satisfatórios, são elementos que potencializam a condição de vulnerabilidade social. Posto isso, procurando responder a seguinte questão: quem são elas, as mães solo do Semiárido Brasileiro? Elas são mulheres, em sua maioria, com idade de 30 a 34 anos, solteiras, sem instrução e fundamental incompleto, pardas, com 1 filho(a) – na fase de primeira infância, e auferem rendimentos melhores no ano de 2010 – acima de 1 até 2 salários mínimo, quando comparado ao ano 2000. Como bem aponta a cantora brasileira Iza (2022), são as “coroas” que criam seus/suas filho(a)s sozinha, levantando sempre no raiar do dia, bem cedo.

3.1.2 [...] Dois Contra o Mundo": atividade laboral das mães solo

Apesar das conquistas retratadas ao longo das décadas, os direitos trabalhistas adquiridos não garantem igualdade de gênero em relação à inserção no mercado de trabalho brasileiro (LUZ; FUCHINA, 2009). Com a maternidade, as disparidades laborais são potencializadas. Segundo Nascimento (2017), as dificuldades em conciliar afazeres domésticos, filho(a)s e trabalho tendem a se intensificar, recaindo também as imposições socioculturais para que as mulheres optem entre o trabalho e a família.

Franco, Souza e Gomes (2022) salientam que a inserção da mulher na atividade laboral é um fator determinante para entender as relações públicas e privadas nas sociedades contemporâneas. Todas as etapas que associam a mulher ao processo produtivo - participação, ocupação, horas trabalhadas, remuneração - estão relacionadas com o cenário familiar cujo a mulher se encontra inserida. Dessa forma, um contexto de maternidade solo é visto como barreira para o mercado de trabalho.

É importante destacar que se tornar mãe não é uma categoria universalizada, mesmo as mães solo apresentam diferentes perfis, rendas, necessidades e estão inseridas nas distintas camadas sociais e atividades laborais. Existem as que se encontram em situação de vulnerabilidade, as que são atravessadas por marcadores raciais, de escolaridade ou outras circunstâncias que socialmente são impostas. Assim, frente a esse cenário diverso, é necessário assegurar a essas mulheres que são mães - sobretudo as solo – o devido suporte para inserção e permanência no mercado de trabalho.

Para uma melhor percepção de como os marcadores estruturais podem refletir nas atividades laborais das mães solo, as tabelas dessa seção retratarão - além do recorte geográfico da Região Semiárida - um panorama nacional sobre o mercado de trabalho, com a finalidade de captar também como as disparidades regionais afetam a maternidade solo no Semiárido Brasileiro.

Os dados das tabelas 11 e 12 apresentam um conjunto de indicadores sobre o mercado de trabalho das mães solo do Brasil e do Semiárido, respectivamente. As taxas de participação, ocupação e desocupação são apresentadas nessas tabelas desagregadas por anos – 2000 e 2010. Como se pode observar nas tabelas, as informações sobre condição de atividade mostram que a PIA apontou um crescimento de um ano para o outro, em ambos recortes geográficos, porém no Brasil (15,76%) a variação foi menor do que na Região Semiárida (26,69%). A PEA também se mostrou crescente, onde em 2000 era representada por 4.201.260 mães solo no Brasil e no

Semiárido por 368.130. No ano de 2010, nacionalmente a PEA era representada por 4.805.164 mães solo e por 472.984 na Região do Semiárido Brasileiro.

É importante salientar que a diferença entre a PIA e a PEA representa as pessoas que mesmo se encontrando em idade para trabalhar, não estão direcionadas para o mercado de trabalho, como por exemplo, estudantes, donas de casa, aposentados inativos de maneira efetiva, entre outros (ROSA; OLIVEIRA, 2015). Em relação a TPFT - Taxa de Atividade ou Taxa de Participação da Força de Trabalho - que mensura a proporção da população em idade ativa que participa da atividade econômica (QUEIROZ, 2013), apresentou redução em nível nacional (0,88%) e um ligeiro aumento no Semiárido (0,85%). A Taxa de Atividade é afetada pela dinâmica da economia e pelo crescimento populacional e se caracteriza como um relevante indicador do envolvimento das pessoas com o mercado de trabalho (ROSA; OLIVEIRA, 2015).

Tabela 11 – Indicadores do mercado de trabalho das mães solo do Brasil – 2000 e 2010

Indicadores	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
PIA	5.726.367	100,00	6.628.817	100,00	15,76
PNEA	1.525.107	26,63	1.823.653	27,51	19,58
PEA	4.201.260	73,37	4.805.164	72,49	14,37
Ocupadas	3.320.017	79,02	4.190.205	87,20	26,21
Desocupadas	881.243	20,98	614.959	12,80	-30,22
TPFT	73,37	-	72,49	-	-
Tx. de Ocupação	79,02	-	87,20	-	-
Tx. de Desocupação	20,98	-	12,80	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Ao analisar as partes que constituem a PEA (PO e PD), notadamente as taxas de ocupação e desocupação, que expressam com maior precisão a inserção das mães solo na atividade produtiva nacional e do Semiárido Brasileiro. As tabelas 11 e 12 revelam que, em 2000, a taxa de ocupação (em torno de 79%) e a taxa de desocupação (em torno de 21%), são semelhantes entre os recortes geográficos analisados. Ao examinar o ano de 2010, nota-se que houve um aumento nas taxas de ocupação, onde o Brasil cresceu para 87,20% e o Semiárido para 85,29%, com isso, as taxas de desocupação reduziram, o Brasil apresentou uma queda mais acentuada do que a Região Semiárida, representando, respectivamente, 12,80% e 14,71%. Esse comportamento de aumento na taxa de ocupação e redução da taxa desocupação pode ser explicado por causa da retomada do crescimento econômico no Governo Lula (2003-2010) (ANTUNES; QUADROS; GIMENEZ, 2013).

No Governo Lula, pôde-se perceber uma ascensão na reativação do mercado de trabalho formal, oportunidades de negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado, fortalecidos pela

expansão do crédito ao consumo e pela política de aumento real do salário mínimo. A efetiva criação de empregos na base do mercado de trabalho e nos segmentos intermediários inferiores, com uma contribuição evidente nos seus rendimentos foi um cenário de grande impacto sobre a população, sobretudo, de baixa renda (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2017).

Tabela 12 – Indicadores do mercado de trabalho das mães solo do Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010

Indicadores	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
PIA	611.438	100,00	774.605	100,00	26,69
PNEA	243.308	39,79	301.621	38,94	23,97
PEA	368.130	60,21	472.984	61,06	28,48
Ocupadas	292.600	79,48	403.430	85,29	37,88
Desocupadas	75.530	20,52	69.554	14,71	-7,91
TPFT	60,21	-	61,06	-	-
Tx. de Ocupação	79,48	-	85,29	-	-
Tx. de Desocupação	20,52	-	14,71	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

No tocante as tabelas 13 e 14, que apresentam informações sobre as mães solos ocupadas no trabalho principal por posição de ocupação, no Brasil e no Semiárido Brasileiro, nos anos 2000 e 2010, respectivamente. De forma geral, as categorias na condição de empregado cresceram (Com carteira de trabalho assinada - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada; Militares e funcionários públicos estatutários; Sem carteira de trabalho assinada; Trabalhador na produção para o próprio consumo), mas dentro do subgrupo “Sem carteira de trabalho assinada”, nota-se que houve uma redução em “Trabalhador doméstico sem carteira assinada” no âmbito nacional e um aumento expressivo no Semiárido Brasileiro de mães solo em tal posição. No Brasil, em 2000, a categoria apresentava 638.122 mães solo e caiu para 632.632 em 2010 (tabela 13) e na Região Semiárida, em 2000, eram 67.253 mães solo e esse quantitativo subiu para 90.030 (tabela 14). Esses resultados revelam a desigualdade regional ainda existente. Conforme destaca Silva (2020), é necessário se atentar para as desigualdades regionais que existem nos níveis de empregos disponíveis, oportunidades e disparidades sociais.

O trabalho doméstico é uma atividade heterogênea, a qual permite inferir que há importantes diferenças entre as mulheres que ocupam esse serviço (MYRRHA; WAJNMAN, 2007). Algumas pesquisas acerca do perfil das trabalhadoras domésticas ressaltam sobre as heterogeneidades regionais dessa ocupação no Brasil. No Norte e Nordeste do Brasil, por exemplo,

as trabalhadoras domésticas se encontram com elevada informalidade e jornada de trabalho, bem como os menores rendimentos. Em contrapartida, em regiões mais desenvolvidas, os aspectos socioeconômicos das domésticas são mais positivos: maiores níveis de escolaridade, maiores rendimentos e cenário favorável de formalidade (IPEA, 2012; DIEESE, 2013; SILVA, 2020).

Tabela 13 – Posição na ocupação no trabalho principal das mães solo do Brasil – 2000 e 2010

Posição na Ocupação	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
1) Empregado	2.757.479	83,06	3.595.361	85,80	30,39
1.1) Com carteira de trabalho assinada	1.093.156	32,93	1.744.179	41,63	59,55
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	261.188	7,87	275.855	6,58	5,62
1.2) Militares e funcionários públicos estatutários	228.365	6,88	239.203	5,71	4,75
1.3) Sem carteira de trabalho assinada	497.473	14,98	629.274	15,02	26,49
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	638.122	19,22	632.632	15,10	-0,86
1.4) Trabalhador na produção para o próprio consumo	39.175	1,18	74.218	1,77	89,45
2) Conta-própria	483.713	14,57	528.860	12,62	9,33
3) Empregador	40.268	1,21	31.252	0,75	-22,39
4) Não Remunerado	38.557	1,16	34.732	0,83	-9,92
Total	3.320.017	100,00	4.190.205	100,00	26,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Como bem salienta Bruschini (1990), no Brasil, o trabalho doméstico é visto como de natureza feminina. Isto porque, as atividades domésticas são, estruturalmente, destinadas para a mulher, não sendo considerado posição na família, condição financeira, se tem um emprego fora. Quando as atividades são feitas dentro do próprio lar, não são enquadradas como um trabalho de fato, haja vista que não se auferem rendimentos para movimentar a economia. Porém, quando estes afazeres são desempenhados por outra pessoa que seja contratada com essa finalidade, mediante remuneração em bens ou espécie, configura-se uma relação de trabalho, sob o rótulo de serviço ou emprego doméstico (BRUSCHINI, 1990; MYRRHA; WAJNMAN, 2007).

Mesmo dispondo de um contexto que sugere a igualdade de gênero, nota-se ainda a existência do sexismo e machismo estrutural no país. Esse fato está relacionado, principalmente, a figura de liderança associada à construção social da masculinidade, o que se torna um empecilho para o reconhecimento das habilidades femininas e, por conseguinte, resulta em um cenário desigual no que se refere às posições de poder e prestígio (SANTOS; ANTUNES, 2017).

Nesse contexto, depois de se tornar mãe, as dificuldades de inserção ocupacional crescem. Haja vista que, conforme Silva e Torres (2019), as responsabilidades oriundas da maternidade, acrescidas das suposições acerca da redução na produtividade profissional de uma mãe, acarretariam prejuízos as instituições.

Tabela 14 – Posição na ocupação no trabalho principal das mães solo do Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010

Posição na Ocupação	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
1) Empregado	227.112	77,72	334.816	82,99	47,42
1.1) Com carteira de trabalho assinada	49.823	17,03	81.363	20,17	63,30
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	6.900	2,36	7.839	1,94	13,61
1.2) Militares e funcionários públicos estatutários	23.999	8,20	26.764	6,63	11,52
1.3) Sem carteira de trabalho assinada	59.912	20,48	98.733	24,47	64,80
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	67.253	22,98	90.030	22,32	33,87
1.4) Trabalhador na produção para o próprio consumo	19.225	6,57	30.087	7,46	56,50
2) Conta-própria	54.401	18,59	60.167	14,91	10,60
3) Empregador	2.003	0,68	2.186	0,54	9,14
4) Não Remunerado	9.084	3,10	6.261	1,55	-31,08
Total	292.600	100,00	403.430	100,00	37,88

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

No Brasil, as categorias Empregador e Não remunerado apresentaram descenso, variando negativamente de 22,39% e 9,92%, respectivamente. E as mães solo que trabalhavam por conta própria cresceram, onde em 2000 eram 483.713 e passaram a ser 528.860 em 2010 (tabela 13). Em contrapartida, o Semiárido Brasileiro apresentou um ligeiro aumento no quantitativo absoluto de mães solo Empregadoras, saindo de 2.003 em 2000 para 2.186 em 2010. E em relação as categorias Conta-própria e Não remunerado, este apresentou uma variação negativa de 31,08% e aquele variou positivamente 10,60%.

Esse aumento no quantitativo de mães solo Empregadoras e redução na categoria Não remunerado, possivelmente é devido a fomentação e fortalecimento de programas governamentais de acesso ao crédito e de transferência de renda que puderam auxiliar as mães solo da Região Semiárida brasileira a se inserirem no mercado de trabalho, frente à um cenário da ausência de um emprego formal. Isto porque, determinadas políticas públicas possibilitaram as mães solo a se tornarem autônomas e também a construírem o seu microempreendimento, tornando-as empregadoras.

Nesse cenário, destaca-se:

um novo desenho da política social no Brasil, caracterizando-se por elementos de caráter mais universal e mecanismos mais estruturais para o combate à pobreza, com a focalização e ampliação de programas de transferência de renda, expansão da cobertura da previdência rural, ampliação da política de microcrédito, programas especiais de estímulo à agricultura familiar, entre outros, os quais terão importantes efeitos na potencialização da demanda, dinamização da economia popular e, conseqüentemente, na promoção de emprego e formalização do mercado de trabalho (ALVES et al., 2018, p. 137).

Em 1994, posterior ao Plano Real, o setor de microcrédito se deparou com uma conjuntura macroeconômica favorável, com baixas taxas de inflação e preços estabilizados. Assim, em 1997, o Banco do Nordeste - banco cuja área de atuação compreende toda a região Nordeste, o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo), criou um programa de microcrédito produtivo orientado – Crediamigo. O referido programa trabalhava com uma metodologia de grupos solidários e, ofertando simultaneamente a concessão do crédito, a capacitação gerencial aos tomadores, se tornando assim o maior programa de microcrédito do Brasil (NASCIMENTO, 2008).

Em relação ao benefício do Bolsa família, Ahlert (2013) afirma que o programa flexibiliza a obrigatoriedade do trabalho feminino sem que haja um descanso semanal. Rego e Pinzani (2014) destacam que a titularidade feminina ao ser um condicionante para o benefício, torna possível à rejeição de trabalhos desvalorizados, sub-remunerados e precários por parte das mulheres. Para Santos (2014), a rejeição as atividades insalubres viriam acompanhada pela perspectiva de melhores oportunidades de trabalhos. Morton (2013) ressalta que, mesmo nos domicílios mais pobres, o Bolsa família contribuiria para o cultivo dos sonhos das mulheres beneficiárias, como o de ver os ingressarem filho(a)s em uma Universidade, ou adquirir animais para criação e revenda.

As tabelas 15 e 16 fornece informações da ocupação segundo o setor de atividade das mães solo do Brasil e do Semiárido Brasileiro, respectivamente, nos anos 2000 e 2010. No Brasil, as mães solo estavam inseridas em sua maior parte na atividade de serviços, compreendendo 63,54% em 2000 e 57,86 em 2010. O Semiárido seguiu essa tendência nacional, onde em 2000 eram 53,51% e em 2010 atingiram 51,41%. O setor de serviços é um segmento que abrange atividades de trabalho/intensivo e capital/intensivo (KON, 1997; 1999), bem como capta mão de obra de baixa e alta qualificação e, por conseguinte, mal e bem remunerados (QUEIROZ, 2013). É importante destacar que o trabalho doméstico se encaixa na categoria de serviços e, como expresso nas tabelas

referentes a posição na ocupação no trabalho principal, as mães solo se concentram no subgrupo de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada.

Tabela 15 – Atividades laborais no trabalho principal das mães solo do Brasil – 2000 e 2010

Ocupação por setor de atividade	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Atividades agropecuárias	177.379	5,34	217.892	5,20	22,84
Indústria extrativista	2.588	0,08	5.188	0,12	100,46
Indústria de transformação	351.533	10,59	407.464	9,72	15,91
Construção	21.450	0,65	25.456	0,61	18,68
Serviços de utilidade pública	7.104	0,21	26.588	0,63	274,27
Comércio e Reparação	438.068	13,19	683.790	16,32	56,09
Serviços	2.109.567	63,54	2.424.571	57,86	14,93
Administração Pública	173.422	5,22	190.988	4,56	10,13
Atividades mal definidas	38.906	1,17	208.268	4,97	435,31
Total	3.320.017	100,00	4.190.205	100,00	26,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Destarte, Muniz e Veneroso (2019, p.5) frisam que “a persistência em manter as mulheres com as responsabilidades domésticas e funções socializadoras na família faz com que uma articulação constante seja necessária para conciliar o papel de profissional com os papéis familiares”. Contudo, esse cenário se torna mais árduo para determinados grupos, segundo a classe social e rendimentos, visto que mulher e mãe não cabem em uma categoria universalizada.

Em seguida, os segmentos Serviços de utilidade pública e Atividades mal definidas apresentaram expressivas variações tanto em nível nacional quanto em relação ao Semiárido Brasileiro. Onde o quantitativo de mães solo no Brasil apresentou uma variação de 274,27% e no Semiárido de 643,50%, no grupo de Serviços de utilidade pública, e para o grupo de Atividades mal definidas, o Brasil variou 435,31% e o Semiárido 338,57 % (ver tabelas 15 e 16).

O setor de indústria extrativista apresentou dados significativos. Enquanto no Brasil o segmento variou 100,46%, na Região Semiárida Brasileira houve uma variação negativa de 20,25%. Desde a década de 1970, a atividade extrativista desempenha um importante papel na economia brasileira, influenciada sobretudo pela região amazônica. A base dessa atividade econômica é o extrativismo animal, vegetal e mineral. Este último é a principal atividade praticada e tornou-se um enclave, pois são produzidos bens de baixo valor agregado para exportação. No entanto, é necessário ressaltar que a qualidade de vida da população e, principalmente, dos trabalhadores não melhorou, haja vista que a mão de obra empregada auferia baixos salários e a

riqueza se concentrava nas mãos dos grandes capitalistas/empresários (SOUSA; ALENCAR, 2022).

Tabela 16 – Atividades laborais no trabalho principal das mães solo do Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010

Ocupação por setor de atividade	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Atividades agropecuárias	53.142	18,16	64.377	15,96	21,14
Indústria extrativista	313	0,11	249	0,06	-20,45
Indústria de transformação	28.131	9,61	38.363	9,51	36,37
Construção	1.131	0,39	1.382	0,34	22,19
Serviços de utilidade pública	354	0,12	2.632	0,65	643,50
Comércio e Reparação	30.298	10,35	53.227	13,19	75,68
Serviços	156.574	53,51	207.406	51,41	32,47
Administração Pública	19.758	6,75	23.080	5,72	16,81
Atividades mal definidas	2.899	0,99	12.714	3,15	338,57
Total	292.600	100,00	403.430	100,00	37,88

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

O setor de Comércio e Reparação também se apresentou como um locus de ingresso expressivo para as mães solo, cujo segmentou variou nacionalmente em 56,09%, e 75,68% em relação ao Semiárido Brasileiro. Segundo Macedo e Porto (2021, p. 64), “as atividades de comércio se destacam por sua alta capilaridade, com forte presença ao longo de todo o território brasileiro”.

A atividade agropecuária também apresenta papel importante nas ocupações laborais das mães solo, sobretudo no Semiárido Brasileiro, cujo setor aparece como a segunda maior concentração de mães solo. Em termos absolutos, no Brasil, o segmento apresentava um quantitativo de 177.379 mães solo no ano 2000 e aumenta para 217.892 em 2010. E na Região Semiárida o quantitativo era 53.142 no primeiro ano e passa para 64.377 no segundo.

Segundo Silva (2006), na maioria dos municípios que integram o Semiárido Brasileiro, a agropecuária é a principal ocupação da força de trabalho. Trovão e Araújo (2019) apontam que os dados do Censo Agropecuário de 2006 indicaram que a agropecuária foi o único segmento que não foi afetado com a redução da atividade econômica no Brasil no período, reforçando a relevância desse setor. Os autores ainda frisam que 73,6% dos ocupados com 14 anos ou mais de idade, na agropecuária, estavam inseridos em estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil e 82,2% no Nordeste.

A agricultura familiar é uma atividade fortemente presente no Semiárido, onde as famílias necessitam de sua mão-de-obra sobre a terra e da possibilidade de colheita, para o seu sustento e geração de renda. As características do território são marcadores na vida de muitas famílias dessa

região, principalmente as pobres. Nesse sentido, as mulheres eram submetidas aos trabalhos na lavoura, além dos cuidados com o lar, alimentação, filho(a)s e irmãos mais novos (MARQUES, 2011).

Observa-se, ainda, a ampliação do emprego público onde, nacionalmente, atingiu um quantitativo de 173.422 mães solo em 2000 e aumentou em 2010, alcançando 190.988 mães solo nesse segmento. No Semiárido Brasileiro esse aumento se reproduziu, saindo de 19.758 mães solo em 2000 para 23.080 em 2010. Aumento este que pode ser explicado a partir da colocação de Araújo (2017, p. 38), que afirma que a ampliação do emprego público está atrelada a “(...) instalação de empresas estatais prestadoras de serviços de utilidade pública em escala nacional, massificação da educação (inclusive superior) e da expansão do aparelho de Estado”.

Como pode ser observado na tabela 5, as mães solo da Região Semiárida apresentaram uma crescente variação nos níveis educacionais, sobretudo os relacionados ao ensino médio e superior incompleto, bem como as que concluíram o ensino superior. Impulsionados pelo incentivos de políticas públicas educacionais, principalmente as que visam a expansão/interiorização do ensino superior público.

As tabelas 17 e 18 apresentam informações sobre a quantidade de horas trabalhadas no trabalho principal das mães solo no Brasil e no Semiárido Brasileiro, respectivamente, no ano 2000 e 2010. Em ambos os recortes geográficos, o grupo de mães solo que trabalham acima de 40 horas semanais se sobressaiu. No Brasil, em 2000, concentrava-se 1.627.141 (49,01%), aumentando para 1.900.236, mas arrefecendo em termos percentuais para 45,35%. Na Região Semiárida, em 2000, eram 121.391 (41,49%) mães solo que dedicavam mais de 40h semanais para o seu trabalho principal, ampliando esse quantitativo para 189.086 (46,87%) em 2010.

Muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres por causa da gestão desproporcional do tempo em relação aos cuidados do lar e do(a)s filho(a)s. A divisão desigual do tempo - isso quando existe alguém para compartilhar as múltiplas demandas – resulta em um maior prestígio masculino nas atividades laborais. As atribuições compartilhadas de maneira não igualitária ou a ausência de uma rede de apoio impacta diretamente na vida profissional das mulheres (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). Ao dispor de uma rede de apoio, a mãe – principalmente a mãe solo - pode contar com pessoas de confiança ou um sistema que possibilite suporte e auxílio nos momentos difíceis, gerando nela um sentimento de acolhimento e segurança.

Rapoport e Piccinini (2006), define a rede de apoio como o suporte proporcionado por pessoas e sistemas aos acontecimentos do dia a dia cuja ajuda pode vir de membros da família, amigos, vizinhos, pessoas que desenvolvam ações comunitárias e, sobretudo, do Estado, com a instalação de creches, por exemplo. Os autores ainda ressaltam que o tamanho da rede de apoio e a situação financeira da família são elementos que se correlacionam, haja vista que a condição econômica afeta a criação e continuação desse suporte. Eles também afirmam que a literatura evidencia que uma rede de apoio social garante benefícios para a mãe, a criança e o casal – se tiver companheiro(a), no curto e longo prazo.

Tabela 17 - Quantidade de horas trabalhadas no trabalho principal das mães solo no Brasil – 2000 e 2010

Horas trabalhadas -Trabalho principal	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Até 20 horas	338.840	10,21	650.685	15,53	92,03
Acima de 20 até 40 horas	1.354.036	40,78	1.639.284	39,12	21,07
Acima de 40 horas	1.627.141	49,01	1.900.236	45,35	16,78
Total	3.320.017	100,00	4.190.205	100,00	26,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Ao analisar o estudo de campo feito por Moreira, Perrini e Ribeiro (2016), pode-se salientar dois pontos importantes sobre a temática maternidade e trabalho/ não trabalho. Primeiro, a maior parte das mães que estavam em alguma atividade laboral por motivo de subsistência, gostariam de estar em casa com o(a)s filho(a)s; segundo, muitas das mães que não estavam inseridas no mercado de trabalho ou se encontravam em atividades informais, alegaram querer estar em ocupações melhores, porém, o cuidado com o(a)s filho(a)s as impossibilitam.

Tabela 18 – Quantidade de horas trabalhadas no trabalho principal das mães solo no Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010

Horas trabalhadas – Trabalho principal	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Até 20 horas	52.257	17,86	96.976	24,04	85,58
Acima de 20 até 40 horas	118.952	40,65	117.368	29,09	-1,33
Acima de 40 horas	121.391	41,49	189.086	46,87	55,77
Total	292.600	100,00	403.430	100,00	37,88

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

O mercado de trabalho não é nada receptivo com a mulher que divide a vida profissional com as demandas oriundas da maternidade. Boaventura Jr. e Ribeiro (2019) ressaltam que as

mulheres passam frequentemente por constrangimentos em seleções de trabalho, pois em entrevistas são indagadas sobre serem mães, suas perspectivas em relação a maternidade e com quem o(a) filho(a) ficaria ou quem iria com ele(a)s para o médico e demais atividades que compreendessem o horário de trabalho, perguntas que não são feitas, comumente, para os homens.

Outra informação relevante que pode ser observada nas tabelas 17 e 18 é em relação a variação de 2000 e 2010, onde o grupo até 20 horas variou, nacionalmente, 92,03% e no Semiárido essa variação atingiu 85,58%. A Região Semiárida também apresentou uma variação negativa (1,33%) no grupo de mães solo que trabalham acima de 20h até 40 horas semanais.

Ser mãe, mulher e trabalhadora são “funções” que exigem muito fisicamente e psicologicamente no contexto social. A maternidade e os cuidados com o lar demandam bastante tempo da mulher, obrigando-as, muitas vezes a procurar trabalhos com uma carga horária reduzida, para que consiga conciliar as muitas atividades do seu dia a dia. Conforme Franco, Souza e Gomes (2022), o que resultam em uma dupla ou tripla jornada exaustiva de trabalho.

Apesar da participação das mulheres no mercado de trabalho se tornar crescente e efetiva, as responsabilidades domésticas e com o(a)s filho(a)s recaí, em maior parcela, nas mães, mesmo com jornada de trabalho semelhantes fora do domicílio. E os desafios são ainda maiores para as mães solo – as quais, muitas vezes, não contam com uma rede de apoio (FERNANDES, 2022).

Um estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o Ibope Inteligência (2017), buscou fazer o mapeamento das necessidades e interesses das famílias em relação à educação na primeira infância (até 3 anos). A pesquisa reforçou a questão da desigualdade regional ainda existente, onde se constatou que do quantitativo de crianças por região geográfica que frequentam um estabelecimento de educação infantil, têm-se 45% dos casos no Sudeste; 24% no Nordeste; 30% no Sul e 23% do Norte e no Centro-Oeste.

Com isso, é importante frisar que a inserção de um(a) filho(a) pequeno na escola/creche pode possibilitar o aumento e uma melhor participação da mulher no mercado de trabalho. Haja vista que na escola, as mães solo encontram suporte para mediar a vida familiar e laboral, principalmente na fase de primeira infância, onde o(a)s filho(a)s acabam demandando mais cuidados e atenção. Porém, a região Semiárida do Brasil por representar um ambiente rural, as mães solo, muitas vezes, encontram dificuldades de acesso às creches, algumas pelo motivo de falta de creches, falta de vagas ou pelas grandes distâncias.

Por fim, as tabelas 19 e 20 exibem o rendimento mensal no trabalho principal das mães solo brasileiras e da Região Semiárida, respectivamente, expresso em salário mínimo, nos anos 2000 e 2010. As análises são feitas a partir da participação segundo as faixas salariais, indicando o melhor e o pior posicionamento em relação à maternidade solo.

Tabela 19 - Faixas salariais no trabalho principal das mães solo no Brasil – 2000 e 2010

Faixas Salariais - Trabalho principal	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Sem remuneração	81.927	2,47	134.463	3,21	64,13
Menos de 1 SM	670.243	20,19	1.030.706	24,60	53,78
1 SM	444.460	13,39	940.039	22,43	111,50
Acima de 1 até 2 SM	1.051.957	31,69	1.441.374	34,40	37,02
Acima de 2 até 3 SM	407.466	12,27	281.887	6,73	-30,82
Acima de 3 até 5 SM	309.306	9,32	193.522	4,62	-37,43
Acima de 5 até 7 SM	145.253	4,38	72.033	1,72	-50,41
Acima de 7 até 10 SM	91.260	2,75	53.309	1,27	-41,59
Acima de 10 SM	118.145	3,56	42.872	1,02	-63,71
Total	3.320.017	100,00	4.190.205	100,00	26,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

De acordo com a tabela 19, as mães solo brasileiras se concentram na faixa salarial de acima de 1 até 2 SM, onde em 2000 cerca de 1.051.957 (31,69%) se encontram nessa faixa salarial e em 2010 esse quantitativo aumenta para 1.441.374 (34,40%). Em contrapartida, no Semiárido Brasileiro (ver tabela 20), as mães solo se concentravam na faixa salarial menos de 1 SM, sendo estas um quantitativo de 138.270 (47,26%) em 2000 e 194.006 (48,09%) no ano de 2010.

Através dessas tabelas (19 e 20), ainda se constata que a faixa de 1 salário mínimo apresentou expressiva variação em ambos recortes geográficos. No Brasil, essa faixa salarial variou 111,50% e no Semiárido Brasileiro foi de 124,73%, entre 2000/2010, respectivamente. Outra informação relevante é que, no Brasil, a partir da faixa salarial acima de 2 até 3 SM as variações foram todas negativas, reproduzindo também na Região Semiárida, a qual varia negativamente a partir da faixa salarial acima de 1 até 2 SM.

Conforme Araújo (2017), o Brasil passou, na primeira década do século XXI, por um processo de dinamização da sua atividade econômica e estabeleceu um crescimento econômico marcado pelo aumento e formalização do emprego, avanço das condições sociais e redução nas desigualdades. Esse cenário começa com o aumento das exportações, seguido do fortalecimento do consumo interno, reflexo da ampliação na renda, do crédito e do emprego no país, além do aumento dos investimentos em infraestrutura econômica e social. Paralelamente, nota-se a

consolidação das políticas públicas de transferência de renda, especialmente do Programa Bolsa Família, e da política de valorização do salário mínimo.

Porém, apesar das mães solo serem beneficiadas com as mudanças ocorridas nesse período, o progresso ainda acontece devagar, sobretudo na Região Semiárida Brasileira. Haja vista que um expressivo quantitativo de mães solo se concentra em trabalhos mal remunerados, principalmente no trabalho doméstico sem carteira assinada, o que explica as classificações nas faixas salariais.

Tabela 20 - Faixas salariais no trabalho principal das mães solo no Semiárido Brasileiro – 2000 e 2010

Faixas Salariais - Trabalho principal	2000	%	2010	%	Var (2000/2010)
Sem remuneração	29.187	9,98	42.149	10,45	44,41
Menos de 1 SM	138.270	47,26	194.006	48,09	40,31
1 SM	41.197	14,08	92.583	22,95	124,73
Acima de 1 até 2 SM	54.103	18,49	52.223	12,94	-3,47
Acima de 2 até 3 SM	13.064	4,46	11.147	2,76	-14,67
Acima de 3 até 5 SM	9.612	3,29	7.111	1,76	-26,02
Acima de 5 até 7 SM	3.453	1,18	2.083	0,52	-39,68
Acima de 7 até 10 SM	1.859	0,64	1.140	0,28	-38,68
Acima de 10 SM	1.855	0,63	988	0,24	-46,74
Total	292.600	100,00	403.430	100,00	37,88

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE).

Como é sabido, ainda existe desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro e essa disparidade se acentua na questão salarial, principalmente, em ocupações similares. Araújo e Ribeiro (2001) ressaltam que indivíduos com produtividade semelhantes são avaliados através de características não produtivas, o que acentua a discriminação de gênero que acontece nas atividades laborais. Quando se é mulher e mãe, essa penalização se intensifica. Segundo Araujo *et al* (2022), mulheres com filho(a) auferem em média 10% a menos que mulheres sem filho(a). Já Souza (2016) encontrou uma penalização salarial para as mulheres que são mães correspondente a 14%, sendo agravada de acordo com a quantidade de filho(a)s.

As disparidades de gênero existentes nas atividades laborais também podem ser ampliadas conforme a configuração familiar das mães. Franco, Souza e Gomes (2022) frisam que a literatura aponta penalizações maiores para estrutura familiar monoparental feminina. Conforme aponta Souza (2016), o ônus da maternidade é mais evidente em mulheres solteiras ou separadas, com efeito discriminatório maior para as mães solteiras. Seguindo a mesma perspectiva, Maia et. al. (2015) encontrou na família monoparental chefiada por mulheres, menor renda per capita.

As desigualdades também se encontram presentes no recorte geográfico. O desenvolvimento do Brasil apresenta profundas marcas que contribuíram para a formação e ampliação das desigualdades regionais, com elevada concentração da pobreza na Região do Semiárido. Para Buainain e Garcia (2013a), o combate da pobreza é pautado por três vertentes e engloba uma gama de elementos complexos. Primeiramente, têm-se a vertente que abrange os traços e condicionantes estruturais do Semiárido, como as questões ambientais, estrutura agrária, demografia e sistemas produtivos, que limitam possibilidades a partir das estruturas vigentes. A segunda vertente apresenta os eixos dinâmicos de transformação estrutural da economia e da sociedade do Semiárido, que ampliam as chances de incluir a população pobre na economia urbana e rural, quer seja como produtores autônomos, agropecuários ou não, quer seja como mão de obra assalariada. Estes eixos se encontram vinculados aos investimentos em fase de implantação ou já programados para começar brevemente, e os polos econômicos ou arranjos produtivos locais que vêm dinamizando e promovendo mudanças no perfil da economia local. Por fim, a última vertente está relacionada as políticas públicas, tanto as sociais como as direcionadas para o estímulo à produção.

Ainda conforme os autores, mesmo com as muitas transformações ocorridas na década de 1990, tais mudanças só obtiveram visibilidade e densidade maior a partir do lançamento e implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC¹⁴, em 2007. O PAC inseriu o Nordeste como área prioritária de ação e palco da implantação de importantes obras de infraestrutura, e incorporou o Semiárido Brasileiro no mapa das áreas dinâmicas e que estão passando por grandes transformações estruturais.

O Semiárido, por muitas vezes, foi alvo de ações intempestivas realizadas por autoridades brasileiras, normalmente depois de uma ocorrência de grandes flagelos humanitários causados pelas secas. É importante ressaltar que a região semiárida não pode ser examinada apenas pela ótica do clima. É necessário entender as fragilidades sociais e econômicas, para que a implementação de políticas públicas englobe as múltiplas demandas regionais, priorizando aqueles setores mais vulneráveis (MEDEIROS et. al., 2021).

¹⁴ O PAC é um programa que consiste em um conjunto de medidas designadas para incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos para o crescimento. Tinha como objetivo principal impulsionar o crescimento econômico, ampliar o emprego e melhorar as condições de vida dos brasileiros. As principais áreas que receberam os recursos foram: logística, energética, infraestrutura social e urbana e administração pública (BNDES, 2011).

O Semiárido ainda é uma região vulnerável em muitos aspectos, o que acentua mais sua fragilidade social e política. A ausência de chuvas ou períodos chuvosos irregulares, reforçam, de maneira dramática, o nível de pobreza e a precariedade das condições de vida e laboral da população, particularmente dos agricultores familiares (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

Nesse sentido, as diferenças salariais observadas nas tabelas 19 e 20 podem ser explicadas pelo conjunto das múltiplas faces da desigualdade, recaindo sobre as mães solo do Semiárido Brasileiro, as marcas estruturais das relações de gênero, os efeitos da maternidade, a ausência de uma rede de apoio, bem como a inexistência de políticas públicas específicas e, sobretudo, as disparidades regionais.

É importante destacar que a expansão da escolaridade feminina possibilitou um cenário mais favorável no mercado de trabalho, tornando-as mais escolarizadas do que o contingente masculino (GUEDES, 2008). Para a autora, nível de instrução e atividade laboral estão interligados. Porém, a desigualdade de gênero ainda é refletida nos cargos de gestão, os quais são majoritariamente ocupados por homens (GUEDES, 2008). Assim, pode-se afirmar que os resultados encontrados no presente estudo ratificam a literatura, tendo em vista que notoriamente as mães solo da Região Semiárida Brasileira apresentam importante evolução no âmbito educacional (ver tabela 5), mas ainda estão inseridas, no decorrer do período analisado, em atividades laborais de menor prestígio – emprego doméstico e sem carteira assinada (ver tabela 14).

Destarte, convém frisar que as perspectivas sobre a maternidade para a mulher vêm se transformando. Adiar a maternidade “tornou-se um fato comum entre aquelas com uma carreira profissional. Existe uma coincidência entre os melhores anos na vida da mulher para a construção e consolidação de uma carreira e os melhores anos para que ela tenha filhos” (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007, p. 164). Ser mulher é lidar com as múltiplas responsabilidades socialmente impostas e com as pressões internas e externas.

Embora o cenário histórico e social das relações de gênero seja marcado por desigualdades e reflitam diretamente na vida das mulheres que se tornaram mães, sobretudo as solo, conforme a literatura brasileira, pode-se afirmar que a atuação feminina no mercado de trabalho está em ascensão. Segundo Gonzalez (2014), para que os avanços em busca da igualdade de gênero permaneçam, faz-se necessário profundas mudanças na maneira de pensar e agir. Isso implica

“questionar, desestabilizar e redefinir estruturas, valores e concepções que servem como base e pilares da organização social vigente” (GONZALEZ, 2014, p. 239).

Corroborando com a literatura, a qual aponta ascensão da mulher no mercado de trabalho, as informações contidas nas tabelas 15 e 16 expressam que a inserção das mães solo nos diversos setores de ocupações é crescente, com exceção da Indústria extrativista no Semiárido Brasileiro, reforçando a disparidade de gênero. Apesar de crescente, ainda existem muitos empecilhos para inserção e permanência das mães solo na atividade laboral, assim, é necessário que haja melhores condições de trabalho que possibilitem à conciliação da maternidade com a carreira profissional.

Frente à visão de desolação do Semiárido Brasileiro relacionada, principalmente, as questões climáticas e estruturais, têm-se também o perfil da mãe solo dessa região que pode ser diretamente associada à essa imagem, os quais são retratados, na maioria das vezes, pela condição de vulnerabilidade social. Segundo Matos (2012), as famílias da região Semiárida se configuram em torno das mesmas relações sociais estruturadas na sociedade: seca, religiosidade, tradição e violência. Um ambiente heterossexual, machista e sexista, onde a mulher ocupa um lugar visto como privilegiado, promovendo a harmonia na esfera doméstica.

A maternidade solo impõe uma série de desafios para as mulheres e, no contexto do Semiárido Brasileiro, esses desafios se intensificam. Longe de padronização ou mesmo uma narrativa romantizada – mães guerreiras, as mães solo da Região Semiárida são as “coroas”, que são retratadas nas músicas, mas que sentem o peso da vida real, são majoritariamente, mulheres negras¹⁵ que criam seus/suas filho(a)s sozinhas, muitas vezes sem uma rede de apoio e sem políticas públicas focalizadas e levantam sempre ao raiar do dia, bem cedo, para conseguir manter seu lar e alimentar seus/suas filho(a)s, mesmo inseridas, muitas vezes, em atividades laborais mal remuneradas. A família “(des)tradicional” brasileira é multifacetada, até dentro dos arranjos monoparentais femininos há suas especificidades, marcadas por gênero, raça e classe. Ao se inserir no mercado laboral as mães solo visam conciliar as responsabilidades familiares e trabalho, assim, buscam por ocupações que possibilitem jornadas mais flexíveis. Para muitas mães solo, a alternativa é a informalidade, porém, as atividades informais são caracterizadas por baixas remunerações, trabalhos insalubres e sem proteção social, as direcionando, comumente, para o trabalho doméstico sem carteira assinada.

¹⁵ De acordo com a convenção do IBGE a população negra é o somatório de pretos e pardos. OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Estudos avançados, v. 18, p. 57-60, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo caracterizar o perfil e a atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro no ano 2000 e de 2010. Para isso, inicialmente foi feita uma breve contextualização acerca das transformações societárias e os seus reflexos na vida das mães solo, buscando dialogar com a literatura sobre configuração familiar, relações de gênero, poder e vida laboral. Em seguida, traçou-se o perfil sociodemográfico, socioeconômico e educacional das mães solo, com intento de saber quem são as mulheres que integram a maternidade solo no Semiárido Brasileiro. Por fim, dedicou-se a analisar a atividade laboral das mães solo captando como marcadores sociais e geográficos podem afetar a inserção e permanência dessas mulheres no mercado de trabalho.

Esta dissertação se propôs a compreender a maternidade solo a partir da análise dos dados disponíveis – Censos Demográficos 2000 e 2010 - e sob à perspectiva da solidão feminina, cujo cenário remete diretamente à desconstrução do modelo patriarcal de família e ao surgimento dos novos arranjos familiares, bem como a (des)romantização da maternidade. O abandono é algo que marca a vivência da maternidade solo, haja vista que, muitas vezes se tornar mãe solo não é uma escolha feita pelas mulheres, mas um condicionamento socialmente imposto por um cenário estrutural marcado pelo racismo, sexismo e misoginia.

Posto isto, elaborou-se a seguinte pergunta-problema: Como a maternidade influencia na atividade laboral das mães solo do Semiárido Brasileiro? Partindo desse pressuposto, a hipótese é que as desigualdades regionais e de gênero são estruturais no contexto brasileiro, sendo acentuadas com a maternidade – sobretudo a solo. No âmbito laboral, pode-se dizer que as mães solo são direcionadas, muitas vezes, para a informalidade e para as atividades laborais que proporcionam os rendimentos mais baixos, haja vista que, na perspectiva social e laboral, a maternidade demanda tempo e reflete diretamente na produtividade da mulher. Os resultados obtidos corroboram com a hipótese supracitada, os quais mostram que apesar de ter ocorrido melhorias na participação feminina no mercado de trabalho nos anos 2000 e 2010 na Região Semiárida Brasileira, a maternidade ainda reflete na inserção e permanência das mães solo na atividade laboral, haja vista que a ausência de uma rede de apoio pode direcionar estas mães para trabalhos insalubres e mal remunerados, sobretudo o serviço doméstico sem carteira assinada, ou até excluí-las do mercado de trabalho.

Primeiramente, ao traçar o perfil dessas mulheres, têm-se importantes conclusões sobre quem são as mães solo residentes do Semiárido Brasileiro em 2000 e 2010, a saber: são as mulheres com filho(a)s e sem companheiro inseridas na Região, negras (com faixa etária entre 30 a 34 anos, solteiras, sem instrução e fundamental incompleto (com 1 filho(a) – na fase de primeira infância, e que auferem rendimentos melhores no ano de 2010 – acima de 1 até 2 salários mínimo, quando comparado ao ano 2000 - até 1/4 do SM.

Com este trabalho, pôde-se constatar também que no decorrer dos anos 2000 e 2010 aconteceram importantes mudanças na estrutura familiar brasileira e na legislação que a define, sobretudo em relação ao divórcio e autonomia feminina no mercado de trabalho, os arranjos familiares se modificaram e se diversificaram cada vez mais – famílias constituídas por dois pais, duas mães, um dos genitores, avós e as crianças. Nesta dissertação se discutiu a família monoparental feminina da Região Semiárida do Brasil, constituída pela mãe e seus/suas filho(a)s, a mãe solo, única responsável pelos cuidados afetivos e financeiros das crianças.

O Brasil é marcado por desigualdades, sobretudo sociais e regionais que refletem diretamente no Semiárido. Com os anos, essa região passou a apresentar importantes avanços, principalmente no âmbito econômico e social, porém, ainda expressa baixo dinamismo nesses setores. A persistência das muitas problemáticas no Semiárido Brasileiro está associada às políticas públicas, tanto em relação a ausência, quando a implementação, sem considerar as especificidades e características locais, bem como sua efetiva manutenção e fiscalização. E no que concerne à maternidade solo, no período estudado, há uma grave carência de políticas públicas específicas, principalmente voltadas à primeira infância, desde maternidades até vagas em creches.

Como é sabido existem programas sociais que podem contribuir para melhorar a vida das mulheres, principalmente os de transferência de renda, e que são importantes para enfrentar as desigualdades sociais ainda latentes. Porém, é necessário se atentar para que não haja uma reprodução dos papéis estruturalmente impostos às mulheres, gerando mais uma sobrecarga sobre elas.

Uma grande problemática no Brasil é a dificuldade de promover a articulação entre família e trabalho, o que afeta diretamente as mães solo do Semiárido Brasileiro. Essa dificuldade é percebida na seção sobre a atividade laboral, onde é notório como o recorte geográfico também reflete na maternidade solo. O cenário dos anos 2000 e 2010 é marcado por avanços significativos em relação ao mercado de trabalho, porém ainda não são suficientes. As mães solo tanto do Brasil

quanto da Região Semiárida Brasileira se encontram, em sua maioria, ocupadas e concentradas na atividade doméstica sem carteira assinada, o que evidencia que a atividade doméstica ainda é um dos principais trabalhos exercidos pelas mulheres. No Brasil, o serviço doméstico permanece há anos como uma das principais ocupações femininas, reforçando o cenário de desigualdades, afetando sobretudo as regiões mais vulneráveis, como o Semiárido Brasileiro.

Outro ponto revelado pelo estudo é que as mães solo brasileiras estavam inseridas, em sua maioria, nos anos 2000 e 2010, nas atividades de serviço e comércio e reparação, em relação a Região Semiárida Brasileira elas estavam inseridas nas atividades de serviços e agropecuária, o que reforça o importante papel da agricultura familiar e dos programas direcionados para atender esse segmento. No que concerne à quantidade de horas trabalhadas, pode-se concluir que à maior parcela de mães solo, Brasil e Semiárido Brasileiro, gastam acima de 40h semanais no trabalho principal. Este cenário reforça a fatídica sobrecarga vivenciada diariamente pela mãe solo, a qual precisa conciliar afazeres do lar, cuidados com o(a)s filho(a)s e o trabalho remunerado, comumente, sem uma rede de apoio. Porém, é importante destacar que enquanto há um aumento de mães solo na Região Semiárida entre 2000 e 2010, no Brasil decresce. Acentuando assim, a disparidade regional ainda latente.

A análise do período 2000 e 2010 mostra que as mães solo do Semiárido Brasileiro apresentaram uma expressiva variação, de um ano para o outro, nos grupos ensino médio e superior incompleto e superior completo, o que reforça o efeito das políticas educacionais. Porém, o grande quantitativo de mães solo da Região Semiárida ainda se encontram sem instrução e fundamental incompleto. Esses dados refletem na remuneração auferida no trabalho principal destas mães, onde a maioria ganha menos de 1 SM. No que diz respeito a maternidade solo brasileira, essas mulheres auferem uma remuneração melhor frente ao Semiárido, as quais se concentram na faixa salarial Acima de 1 até 2 SM.

A Ciências Sociais Aplicadas pode se entrelaçar com a musicalidade em um processo de possibilidades de reprodução das relações sociais. Ambos os setores são veículos que viabilizam o combate às desigualdades ainda latentes na sociedade, onde a arte toca através da conscientização da existência de padrões estruturais de poder e dominação que precisam findar e as ciências sociais aplicadas se manifesta na prática e propagação dessa conscientização - na presente dissertação se mostra através da análise descritiva dos dados.

A arte imita a vida real, a música integra esse cenário artístico. Dessa forma, o percurso desse estudo buscou trazer em seus subtítulos músicas que remetem esse contexto de maternidade solo – Mama África (Chico César), Fé (Iza) e Negro Drama (Racionais MC's). Compreender o sujeito e suas particularidades é de suma importância para enfrentar as disparidades de gênero, raça e classe que persistem Brasil, haja vista que ser mulher, mãe solo, negra, pobre e do Semiárido Brasileiro são recortes que afetam diretamente o âmbito familiar e laboral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. R. de P.; SORJ, B. O trabalho invisível: Estudos sobre trabalhadores em domicílio no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, n. 86, p. 79-83, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

AHLERT, M. A “precisão” e o “luxo”: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 38, p. 69-86, 2013.

ALBUQUERQUE JR., D. M. **Nordestino**: invenção do falo – uma história do gênero masculino. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, C. L. B. *et al.* Mercado de trabalho e vulnerabilidade ocupacional na região metropolitana do Cariri. In: MORETTO, A. J. *et al.* (org.). **As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: IDT, 2018. p. 129-158. Disponível em: http://www.idt.org.br/PortalIDT/Arquivos/Publicacoes/012_As_Transformacoes_no_Mundo_do_Trabalho.pdf. Acesso em: 23 de dezembro de 2023.

ALVES, C. L. B.; RODRIGUES, A. S.; PAULO, E. M. Política social no período recente: evolução e desafios nos governos FHC e Lula. In: **III Encontro Universitário da UFC no Cariri**, 2011, Juazeiro do Norte. Anais do III Encontros Universitários da UFC no Cariri, 2011. p. 1-4.

ANTUNES, D.; QUADROS, W.; GIMENEZ, D. **Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000**. University Library of Munich, Germany, 2013. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/81557/1/MPRA_paper_81557.pdf>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

ARAÚJO, E. A. dos S. *et al.* A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: Os Efeitos de Raça e Maternidade. In: **Anais do VI Seminário de Desenvolvimento, Estado e Sociedade: distopia, crise civilizatória ou fortalecimento dos sistemas sociais? Desenvolvimento em um cenário pós-pandemia**. Crato: REDE-TER, 2022.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. “Percepção e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil”. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, J. B. de. **Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2017.

ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 33, n. 2, p. 196–217, 2002

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ASA Branca. Intérprete: Luiz Gonzaga. Compositor: Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. **In: A História do Nordeste Na Voz de Luiz Gonzaga**. Intérprete: Luiz Gonzaga. [S. l.]: RCA Victor, 1947.

AZEVEDO, E. L. Gênero e outras dimensões do social: a interseccionalidade sustenta um novo ponto de visão. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes N. (Org.) Caderno de Textos. **Novos olhares, novos tempos**: Fortalecendo e ampliando as políticas públicas para as mulheres da Bahia. Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Salvador: 2017.

AZEREDO, V. G. **Entre paredes e redes**: o lugar da mulher nas famílias pobres. Serviço Social e Sociedade, n. 103, p. 576-590, 2010.

BALIANA, L. K. **Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório**. 2013, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-07/Monoparentalidade-feminina-e-os-seus-desafios.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2023.

BAPTISTA, N, de Q.; CAMPOS, C. H.. Fatores históricos, sociais, culturais e políticos do semiárido. **Estratégias de convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, p. 27-34, 2013.

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero**: o que indicam as pesquisas nacionais? Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BARTHOLO, L. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica**: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2009.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 125-156, 2009.

BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Vértice/Anpocs. p. 70-94, 1991.

_____. **Estruturas familiares e padrões de residência**. NEPO/Unicamp: 2002.

_____. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Famílias Trabalhadoras**: estratégias de sobrevivência. São Paulo/SP: Símbolo, 1978.

_____. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. **Direitos da família: uma abordagem interdisciplinar**, p. 13-28, 1996.

_____. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo social**, v. 26, p. 129-145, 2014.

BLAY, E. A. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

BOAVENTURA JÚNIOR, M. Â. N.; RIBEIRO, L. G. G. O desafio das mulheres que são mães diante do processo de inserção e reinserção no mercado de trabalho no Brasil. **Revista Jurídica Facesf**, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2019.

BORGES, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 1, n. 1, 2020. 1-23.
<https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>.

BORSA, J. C.; FEIL, C. F. **O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão**. Psicologia.com.pt - O Portal dos Psicólogos (2008). Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023

BRAGA, M. da G. R.; AMAZONAS, M. C. L. de A. Família: Maternidade e Procriação Assistida. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 11-18, jan/abr. 2005.

BRASIL (2008). **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília. 236 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 15 de março de 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: 2008. 24 p.

BRASIL. **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco/fundo-constitucional-de-financiamento-do-nordeste-fne>. Acesso em: 07 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (2018). **Conheça a história da educação brasileira**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRITTO, T.; SOARES, F. V. Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania: um passo em falso. In: **13th International Congress of the Basic Income Earth Network (BIEN)**, São Paulo. 2010.

BRUSCHINI, M. C. A. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. SP: Ed. SENAC São Paulo, 2003.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: **Cadernos de Pesquisa**. SP: nº 132, 2007.

_____. Uma abordagem sociológica da família. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. SP: vol. 6, nº 6, 1989.

_____. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, p. 179-24, 1994.

_____. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

_____.; RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 88, nov. 1994.

BUAINAIN A.M.; GARCIA J. R. “Capítulo V: Pobreza Rural e Desenvolvimento do Semiárido Nordeste: Resistência, Reprodução e Transformação”, In: BUAINAIN A.M.; DEDECCA C. (Orgs.), **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 17, Brasília IICA, 2013a.

_____. Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 19, 2013b.

CAMPOS, A. G. **Bem-estar social nos anos 1990 e 2000**: traços estilizados da história brasileira. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995**. 2ª edição, Campinas, Editora Unicamp, 1998.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais de extrema pobreza. **Revista Textos e Contextos**, nº 4, dezembro de 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/>. Acesso: 10 de janeiro de 2023.

CARVALHO, I. M. M. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social**, 13 (2): 89-114, 2001.

CARVALHO, J. A. M. de; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência**: Novas territorialidades no Semiárido Brasileiro. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. **In: Família brasileira: a base de tudo**. KALOUSTIAN, S. M. (Org.). 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. V. 2, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, F. N. da *et al.* **Economia interdisciplinar**. Texto para Discussão, n. 261, p. 1-39, 2015.

COSTA, F. Á. de O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, p. 141-156, 2013.

COUTINHO, M. L. R. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CÚNICO, S. D.; ARPIN, D. M. **Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família**. Aletheia, n. 43-44, p.37-49, jan./ago. 2014. DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias [livro eletrônico]. 4ª ed. São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DALBÉRIO, O. A família e sua constituição social. In: JOSÉ FILHO, M.; DALBÉRIO, O. (Org.). **Família**: conjuntura, organização e desenvolvimento. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2007

DANTAS, A. C. S. **A experiência da maternidade solo para mulheres usuárias do Centro de Referência em Assistência Social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

DEDECCA, C. S. “Tempo, trabalho e gênero”. In: COSTA, A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. (2012). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

_____. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2000>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

DURHAM, E. R. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, v. 11, p. 231-254, 1999.

_____. As pesquisas antropológicas com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: **A aventura antropológica**. CARDOSO, R. C. L. (Org.). 4ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FALCI, M. K. Mulheres no Sertão Nordeste. In: História das Mulheres no Brasil. DEL PRIORE, Mary (Org). São Paulo: Contexto, 1997.

FAVARO, C. S. **Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FAVARO, C. S.. **Entre o prover, o trabalhar e o cuidar**: a participação das mulheres unidas no provimento doméstico e seus reflexos na organização familiar. Tese (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

FÉ. Intérprete: Iza. Compositor: Iza, Sergio Santos, Pablo Bispo, Ruxell, Lukinhas, Henrique Bacellar, Junior Pierro e Fabinho Negramande. In: **FÉ**. Intérprete: Iza. [S. l.]: Warner Music Brasil, 2022.

FERNANDES, P. da S. **Família Monoparental Feminina**: desafios de ser mãe solo. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara-SP, 2022.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. A importância da família. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.), **Família brasileira**: a base de tudo. 5. ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002.

FINAMORI, Sabrina Deise. “Mães solos”: parentalidades, conjugalidades e noções de família. In: **43º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu-MG, 2019.

FINELLI, Leonardo Augusto Couto; SILVA, Jeanne Laís da; AMARAL, Renata de A. Trajetória da família brasileira: o papel da mulher no desenvolvimento dos modelos atuais. **Humanidades**, v. 4, n. 2, p. 52-60, 2015.

FRANCO, J. G.; SOUZA, S. de C. I. de; GOMES, M. R. Maternidade solo e os desafios para a política pública de mercado de trabalho no Brasil. In: **XIV Encontro de Economia Paranaense 20 anos**. Ponta Grossa - PR, 2022.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Primeiríssima infância**: creche – necessidade e interesses de famílias e crianças. Coordenação Sandra Maria Costa. São Paulo: FMCSV, 2017.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSCO, W.; QUEIROZ, S. N de; BAENINGER, R. Asiáticos no Nordeste brasileiro. In: **Memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas** [Recurso electrónico]: Migraciones. Ediciones Universidad de Salamanca, 2018. p. 29.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GOLDANI, A. M. “Reinventar políticas para familias reinventadas: entre la realidad brasileña y la utopia”. In *ARRIAGADA, Irma (coord.). Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 67-110, 1993.

GONZALEZ, D. F. Entre público, privado e político: avanços das mulheres e machismo velado no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 44, n. 151, p. 239-243, jan./mar. 2014.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. p. 117-132, 2008.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 102-121, set. 2002.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, 2019.

GUIMARÃES, D. Benefício Continuado - O difícil direito à tranquilidade. IPEA: **Desafios do desenvolvimento**, ano 5, nº 45, 2008.

GUIRADELLI, R. Presença feminina no mundo do trabalho: História e Atualidade. **Revista da Rede de Estudo e Trabalho**. Marília, UNESP, v.1, n.1, p. 1-15, 2007. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

GUTIERREZ, J. P.; FERRÃO, A. S.; ROCHA, T. DE C. P. O afeto como principal vínculo familiar e a sua abordagem no direito de família brasileiro. **Videre**, Dourados, MS, ano 3, n. 6, p. 171-198, jul./dez. 2011.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância:** da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**, v. 3, n. 1, p. 8-19, 2001.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **In: Cadernos de Pesquisa**. Vol. 37, nº 132, p. 595-609, 2007.

HOFMEISTER, W. Prefácio. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. **Família:** redes, laços e políticas públicas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771&t=destaques>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

_____. **Lista dos Municípios do Semiárido Brasileiro**. [S.l.]. Geoftp, 2005. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/semiarido_brasileiro/Situacao_2005a2017/semiarido_brasileiro.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

_____. **Mapa do Semiárido Brasileiro**. [S.l.]. Geoftp, 2005. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/semiarido_brasileiro/Situacao_2005a2017/semiarido_brasileiro.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

_____. Microdados do Censo Demográfico de 2000.

_____. Microdados do Censo Demográfico de 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Nota Técnica. Brasília: IPEA, n. 10, ago. 2012.

JALFIM, F. Notas sobre a caminhada da agroecologia no semiárido pernambucano. LIMA, J. R. T. de (Org.). **In: Agroecologia e Movimentos Sociais**. Recife: Editora Bagaço, 2011.

JESUS, J. C. de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil:** uma análise de produção, consumo e transferência. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Minas Gerais, 2018.

JOSÉ FILHO, M. **Família**: conjuntura, organização e desenvolvimento. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2007.

JUSBASIL (2010). **Em um ano, número de divórcios cresce 46% e atinge recorde**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/em-um-ano-numero-de-divorcios-cresce-46-e-atinge-recorde/100252043>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2024.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques et. al. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 19-27.

KON, A. **Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias**. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 19 nº 2 (74), p. 64-82, abril/junho, 1999.

_____. **Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho**. In: V Encontro Nacional de estudos do Trabalho. Rio de Janeiro, 1997.

LAGO, M. C. S. Trabalho feminino, trabalho improdutivo? **Revista de Ciências Humanas**, 8, 129-133, 1986.

LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1995.

LAVINAS, L. “Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. RJ, vol. 49, nº 1: 2006.

LEÃO, T. **Mãe solo**: "Maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não", diz Thaiz Leão. [Entrevista concedida a] Aline Dini. Revista Crescer. 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2019/05/mae-solo-maternidade-nao-e-sobre-estado-civil-filhos-nos-tornam-maes-companheiros-nao-diz-thaiz-leao.html>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, Harry L. Homem, **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1966.

_____. **O olhar distanciado**. Perspectivas do homem/edição 70. Tradução de Carmen de Carvalho. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

LEWIS, O. **La vida**: *A Puerto-Rican family in the culture of Povert - San Juan and New York*. New York: Random House, 1966.

_____. *The children of Sanchez*. *Current Anthropology*, vol. 8, nº 5, parte 1 (dezembro de 1967), pp. 480-500. **The University of Chicago Press em nome da Fundação Wenner-Gren**. Disponível em: <https://lchcautobio.ucsd.edu/wp-content/uploads/2015/10/Lewis-1967-The-Children-of-Sanchez.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

LIMA, A. J. A.; JÚNIOR, R. S.. Panorama da educação brasileira na década de 1960. In: **III Congresso Nacional de Educação – CONEDU**. 2016.

LIMA, I. F. M. **Penalidade pela maternidade no mercado de trabalho brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Universidade Federal de São Paulo, 2022.

LIMA, T. A. **Mãe solo é mãe sozinha**: tecendo vivências de mães negras em Fortaleza - CE e região metropolitana. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Ceará. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza, 2021.

LIZAUKAS, R. (2015) **Trabalhar como se não tivesse filhos, ser mãe como se não trabalhasse fora**. Disponível em: <<https://psdb-mulher.org.br/2015/11/24/trabalhar-como-se-nao-tivesse-filhos-ser-mae-como-se-nao-trabalhasse-fora/>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2023.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos**: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LÔBO, J. A. **Defeito de fabricação**: maternidades negras em Ilhéus/Ba. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A.R.; VITALLE, M.A. F. (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUZ, A. F.; FUCHINA, R. Evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. **Anais II Seminário Nacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS**, 2009.

MACEDO, F. C. de; PORTO, L. R. **Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018)**: apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Texto para Discussão 2652, IPEA, 2021.

MACEDO, M. dos S. **Na trama das interseccionalidades: Mulheres chefes de família em Salvador**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

MAIA, K.; JÚNIOR, A. D.; SOUZA, S. C. I.; ARAÚJO, F. a B.. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano de 2012. **Revista Econômica**. Niterói, v.17, n.2, p. 97-122, dez. 2015.

MAMA África. Intérprete: Chico César. Compositor: Chico César. **In: Aos Vivos**. Intérprete: Chico César. [S. l.]: Velas, 1995.

MARON, L.; MEULDERS, D. **Having a child: a penalty or bonus for mother's and father's employment in Europe?** *Bruxelas: Universit'e Libre de Bruxelles (DULBEA), Fev. 2008 (Working paper series, 08-05.RS).*

MARQUES, S. F. **A gênese do Sindicalismo do Polo Pajeú Protagonismo de Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho**. Trabalho de Conclusão (Especialização em Fé e Política – CEFEPÉ). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2011.

MATOS, M. P. S. R. Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: indústria da seca e deslocamentos familiares no Nordeste do Brasil. **Nômadias. Critical Journal of Social and Juridical Sciences**, 2012.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Acompanhamento de frequência escolar é o melhor desde 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bolsa-familia#:~:text=O%20programa%20Bolsa%2DFam%C3%ADlia%2C%20criado,de%20pobreza%20e%20extrema%20pobreza>. Acesso em 15 de março de 2023.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

MEDEIROS, C. Distribuição de renda como política de desenvolvimento. **In: Desenvolvimento em debate** (2002). Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11974/1/Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento_P.pdf. Acesso em: 18 de março de 2023.

MEDEIROS, G. de S. et. al. Semiárido: Semântica, Diversidade e Multidimensionalidade do Desenvolvimento. In: SOUZA, Manoel Messias Alves de et. al. (Org.). **Desenvolvimento do semiárido: Organizações, gestão, inovação & empreendedorismo**. Volume 2, Belo Horizonte - MG: Poisson, 2021.

MEDEIROS, S. de S. et. al. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido - INSA, 2012.

MENDES, M. A. “Mulheres chefes de domicílio em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero”. **In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG: ABEP, 2004.

MINAMIGUCHI, M. M. **Monoparentalidade feminina no Brasil: dinâmica das trajetórias familiares**. 2017. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2017.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2005). **Nova delimitação do Semiárido Brasileiro**. Disponível em: http://www.cecs.unimontes.br/images/semiarior/semiarido_mineiro/MINISTERIO_DA_INTEGRAAO_Nova_delimitacao_do_semiarido_brasileiro.pdf. Acesso: 10 de janeiro de 2023.

MONTALI, L. “Homens e mulheres no mercado de trabalho e os desafios para a equidade”. In: ARRILHA, Margareth; CAETANO, André J.; GUEDES, Moema C.; MARCONDES, Gláucia S. **Diálogos transversais em gênero e fecundidade**. Campinas, Librum Editora, ABEP: 2012.

_____. Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (Org.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, 2017, p. 39-66.

MORAES, P. M. **A inserção das famílias monoparentais chefiadas por mulheres na proteção social básica de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social). UFSC, 2009.

MOREIRA, J. R.; PERRINI, P.; RIBEIRO, J. B. P. Mães Trabalhadoras do Sol Nascente: Impressões Sobre a Relação Entre Maternidade, Trabalho e Políticas Públicas. **Projeção, Direito e Sociedade**, v. 7, n. 2, 2016.

MORGADO, A. M.; DIAS, M. da L. V.; PAIXAO, M. P. O desenvolvimento da socialização e o papel da família. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 31, n. 2, jun. 2013.

MORTON, G. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 38, p. 43-67, 2013.

MOURA, J. F. M. et. al (2020). Intersseccionalidade como estratégia metodológica: articulações entre gênero, raça e pobreza. In: **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos**. BARROS, J. P.; ANTUNES, D. C.; MELLO, R. P. (Orgs.). Fortaleza: Imprensa Universitária. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53270/3/2020_liv_jppbarros.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalhador Doméstico**. Brasília/DF-2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=cartilha+do+ttrabalhador+dom%C3%A9stico>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

MUNIZ, J. O., VENEROSO, C. Z. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.62(1):e20180252, 2019.

MYRRHA, L. J. D.; WAJNMAN, S. **Características e Heterogeneidade do Emprego Doméstico no Brasil**. Revista ABET vol. VI. n. 2. 2007.

NASCIMENTO, A. C. H. Z. Concepção de maternidade para mulheres executivas: uma questão contemporânea. In: **Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. Curitiba: ANPAD, 2017.

NASCIMENTO, F. M. G. B. do. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NASCIMENTO, R. J. **Solteiras sim, mãe também: os desafios diários das mulheres “mães solteiras” de Ponta do Mel/RN**. Monografia (Graduação em Educação do Campo). Universidade Federal Rural do Semiárido. Mossoró, 2019.

NOBREGA, V. V.; CORREA, C. S.; JESUS, J. C. Diferenciais de gênero no mercado de trabalho brasileiro em 2016 e 2017. **In: IX Simpósio de Atuária**, 2020, Recife. Anais do IX Simpósio de Atuária, 2020.

NOLASCO, S. A individualização da família. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, ano XII, n. 406, p. 1, 29 out. 2012.

NUNES, E. S.; SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N. de. MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO?. **Revista de Desenvolvimento Econômico** (Impresso), v. 1, p. 388-407, 201.

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO. **Impacto da crise sobre o as mulheres**. Brasília: IPEA, 2009.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho e família**: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social. Brasília, OIT/PNUD, 2009.

_____. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação**. Brasília: OIT, 2012.

OLIVEIRA, M. C. **A mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora**. São Paulo, 1982. (Tese de Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões**: A cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best-Seller, 1991.

PARKER, R.; BARBOSA, R. M. **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Abia, IMS/UERJ, 1996.

PEREIRA JR., J. de S. **Nova delimitação do Semiárido Brasileiro**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados - Centro de Documentação e Informação (2007). Disponível em: http://www.cecs.unimontes.br/images/semiario/semiariado_mineiro/NOVA_DELIMITA%C3%87%C3%83O_DO_SEMIARIDO_BRASILEIRO_CAMARA.pdf. Acesso em: 27 de dezembro de 2022.

PEREIRA, E. K. G. **Tecendo redes a partir da articulação entre Economia Solidária, Feminismo e Agroecologia**: novas perspectivas de desenvolvimento alternativo no semiárido potiguar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB, 2016.

PEREZ-MARIN, A. M. et al. Desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro. **Parcerias Estratégicas**, v. 15, n. 31, p. 47-60, 2010.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2010.

PINHEIRO, P. Menarca – **Primeira menstruação da vida**. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/ginecologia/menstruacao/primeira-menstruacao-menarca/>. Acesso em: 16 de março de 2023.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia clínica**, v. 19, p. 57-69, 2007.

PICANÇO, F. S. “Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar”. In ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ, Editora FGV: 2005.

PINELLI, A. Gênero e família nos países desenvolvidos. In: PINELLI, Antonella (orgs.). **Gênero nos estudos de população**. Campinas/SP: ABEP, 2004.

PINTO, R. M. F. et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação e vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 167-179, 2011.

POSTHUMA, Anne Caroline. A Economia de cuidado e o vínculo com o trabalho doméstico: o que as tendências e políticas na América Latina podem ensinar ao Brasil. In: **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. (Orgs.). Brasília: IPEA; OIT, 2021.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. 21ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

QUEIROZ, S. N. de. **Migrações, Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense**. 2013. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Apoio social e experiência da maternidade. **Rev. Bras. Crescimento Desenv. Hum.** v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19783/21851>>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014. 249 p.

RIOS, P. P. S.; BASTOS, A. dos S.; BARROS, E. da R. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2015.

RIOS, P. P. S.; VIEIRA, A. R. L. Relações e equidade de gênero no semiárido: tecendo reflexões a partir dos movimentos sociais. In: **VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU**, 2019, Fortaleza, Ceará. Anais eletrônicos [...]. 2019. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2019/ebook1/PROPOSTA_EV127_MD4_ID14084_01102019172108.pdf. Acesso: 26 de dezembro 2022.

ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade**. 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1987.

ROMANELLI, G. O relacionamento entre pais e filhos em famílias de camadas médias. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14/15, p. 123- 136, fev./ago. 1998.

ROSA, J. R. A. M.; OLIVEIRA, F. L P. de. Tendências de reestruturação territorial na Região Metropolitana do Recife: Economia e mercado de trabalho. **Recife: transformações na ordem urbana** / organização Maria Ângela de Almeida Souza, Jan Biton; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 109-146, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, G. M. N. C. **Gênero, desenvolvimento e Programa Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do Coque (Recife/PE)**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, J. C. S.; ANTUNES, E. D. Relações de Gêneros nas Organizações: a construção de estereótipos de liderança masculina e feminina no judiciário de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 4, n. 3, p. 171-189, 2017.

SANTOS, K. F. dos et. al. **Tecnologias sociais de gestão hídrica: a busca por sustentabilidade no semiárido cearense**. Crato, CE: RDS, 2014, 120p.

SANTOS, N. A. dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 331-337, 2016.

SANTOS, W. C. da S. A mulher negra brasileira. **Revista África e Africanidades**, Ano 2 - n. 5, maio, 2009.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: EDUC: Cortez, 2000.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 31-48.

SCAVONE, L. **Tecnologias reprodutivas: Gênero e ciência**. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. *Género y salud reproductiva en América Latina*. Editorial Universidad de Costa Rica, 1999.

SCHEFLER, M. de L. N. Patriarcado: herança maldita no caminho das mulheres. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes N. (Org.) Caderno de Textos. **Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e ampliando as políticas públicas para as mulheres da Bahia**. Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Salvador: 2017.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKER, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SCOTT, P. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. Série Família e Gênero, n.14, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 235 p.

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIAL. **Expectativa de vida: por que as mulheres vivem mais do que os homens?**. Centro de Inovação Sesi - Longevidade e Produtividade. Disponível em: <https://longevidade.ind.br/noticia/expectativa-de-vida-por-que-as-mulheres-vivem-mais-do-que-os-homens/>. Acesso em: 20 de janeiro 2023.

SIDRIM, R. M. S. **Pendularidade e inserção ocupacional nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador**: evidências segundo a condição de migração. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. 2018.

SILVA, C. G.; CASSIANO, K. K.; CORDEIRO, D. F. Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados. In: **XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, 2019. Anais. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0561-1.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2022.

SILVA, L. C. M. “Trabalho e família na percepção de mulheres provedoras”. In: **Gênero na Amazônia**. Belém: nº 1, 2012.

SILVA, P. de S. **Mobilidade intergeracional de ocupação das filhas de trabalhadoras domésticas nas grandes regiões brasileiras, 2014**. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós-Graduação em Demografia. Natal, 2020

SILVA, P. de S.; QUEIROZ, S. N. . Perfil das empregadas domésticas na região metropolitana de Fortaleza (RMF) e na região metropolitana de São Paulo (RMSP). In: **VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Foz do Iguaçu - PR. Anais do VII ALAP e XX ABEP, 2016.

SILVA, P. L. S.; TORRES, T. P. R. **A Dualidade de Ser Mãe: Os (des)caminhos das Relações de Gênero no Mercado de Trabalho sob a Ótica das Gestantes**. São Paulo: EnANPAD, 2019.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, U. M. Q. Viúvas da Seca: as relações de gênero no sertão. **X Encontro Estadual da ANPUH-PE**, v. 10, p. 2, 2014.

SOARES, A. C. N. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2001.

SOARES, C.; SABÓIA, A. L. “Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 a 2005”. In: **Textos para Discussão – IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais Rio de Janeiro, nº 21: 2007.

SOUSA, L. L. de; ALENCAR, D. A. Salários reais, produtividade do trabalho e desemprego na indústria extrativa do Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 2, 2022.

SOUZA, P. F. L. de. **Efeitos da maternidade e do casamento sobre o diferencial de salários entre gêneros no Brasil para o ano de 2014**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Fortaleza (CE), 2016.

SORJ, B. “Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil”. In **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 37, nº 132: 2007.

TEIXEIRA, J. P. **Uma mulher afirmativa: Anita Pires: mulher no singular, política no plural, empresária do social**. Cidade Futura, 2001.

THERBORN, G. “Prefácio”. In: **Sexo e Poder**: a família no mundo: 1900-2000. São Paulo/SP: Contexto, 2006.

TONELLI, M. J.; ARANHA, F. **Envelhecimento da força de trabalho no Brasil, como as empresas estão preparando para conviver com equipes que, em 2040, serão compostas principalmente por profissionais com mais de 45 anos?** São Paulo: PricewaterhouseCoopers (PwC) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2013.

TORREMOCHA, I.M. *Las Familias Monoparentales: delimitación conceptual problemática e explicación de su creciente incremento*. In: TORREMOCHA, I.M. **Monoparentalidad y política familia**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. 2006. Pag 1-25.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 1, p. 23-45, 2019.

VIEIRA, J. G. S.; FERNÁNDEZ, R. G. A Estrutura das Revoluções Científicas na economia e a Revolução Keynesiana. **Estudos Econômicos**, v. 36, n. 2, p. 355-381, 2006.

WAGNER, A. et al. **Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea.** Psicologia: teoria e pesquisa, v. 21, p. 181-186, 2005.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B. L.; LIBERATO, V. C. “O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil”. **In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu: 1998.